

AMÉLIA POLÓNIA

RELATÓRIO
SOBRE MATÉRIAS E MÉTODOS DE ENSINO DA DISCIPLINA DE
HISTÓRIA DOS DESCOBRIMENTOS E
DA EXPANSÃO PORTUGUESA

PORTO
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
2008

**Relatório apresentado a provas de Agregação
ao abrigo do disposto no artigo 8º- alínea b)
do Decreto-Lei nº 239/2007, de 19 de Junho**

ÍNDICE

	Pág.
0. Nota Prévia	7
1. Objectivos a atingir segundo o modelo de ensino/ aprendizagem proposto pela Convenção de Bolonha	9
2. Caracterização da unidade curricular	
2.1. Integração da disciplina no Plano Curricular do Curso de História da FLUP	23
2.2. Caracterização do universo discente	23
2.3. Delimitação do âmbito temático e cronológico da disciplina	31
3. Opções Científicas – Conteúdos programáticos	
3.1. Opções estratégicas	33
3.2. Programa lectivo	37
3.3. Fundamentação das matérias seleccionadas e articulação de conteúdos	40
4. Opções Pedagógicas	
4.1. Métodos de Ensino/ Aprendizagem	53
4.2. Materiais de apoio pedagógico ao ensino	63
4.3. Critérios de selecção bibliográfica e bibliografia essencial	66
4.4. Modalidades e critérios de avaliação	63
5. Fontes e Bibliografia	
5.1. Bibliografia selectiva por temas indicada aos alunos	70
5.2. Material disponível ao docente para a preparação da disciplina	77

NOTA PRÉVIA

O presente relatório da disciplina a leccionar incide sobre a unidade curricular designada como *História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa*, pertencente ao 1º Ciclo de estudos em História, inserta na área disciplinar de *História de Portugal* do plano de estudos conducentes à atribuição do grau de licenciatura em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), em vigor desde o ano lectivo de 2007/2008¹.

A opção tomada fundamenta-se na convicção de que é desejável, no ensino superior, em níveis de ensino graduados e pós-graduados, a existência de uma articulação entre as actividades pedagógicas e científicas do docente universitário. Encontrando-se a autora do presente relatório ligada, desde há cerca de 18 anos, a percursos de investigação que se prendem com o estudo da expansão ultramarina portuguesa, esta apresentou-se, pois, como uma área lectiva de eleição. Não existindo, na FLUP, nenhum mestrado ou seminário de 2º Ciclo especificamente votados a esta componente científica, de resto sem muita tradição de investigação na FLUP, entendeu-se fazer incidir o presente relatório num nível de 1º ciclo². Esta opção encontra-se reforçada, e justificada, pelos investimentos que, no presente contexto, são dirigidos, por todo o sistema de ensino superior em Portugal, ao 1º ciclo de estudos, cuja reestruturação é tida como imprescindível a uma efectiva mudança estrutural do ensino universitário português. Tais investimentos, responsáveis por alterações profundas e de grande impacto, merecem e exigem uma reflexão atenta e comprometida. Entende-se que relatórios desta natureza, ao serem submetidos a uma discussão pública por júris académicos altamente qualificados, constituem oportunidade para se proceder a esse desiderato.

O momento em que isso ocorre poderá não ser visto, porventura, como o mais adequado. Com efeito, é tradição avaliar-se, em provas desta natureza, uma experiência acumulada de ensino em determinada área e/ou unidade curricular. Ainda que essa experiência exista, encontrando-se a docente ligada, de forma continuada, desde 1999, à disciplina sobre a qual incide o presente

¹ Deliberação nº 1791 – E/2007. Publ. Diário da República, 2ª série, nº 173, 7 de Setembro de 2007. A mesma disciplina era designada por “Descobrimentos e Expansão Portuguesa” no plano de estudos vigente desde o ano lectivo 2000/2001 a 2006/2007.

² A docente colaborou também, com sessões de seminário, em estudos pós-graduados, de nível de mestrado e de doutoramento de outras universidades, nacionais e estrangeiras, no âmbito das matérias da mesma disciplina, de acordo com o enunciado no *curriculum* académico apresentado, com particular destaque para a UBS (Université de Bretagne Sud - Lorient) e a Universidade de Elte (Budapeste).

relatório³, esse percurso foi feito de acordo com um anterior, e diverso, modelo pedagógico e científico. Em consequência, o relatório que se submete a discussão apresenta e avalia opções e estratégias seguidas no decurso de apenas um ano lectivo, o de 2007/2008, e perfila-se, mais como projecto em desenvolvimento, do que como um modelo testado e aprovado. Esta circunstância em nada obsta, segundo cremos, à pertinência desta discussão, antes a reforça, já que viabilizará a introdução, sempre desejável, de novas sugestões e críticas ao modelo que se propõe.

³ A sua distribuição de serviço inclui a leccionação de aulas práticas no âmbito desta disciplina desde 1999 a 2003 e teórico-práticas desde 2006 a 2008, com interrupção no ano lectivo 2002/2006.

1. Objectivos a atingir segundo o modelo de ensino/ aprendizagem pressuposto pela Convenção de Bolonha

Ainda que toda a comunidade académica se encontre saturada (no sentido químico da palavra), de discussões e de polémicas decorrentes da implementação, em Portugal, do modelo de ensino/aprendizagem proposto e aprovado pela Convenção de Bolonha, este é um assunto incontornável em provas desta natureza, pelas implicações que introduz numa filosofia de ensino que é, neste momento, tanto para os estudantes, como para os professores, sinónimo de novas aprendizagens.

Relembremos os contextos e os objectivos desta reforma do ensino superior europeu. O chamado Processo de Bolonha tem a sua génese na Declaração da Sorbonne de 1998, a que se sucedeu a Declaração de Bolonha, subscrita em Julho de 1999 por 29 países, aprofundada pela Conferência de Praga de Maio de 2002 e, finalmente, pela Reunião de Berlim, em 2003, onde estavam presentes ministros responsáveis pelo ensino superior de 33 países europeus⁴.

O decreto-lei que implementa o modelo de Bolonha em Portugal⁵ persegue os mesmos objectivos estabelecidos pelas diferentes conferências europeias em que o assunto foi debatido. Com efeito, desde a sua génese, pretendeu-se impulsionar o estabelecimento da Área Europeia do Ensino Superior, num período de 10 anos (de 2000 até 2010), através de iniciativas que viabilizassem: 1. a melhoria da qualidade das formações ministradas; 2. a uniformização da estrutura dos graus e da duração dos ciclos de formação; 3. o estabelecimento de um sistema europeu de créditos (ECTS – *European Credit Transfer System*⁶); 4. o fomento da mobilidade dos estudantes; 5. a simplificação do reconhecimento de graus através de um sistema legível e comparável de currículos mínimos e do suplemento ao diploma; 6. a promoção de programas de doutoramento e de atracção de jovens investigadores; 7. a formação ao longo da vida; 8. a promoção de uma dimensão europeia do Ensino Superior de reconhecida qualidade e competitividade, capaz de atrair estudantes de outros continentes⁷.

⁴ Síntese apresentada em http://www.fl.ul.pt/processo_bolonha/reflexoes_cc.htm

⁵ Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.

⁶ http://ec.europa.eu/education/programmes/socrates/ects/index_en.html

⁷ Princípios igualmente sistematizados por Howard Davies (Senior adviser of the EUA - European University Association - European Universities: Implementation of the Bologna Process (EAEVE General Assembly, Ghent, June 2006). Disponível in www.eaeev.org/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2&Itemid=13 –

Estes são objectivos programáticos que se nos afiguram consensuais. As questões residem, e residirão, nas estratégias, nomeadamente as nacionais, conducentes à sua implementação, nas quais as universidades são, ou devem ser, elementos centrais. Isso mesmo é reconhecido em documentos estratégicos, como os relatórios da responsabilidade da Comissão Europeia -*The role of the Universities in the knowledge based society* (UKRO, 3 July 2003)⁸; *From Berlin to Bergen. The EU contribution* (2004)⁹, ou *Mobilising the brainpower of Europe: enabling universities to make their full contribution to the Lisbon strategy* (2005)¹⁰.

Não nos deteremos nas implicações globais, no contexto universitário português, desta nova política europeia comum no que se refere à educação e ensino superior, nem nos debates internos a cada universidade acerca das vias de concretização dessas novas orientações. Visaremos apenas dois tópicos que, pela sua especificidade, projectam consequências directas neste relatório. Em primeiro lugar, o facto de, a nosso ver, a regulamentação que sustenta a sua implementação em Portugal produzir implicações penalizadoras para as áreas das Ciências Sociais e Humanas. Referimo-nos, em concreto, ao facto de, com excepção de algumas licenciaturas em Psicologia, não ter sido reconhecida a nenhuma das outras áreas das Ciências Sociais e Humanas e das Humanidades¹¹ a possibilidade de verem aprovados mestrados integrados, isto é, a possibilidade de virem a declarar o 1º e o 2º ciclos de estudos como essenciais ao exercício de uma profissão (excepção feita, pelo próprio MCTES, para o exercício da docência). Excluindo-se estas áreas do saber do acesso a uma estratégia que foi consentida para áreas como a Engenharia, Farmácia, Medicina, Arquitectura, etc..., produz-se uma hierarquização de saberes que apenas acelera um processo, desde há muito em curso, de desvalorização social das áreas de saber e das qualificações ligadas às ditas Humanidades e às Ciências Sociais e Humanas.

Estas decisões, políticas, produzem sérias implicações a diversos níveis, pois interferem na organização dos conteúdos curriculares de 1º ciclo, conforme se tem ou não como garantida a continuidade dos estudos; afectam os estudantes que queiram seguir 2ºs ciclos nestas mesmas áreas, penalizados por um sistema de financiamento de Estado que privilegia e favorece os

⁸ Disponível em:

[http://www.ukro.ac.uk/annual_conference/03_conference/04_presentations/03_conference_laget1.ppt#260,1,Communication of the Commission "The role of universities in the Europe of knowledge"](http://www.ukro.ac.uk/annual_conference/03_conference/04_presentations/03_conference_laget1.ppt#260,1,Communication%20of%20the%20Commission%20-%20The%20role%20of%20universities%20in%20the%20Europe%20of%20knowledge)

⁹ <http://www.bologna-bergen2005.no/Docs/02-EU/040217Berlin-bergen.pdf>

¹⁰ *Mobilising the brainpower of Europe: enabling universities to make their full contribution to the Lisbon strategy*, SEC (2005). Communication from the Commission, 2005, 12 pp.

¹¹ Áreas que um léxico institucional teima em manter separadas, ainda que com fronteiras muito pouco precisas. "Humanidades" apresenta-se, a nosso ver, como um conceito vago e indefinido. A História integra-se, do nosso ponto de vista, na área das Ciências Sociais e Humanas.

mestrados integrados, tidos como essenciais ao exercício de uma profissão, e condiciona o perfil dos candidatos à frequência universitária destas áreas do saber, que se apresentam como menos exigentes do ponto de vista das qualificações académicas.

Em segundo lugar, esta reforma aprofunda as desigualdades entre instituições de ensino dentro de uma mesma universidade. Na verdade, este modelo pressupõe (e bem, segundo o nosso entendimento), a mesma filosofia, os mesmos objectivos estratégicos e idênticas modalidades de ensino a todos os planos de estudo, prevendo, por exemplo, aulas teóricas, práticas, tutoriais, laboratoriais ou trabalho de campo para todas as áreas do saber. Todavia, quando aplicada esta filosofia a instituições com meios financeiros e recursos humanos manifestamente diversos, decorrentes de um financiamento diferencial, baseado numa ratio professor/ aluno e funcionário/aluno que oscila numa escala altamente diferencial e que depende, em grande medida, da atractividade social das diversas áreas de formação, produz-se uma indiscutível desigualdade que penaliza, uma vez mais e por outra via, as Humanidades e as Ciências Sociais e Humanas.

Condiciona esta constatação, de forma incontornável, os procedimentos e as estratégias concretas através dos quais se procura implementar o modelo de Bolonha, bem como os seus objectivos estratégicos no específico plano do ensino/ aprendizagem. Para a sua implementação foi criado um grupo de trabalho, a nível europeu, e um novo projecto, o *Tuning Educational Structures in Europe*¹², cujos resultados interessam particularmente à comunidade académica. Como se explica na sua página *web*, “The Tuning project focuses not on educational systems, but on educational structures and content of studies. Whereas educational systems are primarily the responsibility of governments, educational structures and content are that of higher education institutions. As a result of the Bologna Declaration the educational systems in all European countries are in the process of reforming. This is the direct effect of the political decision to converge the different national systems in Europe. For Higher Education institutions these reforms mean the actual starting point for another discussion: the comparability of curricula in terms of structures, programmes and actual teaching. In this reform process the required academic and professional profiles and needs of society (should) play an important role.”¹³

Sendo, precisamente sobre planos curriculares, programas lectivos e métodos de ensino que se debruça este relatório, importa que nos centremos sobre os objectivos últimos para que deve

¹² <http://tuning.unideusto.org/tuningeu/>

¹³ <http://tuning.unideusto.org/tuningeu/>

convergir a proposta pedagógica e científica que veiculamos. Ao rememorarmos os alicerces programáticos da reforma de Bolonha, tentaremos sintetizar os seus macro-objectivos, em termos de ensino/ aprendizagem. A aposta na qualidade do ensino ministrado, atributo essencial para o êxito das vertentes atractivas e competitivas do proposto processo, não só a nível europeu, mas a nível mundial afirma-se como o primeiro. Na reunião de Berlim foi explicitamente enunciado como objectivo fundamental a promoção de sinergias conducentes à consolidação da *Sociedade do Conhecimento*, alicerçada nos esforços convergentes do Ensino Superior e da Investigação, e orientada para a inovação e o desenvolvimento¹⁴. O segundo objectivo estratégico deste processo consiste numa profunda alteração de modelos e de metodologias, que passam a centrar-se na aquisição de competências, mais do que na transmissão de conhecimentos. Com efeito, é explicitamente reconhecido pelo decreto que institui o modelo de Bolonha em Portugal, que uma das grandes alterações introduzidas pela Declaração de Bolonha consiste na "... transição de um sistema de ensino baseado na ideia de transmissão de conhecimentos para um sistema baseado no desenvolvimento de competências"¹⁵. Isto equivale a dizer que os formadores deverão orientar-se mais pelo perfil desejável do formando, do que pelos conhecimentos e pela informação que ele próprio entende como relevante, ou mesmo essencial, para a conclusão, com sucesso, das disciplinas que ministram.

Está-se, portanto, perante uma mudança de "paradigma", o qual, na verdade, não decorre de continuadas especulações teóricas ou epistemológicas entre a comunidade académica, mas antes as produz, *a posteriori*, depois de afirmada uma vontade política uniformizadora que dita as regras do modelo. Mas, tal como afirma Eduardo Prado Coelho: " O paradigma condiciona as teorias, mas não é teoria – está antes dela, acima dela. E o paradigma está representado pelas regras, mas não consiste no que delas se pode enunciar. Existindo através das regras, ex-siste em relação a elas"¹⁶.

E o novo paradigma, com ou sem teoria de sustentação, abalou tão profundamente o modelo de ensino superior que até novos léxicos foram produzidos¹⁷; novos regulamentos de ciclos

¹⁴ *Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities*. Conference on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities (Berlin, 20 - 22 Oct 2003). Disponível in <http://oa.mpg.de/openaccess-berlin/berlindeclaration.html>

¹⁵ Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.

¹⁶ COELHO, Eduardo P. - *Os universos da crítica. Paradigmas nos estudos literários*, Porto, Edições 70, 1982, p. 42.

¹⁷ Veja-se, por exemplo, <http://www.unl.pt/bolonha/glossario>.

implementados¹⁸ e novos documentos orientadores de práticas lectivas colocados à disposição da comunidade académica¹⁹. Desvios em relação à norma são vistos como politicamente incorrectos e a uniformização das práticas universitárias, tanto a nível interno, como a nível nacional impôs-se como um eixo transversal a todo o sistema de ensino superior português.

A aprovação das linhas gerais do modelo, a nível europeu, a par da sua formalização legal e regulamentar em Portugal não conferem, no entanto, aos formadores universitários, em simultâneo docentes e investigadores, e globalmente sem preparação específica nas áreas das didácticas e das pedagogias, nem o saber, nem a utensilagem necessários para proceder à transformação da *praxis*. As soluções, se existem, podem ser de dois tipos: um maior investimento na formação de formadores, que lhes venha permitir uma melhor adequação dos métodos de ensino às novas orientações de ensino e/ou a tradicional busca, pela via empírica, pela experimentação, de mecanismos e de procedimentos que pareçam revelar-se adequados aos objectivos a atingir, isto no pressuposto da sua rápida e eficaz interiorização, já que as mudanças ocorrem a um ritmo tal que as respostas são mais intuitivas, do que reflectidas²⁰.

Ressalta, porém, um dado adquirido: se o novo modelo de ensino se deve orientar para o desenvolvimento de competências, o seu elenco, diferencial segundo os diversos ciclos de estudo, deve estar definido, se possível na base de alguns consensos. O mesmo se aplica ao que se entende dever ser os resultados dos vários momentos do processo de aprendizagem e, portanto, às competências diferenciais a definir nos vários níveis de ensino. Na prática, isto implica o redesenho dos programas de cada ciclo, módulo programático ou unidade curricular, em ordem a corresponder aos objectivos a atingir por cada um deles num todo articulado.

Tais metas situam-se a três níveis: os resultados esperados de cada processo de ensino/aprendizagem; as competências a adquirir e o perfil do estudante, visto como o “out-put” de um sistema. Em concreto, a formulação de resultados de aprendizagem esperados equivale à listagem

¹⁸ Regulamentos dos Cursos de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos e de Mestrados Inegregados. Disponíveis in : http://sigarra.up.pt/reitoria/legislacao_geral.lista_legislacao?p_grupo_legislacao=10

¹⁹ Vd. o documento *Orientações relativas às actividades de ensino-aprendizagem decorrentes da implementação do processo de Bolonha aos diversos ciclos de estudos existentes na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP)*. Disponível in http://sigarra.up.pt/flup/conteudos_geral.conteudos_ver?pct_pag_id=1190&pct_parametros=p_unidade=127&pct_disciplina=&pct_grupo=7387#7387

²⁰ Esforços institucionais têm sido feitos, tanto a nível governamental, como universitário, para a divulgação e a interiorização, da filosofia, dos objectivos e da “arquitectura” da reforma de Bolonha. Uma das últimas a assinalar, no que se refere à Universidade do Porto, teve lugar com a realização do *Bologna Seminar on ‘Development of a common understanding of Learning Outcomes and ECTS’* (Porto, 19-20 Junho 2008)

do que um estudante de determinado nível deve saber/ perceber e demonstrar após a frequência de uma unidade curricular, um módulo ou um ciclo de estudos, e que são tidos como essenciais para a atribuição dos respectivos créditos. Por seu lado, as competências a adquirir representam uma combinação de conhecimentos, capacidades de compreensão e ferramentas de trabalho a aplicar, durante a aprendizagem e em posteriores desempenhos em ambiente de trabalho.

A aquisição de competências torna-se, assim, o objectivo último dos programas de formação, e estas devem ser formuladas, não só em relação a diferentes níveis de ensino, como em relação a diferentes cursos e a diferentes unidades curriculares. Não podemos esquecer que outro dos princípios básicos que assistem à formulação do modelo dito de Bolonha se prende com a transversalidade dos saberes e com o desiderato de que uma formação básica numa área do saber pode dar acesso a uma formação de segundo ciclo numa outra diversa. Se esta orientação se revela central para a elaboração de programas e metodologias de trabalho para os cursos de segundo ciclo, atendendo aos distintos perfis dos estudantes, e mesmo para os cursos de doutoramento, já que o estudante pode, na prática, “saltar” do 1º para o 3º nível de estudos, ela não deixa de produzir implicações também a nível do 1º ciclo.

Em qualquer dos níveis, o projecto *Tuning Educational Structures in Europe* distingue três tipos de competências genéricas:

- Competências instrumentais: capacidades cognitivas, metodológicas, tecnológicas e linguísticas;
- Competências interpessoais: capacidades individuais que interferem com a interacção social e a cooperação;
- Competências sistémicas: capacidades e habilidades que interligam todo os sistemas (combinação de conhecimentos, capacidades de compreensão, prévia e bem sucedida aquisição de competências instrumentais e interpessoais), e de que resultam desempenhos integrados.²¹

Da combinação última dos resultados do processo de ensino/ aprendizagem e da aquisição de competências resulta, por fim, o perfil desejável do estudante, outro dos conceitos a ter em conta e a definir para cada ciclo de estudos. Não querendo partir da estaca zero no que a esta matéria se refere, procurámos remeter-nos à consulta de documentos básicos, produzidos tanto à escala

²¹ <http://www.tuning.unideusto.org/tuningeu/index.php?option=content&task=view&id=173&Itemid=209>

européia como nacional, sendo esta, de resto, reflexo daquela²². Reportamo-nos aos documentos elaborados pela equipa que deu corpo ao já referido projecto *Tuning Educational Structures in Europe*, que decorreu em várias fases. Balizar-nos-emos, em particular nos *Tuning Educational Structures in Europe. Universities' contribution to the Bologna process*, nas suas versões II²³ e III²⁴. Estes documentos orientadores apresentam um elenco de competências, umas gerais, outras específicas, da área do conhecimento em História, que foram objecto de escrutínio através de inquéritos lançados em numerosos países europeus a académicos (formadores); estudantes (formandos) e empregadores²⁵.

A despeito da existência de algumas discrepâncias no que se refere às prioridades a promover, quando definidas por cada um dos intervenientes no processo, subsistem notáveis consensos, entre as respostas dadas, face a uma lista base fornecida pelo inquérito, a qual continha, em 2001 e 2008, 30 e 31 competências, respectivamente. Após a análise dos resultados, a equipa recomenda que os novos *curricula* de 1º ciclo contribuam para a aquisição das seguintes competências gerais:

1. Capacidade de análise e síntese.
2. Capacidade para lidar com informação complexa e contraditória.
3. Qualidade de expressão oral e escrita.
4. Familiaridade com novas tecnologias.
5. Planeamento e gestão de projectos.
6. Espírito de iniciativa e preocupação com a qualidade.

²² No intuito de adaptar o modelo de Bolonha à realidade nacional no específico domínio da História, foi constituído um grupo de trabalho com representantes das várias Universidades Portuguesas, de que resultaram vários documentos, discutidos a nível departamental. O seu ponto de partida são, precisamente, as orientações previamente apresentadas pelo projecto *Tuning Educational Structures in Europe*.

²³ *Tuning Educational Structures in Europe. II. Universities' contribution to the Bologna process*, ed. Julia González ; Robert Wagenaar, s.l.University of Deusto; University of Groningen, 2005.

²⁴ *Universities contribution to the Bologna Process* in "Tuning Education Structures in Europe. General Brochure. Pilot Project. Phase 3". Disponível in

http://www.tuning.unideusto.org/tuningeu/index.php?option=com_docman&Itemid=59&task=view_category&catid=19&order=dmdate_published&ascdesc=DESC

²⁵ Para uma avaliação da representatividade e caracterização da amostragem tratada, vd. Jon Paul Laka, University of Deusto – *Tuning Consultations 2008 on Competences* in "Tuning Dissemination Conference II", 2008. Disponível in http://www.tuning.unideusto.org/tuningeu/index.php?option=com_docman&task=view_category&Itemid=59&subcat=14&catid=20&limitstart=0&limit=5

7. Capacidade de trabalho em grupo²⁶.

Com base nas súmulas produzidas por esses estudos, foi elaborado, discutido e aprovado a nível do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da FLUP (DHEPI) um documento sobre estas matérias²⁷ que aqui tomamos como ponto de partida, por o entendermos como orientador das práticas do grupo em que nos integramos, ainda que lhe tenhamos introduzido consideráveis alterações que temos como pertinentes. Veja-se:

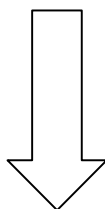
Quadro 1
Quadro-síntese de competências, resultados de aprendizagem e perfil desejável de um licenciado em História

Competências	Resultados esperados do processo de ensino/aprendizagem
Domínio de conhecimentos históricos essenciais	Domínio de informação abrangente sobre o passado. Capacidade para distinguir entre fenómenos episódicos, tendências sustentadas e processos de mudança
Capacidade de pesquisa de informação	Conhecimento dos passos a dar para localizar, pesquisar e aceder a informação pertinente à resolução de um problema. Conhecimentos genéricos sobre as fontes históricas disponíveis
Capacidade de sistematização, análise e síntese	Capacidade para organizar, analisar e sintetizar informação de diversa proveniência Capacidade para desenvolver uma crítica pertinente da informação disponível, em ordem a aferir a sua validade e representatividade
Capacidade para trabalhar com informação e abordagens complexas, complementares ou contraditórias	Informação abrangente sobre as principais escolas, teorias, problemáticas e fontes de informação histórica Abertura às abordagens propiciadas por outras áreas disciplinares (interdisciplinaridade)
Capacidade de aprender	Domínio dos mecanismos de construção activa do conhecimento em situações novas
Capacidade para gerar conhecimento em bases rigorosas	Domínio de uma linguagem objectiva e rigorosa Conhecimento dos princípios básicos da metodologia específica da disciplina Capacidade para utilizar as novas tecnologias
Capacidade de comunicação oral e escrita	Domínio sólido e rigoroso da língua materna e habilidade para comunicar numa outra língua
Capacidade para aplicar o conhecimento adquirido	Capacidade para projectar socialmente as aprendizagens académicas

²⁶ Jon Paul Laka, University of Deusto – *Tuning Consultations 2008 on Competences* in “Tuning Dissemination Conference II”, 2008. pp. 38-39. Disponível in http://www.tuning.unideusto.org/tuningeu/index.php?option=com_docman&task=view_category&Itemid=59&subcat=14&catid=20&limitstart=0&limit=5

²⁷ O documento, que teve como base abundante literatura produzida sobre a matéria foi sistematizado por Luís Alberto Marques Alves e Amélia Polónia no ano lectivo de 2005/2006, no decurso do processo de reestruturação da licenciatura em História. O que aqui apresentamos, não divergindo no essencial das propostas aí veiculadas, afina-as e sistematiza-as de forma diversa

	Capacidade de participar em actividades de inventariação, divulgação e preservação do património histórico - material e imaterial Capacidade para exercer uma verdadeira cidadania patrimonial, potenciando o conhecimento e a compreensão da cultura material como memória histórica activa do passado
Capacidade para interagir com os outros	Capacidade de relação inter-pessoal Capacidade de trabalho em grupo
Capacidade de intervenção profissional e social	Capacidades para resolução de problemas; Capacidade para planeamento e gestão de projectos Auto-disciplina Cumprimento de prazos Comprometimento ético Capacidade de adaptação a novas situações



OUTPUT: PERFIL DO ESTUDANTE:	
Elevada compreensão crítica do presente Elevada consciência crítica da identidade, especificidade e afinidades dos universos sociais Compreensão da diversidade e da multiculturalidade Sensibilidade particular à preservação da herança histórica e patrimonial Comprometimento ético e cívico esclarecido Capacidade para pesquisar, analisar, utilizar e comunicar criticamente informação Capacidade para aplicar criticamente a informação do passado a realidades do presente Capacidade de planeamento e gestão de projectos de nível medianamente complexo Capacidade para interagir em equipas de trabalho Capacidade para utilizar e aplicar as novas tecnologias Capacidade para cruzamento de saberes interdisciplinares	

A globalidade da literatura disponível insiste na ideia de que um curso de 1º ciclo não habilita ao exercício de uma profissão, sendo desejável um aprofundamento de especialidade que forneça, em ciclos subsequentes, os conhecimentos específicos, as técnicas, as metodologias e as ferramentas imprescindíveis ao exercício de uma profissão. É nosso entendimento, porém, que um curso de 1º ciclo deve:

1. aprofundar conhecimentos em determinada área de saber e iniciar o estudante na especificidade conceptual, epistemológica e metodológica da disciplina que cursa;
2. propiciar o desenvolvimento de capacidades operativas transversais, como verdadeiros sustentáculos de todo o processo de aprendizagem: capacidade de análise e síntese, capacidade para aprender autonomamente e capacidade para identificar e resolver problemas. Outras competências, tais como a capacidade de comunicação, a capacidade para aplicar, na prática, os

conhecimentos adquiridos, a capacidade de adaptação a novas situações, a criatividade, a preocupação com o rigor e a qualidade dos desempenhos, a capacidade para pesquisar e gerir informação, bem como os atributos que beneficiem relações inter-pessoais revelam-se fundamentais, não só para o exercício de uma profissão, mas também para uma sólida progressão nos diferentes níveis de estudos.

Cremos, por isso, que a estrutura curricular da licenciatura em História, que de seguida reproduzimos, responde eficaz e adequadamente ao primeiro grupo de competências. Cabe a todas as suas unidades curriculares desenvolver as consideradas no 2º grupo, de acordo com mecanismos e métodos que poderão ser diferenciais, como se pode constatar:

Quadro 2.
Estrutura Curricular do Curso de 1º Ciclo em História,
com variante *minor* em Geografia (Via Ensino)²⁸

Área disciplinar	Unidade Curricular	ECTS
História Geral	Pré-História Civilizações Antigas História Política na Época Medieval História Económica e Social na Época Medieval História da Cultura na Época Medieval História Política na Época Moderna História Económica e Social na Época Moderna História da Cultura na Época Moderna História Política na Época Contemporânea História Económica e Social na Época Contemporânea História da Cultura na Época Contemporânea	Mín. – 54 ECTS
História de Portugal	História Política Medieval de Portugal Economia e Sociedade no Portugal Medieval História da Cultura Medieval de Portugal História Política Moderna de Portugal Economia e Sociedade no Portugal Moderno História da Cultura Moderna de Portugal História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa História Política Contemporânea de Portugal Economia e Sociedade no Portugal Contemporâneo História da Cultura Contemporânea de Portugal	Mín – 48 ECTS
Teoria	Teoria e Tipologia das fontes História da Historiografia Historiografia Portuguesa Teoria da História	Mín – 12 (6 para Via Ensino)
Metodologia	Métodos e Técnicas de Investigação Histórica Paleografia e Diplomática	Mín – 12 (6 para Via Ensino)

²⁸ Plano oficial do curso de 1º Ciclo em História. Cf. Deliberação nº 1791 – E/2007. Publ. Diário da República, 2ª série, nº 173, 7 de Setembro de 2007

Metodologia Aplicada	Seminário em História Medieval Seminário em História Moderna Seminário em História Contemporânea	Mín – 12
Problemáticas	Genealogia e Heráldica História da Assistência em Portugal História da Cidade do Porto História da Colonização História da Educação História dos Estados Unidos da América História da Igreja em Portugal História da Integração Europeia História Local e Cidadania Patrimonial História Militar de Portugal História das Mulheres História do Pensamento Político História do Trabalho História dos Concelhos e do Municipalismo História Medieval Peninsular História Urbana Informática Aplicada	Mín – 12 ECTS Máx – 42 ECTS (0 para a Via Ensino)
Opções em História	Todas as unidades curriculares de História e disciplinas das áreas científicas indicadas <i>infra</i> no máxima de 30 ECTS	Máx – 30 ECTS (0 para a Via Ensino)
Áreas Científicas Complementares – Opção	Arqueologia História da Arte Filosofia Geografia Sociologia Línguas Literatura Ciência da Informação Ciências da Comunicação Relações Internacionais	Máx. 30 ECTS (0 para a Via Ensino)
Minor em Geografia (Só para a Via Ensino)	Cartografia Mudanças globais e Ambiente Sociedade, Território e Globalização Pensamento Geográfico Processos Ecológicos da Biosfera Geografia Física de Portugal Geografia Humana de Portugal Geografia Urbana Ordenamento do Território	Total - 54 ECTS
		Total = 180 ECTS

Ao cobrir áreas disciplinares de História Geral, desde a Pré-História ao Mundo Contemporâneo, de História de Portugal, de Metodologia e Metodologia Aplicada, de Teoria e de problemáticas várias, que incluem a possibilidade de realizar uma formação complementar noutra área do saber, cremos que a estrutura curricular em vigor responde e é coerente com as competências, os resultados de aprendizagem desejados e a construção do perfil do estudante que

estrategicamente se explicitou no quadro-síntese anterior, o qual, por sua vez, segue de perto as orientações europeias sobre a reforma do ensino superior universitário.

Importa que nos centremos num último ponto, tido como condição essencial à implementação de uma reforma e da alteração de práticas tão profunda como a que nos é proposta/ imposta pelo modelo de ensino que procuramos descrever. Na verdade, a concretização do modelo depende, para além das reformas curriculares e pedagógicas, da diversidade das tradições de ensino, variáveis de país para país, dos contextos sócio-culturais envolventes, dos recursos humanos e dos meios materiais disponíveis.

Ora Bolonha é implementada em Portugal, na área das Humanidades e das Ciências Sociais e Humanas, num contexto de crise profunda, nomeadamente financeira, do ensino superior, a qual se reflecte na diminuição efectiva, por vezes dramática, dos meios técnicos, logísticos e materiais e, acima de tudo, dos recursos humanos disponíveis para implementar um plano curricular extremamente exigente em termos de investimentos lectivos, mais ainda numa fase de transição e de adaptação.

Não nos alongaremos neste quadro, que deve merecer aos agentes envolvidos, estudantes, docentes, órgãos de gestão de Faculdades e Universidades e Governo uma atenção acrescida e uma análise esclarecida, sob pena de se submeter a desejável lógica da qualidade à estrita lógica dos números, estratégia que se nos afigura desastrosa em termos de resultados previsíveis a médio e a longo termo. Contudo, nada como uma descrição objectiva da actual situação, em números, para uma prefiguração da realidade em que exercemos a nossa actividade, docente e de investigação, no DHEPI, nos últimos anos. Em 2001 o então Departamento de História contava com 32 elementos no seu corpo docente e ministrava um curso de licenciatura em História, prestava colaborações a outras licenciaturas, e assegurava 3 cursos de Mestrado. Hoje, o DHEPI conta com 24 docentes, correspondentes a 23 ETIs²⁹ e ministra 1 licenciatura, mantém idênticas colaborações externas, assegura 6 cursos de mestrado e 1 de doutoramento.

Estes indicadores tornam inevitável o aumento da pressão exercida pela carga lectiva no trabalho do professor/ investigador, igualmente expressa nos dados referentes à nossa própria distribuição de serviço lectivo nos últimos três anos. Às 10 horas lectivas semanais em média anual, distribuídas por 6 disciplinas de licenciatura em 2006/ 2007, sucedem-se 15 horas semanais em

²⁹ ETI – Equivalente a Tempo Integral.

2007/2008 (das quais 21 horas só no 2º semestre), distribuídas por 3 disciplinas de licenciatura, 3 de Mestrado e 2 de Doutoramento, e as 16 horas previstas para o presente ano lectivo, e asseguradas em 4 disciplinas de Licenciatura, 2 de Mestrado e 6 de Doutoramento.

Aos desempenhos lectivos acresce, como se sabe, o tempo investido nas orientações científicas de dissertações de mestrado e de doutoramento, em cada vez maior número; o exigido pelas múltiplas reuniões, pelos inevitáveis exercícios de cargos de gestão e pela participação em numerosos grupos de trabalho, a que se juntam os contributos para a mobilidade docente ao abrigo dos programas Sócrates/ Erasmus, as colaborações lectivas com outras universidades, nacionais e estrangeiras - tudo isto tendo em conta apenas a vertente especificamente pedagógica, a qual deverá corresponder, segundo o ECDU ainda em vigor, a 50% dos desempenhos do professor universitário.

Se lembrarmos que hoje a Universidade é gerida como uma empresa, com objectivos e planos estratégicos a cumprir, que se medem nos *rankings* internacionais, e que o desenvolvimento de investigação de ponta e de natureza interdisciplinar, a internacionalização e a gestão de projectos de investigação colectiva se apresentam como prioridades estratégicas da Universidade do Porto, creio que se explicita, com clareza, o quadro em que se desenvolve a nossa actividade, o qual é, de resto, comum à globalidade da comunidade académica portuguesa.

O que pretendemos afirmar, de forma inequívoca, é que esta situação resulta insustentável. Nem um activo comprometimento institucional, nem o empenhamento pessoal em prole da instituição e dos estudantes justificam ou explicam este quadro. A persistência em querer promover mudanças que apelam à excelência de desempenhos e que pressupõem um investimento muito mais exigente e qualificado em termos pedagógicos num contexto em que, em simultâneo, se impõem profundas restrições financeiras e de recursos humanos, transforma-se numa violência que não qualifica o ensino e a investigação, não permite uma verdadeira reforma, nem dignifica um sistema de ensino superior que apenas se procura aproximar do europeu em moldes e em números.

Foi objectivo deste primeiro ponto apresentar os contextos gerais, programáticos e pragmáticos, estratégicos e materiais, a que nos vimos confinados na programação e no exercício lectivo a que se reporta o presente relatório. Relembramos que a prática que aqui se esquematiza e sobre a qual se reflecte decorre da sua aplicação apenas no ano lectivo de 2007/2008.

De seguida, procurar-se-á definir a natureza, os objectivos, os conteúdos programáticos e as estratégias didácticas e pedagógicas que sustentaram a unidade curricular que elegemos, em ordem a inserir os seus contributos para a arquitectura geral do Curso de 1º Ciclo em História ministrado pelo Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

2. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE CURRICULAR

2.1. INTEGRAÇÃO DA DISCIPLINA NO PLANO CURRICULAR DO CURSO DE HISTÓRIA DA FLUP

A disciplina sobre a qual incide o presente relatório, *História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa*, encontra-se incluída na área temática de *História de Portugal*, como se comprova pela consulta do Quadro 2. De acordo com a filosofia subjacente ao actual plano curricular, esta não é uma disciplina obrigatória, como não o é nenhuma das contempladas no presente *curriculum*, antes faz parte das 10 disciplinas da referida área temática, da qual os alunos têm que frequentar necessariamente 8, correspondentes a 48 ECTS. Não se encontra também adstrita a um ano lectivo particular na progressão da licenciatura, podendo ser frequentada por alunos do 1º ao 3º ano dos estudos graduados em História, encontrando-se de igual modo aberta a sua frequência, como opção, a alunos de outros Departamentos e Secções Autónomas da FLUP, bem como de qualquer outro curso da Universidade do Porto.

Pelo seu objecto temático, que de seguida definiremos, a *História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa*, disciplina clássica nos *curricula* dos cursos de História das universidades portuguesas, desenvolve articulações de complementaridade com outras disciplinas existentes, no actual plano curricular do Departamento de História, nomeadamente as de *História da Colonização e História do Brasil*, da área de *Problemáticas* e com as disciplinas de *Economia e Sociedade no Portugal Medieval* e *Economia e Sociedade no Portugal Moderno*, da mesma área temática de “História de Portugal”. As opções programáticas que adiante se explicitam têm subjacentes essas relações de complementaridade e a interdisciplinaridade horizontal e vertical, desejáveis em *curricula* académicos.

2.2. CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DISCENTE

Apresentado o enquadramento geral da unidade curricular, centremo-nos nos seus destinatários: os estudantes. Para uma melhor caracterização deste universo, importa sublinhar que os inscritos transcendem os estudantes da licenciatura em História. Outros, das áreas de Arqueologia, História de Arte, Filosofia ou dos Cursos de Línguas e Culturas tendem a frequentá-la,

ainda que, no último ano lectivo, excepcionalmente, e num universo de 138 inscritos, apenas um era do Curso de Geografia. Em números variáveis, também estudantes ao abrigo do programa de mobilidade Sócrates/ Erasmus tendem a inscrever-se nesta disciplina. Todavia, através dos números apurados, parece nítida a prevalência de discentes que prosseguem uma formação básica em História, sendo residuais os sub-universos daqueles que provêm de outras áreas disciplinares, ou que a frequentam ao abrigo de programas de mobilidade discente, não diferindo esta última realidade em muito daquela característica da globalidade das disciplinas da licenciatura em História. Estes são dados a ter em conta nas opções a fazer em torno dos conteúdos programáticos da disciplina.

Constata-se, ainda, que nela se encontram inscritos em simultâneo, estudantes do 1º, 2º e 3º anos do novo plano curricular, a que acresceram, no ano anterior, os alunos do 4º ano do antigo plano de estudos. Como se compreende, esta circunstância introduz algumas assimetrias entre os níveis de formação, as competências já adquiridas, ou ainda não adquiridas, e dificulta uma planificação de actividades, bem como a aplicação de grelhas de avaliação uniformes. No ano transacto, o número de inscritos no 1º ano do curso era notoriamente elevado e destacava-se dos restantes. Importa, por fim, anotar o número progressivamente maior de estudantes que entram através de outras portas que não a do concurso nacional de ingresso ao ensino superior. Maiores de 23 anos, que entram através da realização de um exame *ad-hoc* e respectiva entrevista, transferências de outros cursos, ingressos de licenciados que se propõem frequentar uma segunda licenciatura, por vezes em idades de reforma ou pré-reforma, e candidatos que entram ao abrigo de contingentes especiais, como são os procedentes dos PALOP, engrossam e diversificam um universo já *per se* heterogéneo.

Caberá, no entanto, questionar qual é, afinal, o perfil destes estudantes, nomeadamente dos que entram através do concurso nacional de acesso ao ensino superior. São estes que constituem, afinal, o *in put* mais significativo, e mais problemático, do sistema. Com efeito, Bolonha preocupa-se a definir o *out put* desejável e nós a adoptá-lo, mas não se identificam grandes preocupações em identificar o perfil dos estudantes que entram, nomeadamente a sua faixa etária, proveniência geográfica e perfil sócio - económico. Caracterizar este universo não é fácil, à falta de estudos estatísticos sistemáticos, a despeito de alguns esforços serem feitos, a nível da UP, para os caracterizar no momento do ingresso. Essa caracterização é feita a nível da Universidade, e nesta a

nível de cada unidade orgânica. Chegar ao estudo específico do universo do nosso curso não é, neste momento, tarefa exequível³⁰. Mas mesmo sem recorrermos à evidência dos números, cremos poder apontar alguns traços caracterizadores que interferem na *praxis* do ensino-aprendizagem.

Desde 2006 os alunos podem ingressar no curso de História sem terem frequentado essa disciplina no ensino secundário (10º, 11º e 12º anos). Assim o impõe o princípio da versatilidade e da mobilidade entre áreas do saber, bem como a necessidade de se preencherem as vagas disponíveis anualmente, numa área pouco atractiva do ponto de vista das saídas profissionais, mais ainda num momento em que a via do Ensino deixou de estar disponível, pela existência de excedentes na oferta, e em que não se abrem, através de políticas institucionalizadas, outras portas a estes estudantes.

Decorre desta circunstância uma outra: nos últimos anos, ainda que se tenham preenchido todas as vagas abertas (90)³¹, as classificações médias de entrada são cada vez mais baixas. Neste domínio, porém, há que afinar as análises. Em 2007, por exemplo, a nota do último colocado na 1ª fase era de 10,58 valores, ao passo que na segunda fase essa nota era de 12,58.

Em qualquer dos casos, há uma realidade que é manifesta: a maior parte destes estudantes não se candidatam a História como primeira opção, embora isso também ocorra, em alunos com notas mais elevadas, mas com um peso pouco significativo no universo total, o que diz bem do esforço que deve e tem que ser feito para se ultrapassar o primeiro grande obstáculo: o da desmotivação ou da falta de motivação com que se ingressa num curso superior. Esse esforço tem que ser tanto maior, quanto a publicidade negativa que é desenvolvida pelo discurso institucional, pelos *media*, e que é interiorizada pela opinião pública, alimenta uma desvalorização social desta área do saber, sem nunca lhe contrapor, de resto, as vantagens sociais que lhe estão associadas. Ainda que, de facto, esta leitura penalizadora possa ser facilmente desmentida pelos números, ao evidenciarem um grau de empregabilidade, ainda que por vezes indiferenciada, dos licenciados em História, a par de idênticos níveis de desemprego e de desqualificação de competências registadas em outras áreas como a Psicologia, o Direito, a própria Economia e Gestão, bem como em domínios

³⁰ Um esforço foi feito a nível da FLUP, nomeadamente no âmbito de um processo de auto-avaliação interna promovida pela Reitoria da UP e que decorreu no ano lectivo de 2007/2008. A equipa de avaliadores da FLUP teve um carácter pluridisciplinar. Presidida por Carlos Gonçalves (Sociologia), integrou José Meirinhos (Filosofia), José Carlos Miranda e Rogerio Ponce de Leon (DHEPER) e Amélia Polónia (DHEPI), para além dos representantes do corpo de funcionários (Cláudia Pereira) e dos alunos (Pedro Ramos). Os resultados apresentados neste domínio tiveram em conta, ainda, a globalidade do universo de estudantes da FLUP, pelo que não poderemos generalizar esse perfil.

³¹ Por deliberação da Comissão Coordenadora do Conselho Científico esse número decresceu para 80, sendo as restantes atribuídas a cursos da FLUP tidos como mais atractivos aos estudantes, nomeadamente o de Línguas e Relações Internacionais.

como a Biologia, a Química, etc... - nada disto obsta a uma sensação de desânimo que acompanha a maioria dos estudantes que ingressam no nosso curso. Inverter esta atitude e valorizar as valências, profissionais, sociais e intelectuais desta área de saberes, deve, pois, ser prioridade do docente universitário. Ora, se este contexto condiciona o grau de empenhamento pessoal dos estudantes, são, por outro lado, reconhecidas as debilidades de que os mais jovens enfermam a nível da pesquisa e análise crítica da informação, da expressão oral e escrita, bem como a sua manifesta dificuldade em estruturar, desenvolver e expor ideias articuladas. Por isso, há uma certa resistência a procedimentos que privilegiem a leitura cruzada e a problematização, alimentada pelo apego prévio a manuais didácticos e à informação que se “cola” de sucessivas páginas da *Internet* – procedimentos que constituem bloqueios de difícil ultrapassagem.

As vantagens prendem-se com a facilidade acrescida de manuseamento dos novos meios de pesquisa e com a capacidade para usar as novas tecnologias, as quais, de resto, lhes são disponibilizadas pela FLUP, ainda que, temos que o reconhecer, prefiram utilizá-las noutros contextos que não os da aprendizagem.

Acresce a este perfil o facto de um número significativo dos nossos estudantes serem de fora da área metropolitana do Porto, e portanto sujeitos a um período de adaptação e, por vezes a condições de alojamento precárias, a que acresce a constatação de que uma percentagem elevada dos estudantes da FLUP recorrem aos serviços da Acção Social Universitária, o que os caracteriza também do ponto de vista de uma certa precariedade social e da envolvente sócio-cultural de que provêm. Não precisaremos sublinhar que esta constatação em nada diminui os seus méritos ou as suas capacidades para cumprirem os objectivos propostos, nem a sua plena integração na UP, antes aponta para dificuldades acrescidas, desta feita materiais, que estes alunos têm que vencer.

Práticas educativas prévias, escolares e familiares são, ainda responsáveis por um outro traço estruturante deste perfil: a falta de maturidade e de autonomia. Esta constatação torna-se evidente desde o primeiro momento, o da inscrição em unidades curriculares, apoiada anualmente por uma equipa de docentes que acompanha esse primeiro contacto dos alunos com a Faculdade e os apoia, com esclarecimentos, nas suas escolhas curriculares. Do desempenho desta tarefa, repetida em anos consecutivos, decorre como evidente a progressiva dificuldade dos alunos em tomarem decisões relativas á sua formação, fazerem escolhas, construírem horários e definirem um plano de estudos – procedimentos que lhes são requeridos por uma estrutura curricular versátil, sem disciplinas obrigatórias, sem vinculação curricular por anos, ainda que condicionada pela frequência

de ECTS mínimos por área curricular (Cf. Quadro 2). Esta constatação coloca-nos perante um dilema, que se repete em outros domínios de ensino/ aprendizagem: deve a estrutura curricular tornar-se mais directiva e fixa, evitando escolhas, ou deve-se persistir na filosofia inicial e conduzir o estudante a adaptar-se, com o apoio dos professores, a procedimentos que são para eles novos³²?

Na verdade, esta não é uma questão de somenos importância. Ela apresenta-se como essencial. Não se baseia a filosofia de Bolonha num princípio de diminuição dos tempos lectivos e num aumento do trabalho autónomo do aluno, visando o estudo, mas também a realização de tarefas e de trabalhos que lhe são solicitados? E não se baseia esta filosofia no pressuposto da autonomia do aluno e nas suas capacidades para fazer percursos individuais de pesquisa e de projecto? Os nossos alunos não trazem, na verdade, essa preparação, nem se conformam com esse perfil, que deve ser adquirido no seu percurso universitário de 1º ciclo. Como transformar essas práticas e esses perfis senão através de um acompanhamento mais próximo, continuado e presencial dos estudantes? E até que ponto esta orientação é contrária à filosofia de Bolonha, que prevê e valoriza práticas de ensino à distância, como o E-Learning ou o B-Learning³³?

Todas estas questões devem ser ponderadas aquando da definição de estratégias e de métodos pedagógicos e de avaliação.

2.3. DELIMITAÇÃO DO ÂMBITO TEMÁTICO E CRONOLÓGICO DA DISCIPLINA

Definido o universo dos estudantes, procuremos delimitar o objecto e os objectivos da disciplina. Os conceitos de que se parte encontram-se explícitos na sua própria designação, pelo que não exigirão, porventura, muito detida abordagem. Desenvolvida no âmbito de um Departamento de História, e designada como *História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa*, a disciplina em análise inscreve-se sem margens para dúvidas, numa abordagem historiográfica de um objecto temático duplo: os *Descobrimentos e a Expansão Portuguesa*.

Tratando-se, porém, de uma matéria que aponta para uma relação entre mundos diversos – o especificamente português e europeu, por um lado, e o africano, asiático e americano, por outro, a aproximação lectiva ao tema não dispensa o apelo a informações e legados, quer da geografia,

³² Na prática, o caminho está traçado: por questões pragmáticas, relacionadas com a obrigatoriedade de frequência de 75% das aulas, que torna inviável a sobreposição de horários lectivos, somos forçados a rever a estrutura curricular e a definir *curricula* obrigatórios por ano, o que deverá acontecer já a partir do próximo ano lectivo.

³³ Desta matéria falaremos adiante, no *item* relativo aos Métodos de Ensino/ Aprendizagem.

quer da antropologia, para uma mais cabal compreensão, quer dos constrangimentos e horizontes físicos com que a gesta dos descobrimentos se confronta, quer dos horizontes civilizacionais e antropológicos face aos quais se afirma e com os quais dialoga o expansionismo português. Abordagem, portanto, **interdisciplinar**, que torna pertinente, para além dos referidos, também os contributos de um olhar sociológico aplicado aos agentes dessas descobertas e desse expansionismo e às respectivas redes de inserção social. E porque, quer os descobrimentos, quer a expansão marítima são uma “empresa”, e assim a designa até a historiografia mais clássica, importa também integrar contributos da área da gestão, da logística, no sentido de aferir a adequação dos meios ao (in)sucesso do empreendimento.

Importará, no entanto, desenvolver alguma reflexão sobre o conceito de “Descobrimento”, incidindo, antes de mais, sobre o seu âmbito:

1. descoberta geográfica de oceanos, ilhas e continentes, homens e culturas até então desconhecidos para os europeus;
2. descoberta de novas vias de acesso a mundos que se sabiam ou presumiam existir, de que se tinha notícias, mas que se mantinham estranhos ao universo europeu ;
3. descoberta como reconhecimento e integração, pelos Europeus, na Europa, desses mundos .

Não nos prenderemos aqui aos debates que questionam os Europeus como “descobridores” de universos que já eram do conhecimento dos próprios, ou daqueles que propõem o termo “achamento” como preferível e mais rigoroso quando aplicado à realidade que tradicionalmente se apresenta como de “descobrimento”. Não nos deteremos tão pouco no conceito do ponto de vista da Filosofia, ou mesmo da Filosofia da Ciências³⁴, que nos conduz a uma interrogação epistemológica do que é “descobrir”.

Depois de usado secularmente o conceito, não se nos afigura útil dissertar sobre o seu significado e as suas distintas leituras, porventura conflitantes. No sentido historiográfico em que o usamos, trata-se da descoberta, pelos europeus, de mundos que, pela mão dos europeus, e de acordo com os seus interesses económicos e civilizacionais, passam a inserir-se numa dinâmica global, gizada à escala mundial, num processo de descompartimentação do real – geográfico,

³⁴ Cf. BORNHEIM, Gerd – *O conceito de descobrimento*, Rio de Janeiro, EUERJ, 1998.

económico e civilizacional, liderado por europeus. Orientação que não exclui a descoberta dos europeus por todos os povos que com eles contactam pela primeira vez: a descoberta é recíproca.

A perspectiva que seguiremos será, pois, **eurocêntrica**, porque se estriba num enfoque europeu de uma dinâmica que pode ser alvo de muitas outras abordagens. Esta perspectiva define o olhar de que partimos, sem o carregar, porém, ao que cremos, de qualquer tipo de ideologia, preconceito ou acientificidade .

O conceito de “Descobrimientos” de que se parte na disciplina é, em suma, entendido num sentido lato, que para além das descobertas geográficas, presume a descoberta de novas rotas marítimas, novos produtos, novas religiões, novas culturas, enfim, novas civilizações e valores materiais e imateriais, que condicionarão o(s) tipo(s) de expansionismo(s) a que se assiste, de que se destacam, na análise a empreender na disciplina, aqueles liderados pelos portugueses.

Com efeito, se importa situar o processo de descobrimientos e o expansionismo português na globalidade do(s) expansionismo(s) europeu(s) – ibérico, antes de mais, mas também inglês, holandês e francês, não se perde de vista que a disciplina se centra, pela sua designação e pela área temática em que se insere, a dos estudos sobre “História de Portugal”, num objecto concreto que é restrito ao universo português. Esta assumpção não deverá, no entanto, do ponto de vista epistemológico, excluir ou fazer esquecer as outras experiências expansionistas com que a portuguesa se relaciona e pelas quais é, já desde o século XV, e em particular desde o século XVI, condicionada, num diálogo, feito através de uma luta por supremacias, em que o plural se impõe ao singular, mesmo em termos estritamente europeus.

A mesma leitura se aplica ao enfoque dado à **expansão**, neste caso, à expansão marítima para espaços ultramarinos. O conceito colhe, uma vez mais, de uma leitura interdisciplinar, em que joga o factor económico, mas também o político, o religioso e o civilizacional. Expandir-se implica uma dinâmica de encontros, mas também de confrontos com os universos sobre que incide esse processo de dilatação e de afirmação, e implica a definição de estratégias de fixação e domínio sobre que importa reflectir.

O enfoque político-económico prevalecerá na abordagem do fenómeno da “expansão”, centrando-se o seu tratamento em questões relativas à constituição de redes de navegação e comércio ultramarinas, e a afirmação do “império” português³⁵. Nesta perspectiva, centramo-nos

³⁵ Este é um outro conceito que merece reflexão. O termo, depois de afastado do léxico historiográfico português pelas suas conotações políticas e pela leitura ideológica que dele se fez, particularmente no período do Estado Novo, reentra agora no discurso historiográfico por influência anglo-saxónica e norte-europeia. Desde o conceito de “Portuguese

sobremaneira nos agentes, nos meios e nos mecanismos, particulares e estatais, na definição de rumos e na aplicação de estratégias de fixação e domínio, diversas, de resto, conforme os espaços-alvo desse expansionismo. Específicas estratégias de colonização, em que se inclui a evangelização e a aculturação, formas de organização e apropriação do espaço e relações interculturais, entendemos dever ser tratadas na disciplina de “História da Colonização”, em ordem a definir, na nossa disciplina, um objecto mais delimitado que possa ser abordado com consistência e coerência, do ponto de vista científico e pedagógico, num espaço lectivo de um semestre.

Apesar da nossa preocupação em delimitar o objecto de trabalho, permanece vasta a sua configuração temática, pelo que se exige uma rigorosa delimitação cronológica, em ordem a viabilizar, no tempo lectivo disponível, uma abordagem global e problematizante das questões em jogo. Neste entendimento, a actividade lectiva a empreender não poderá ultrapassar o final do século XVI, princípios do século XVII, no pressuposto de que, por este período se encontra finalizado o processo de “descoberta” de áreas geográficas, definidas as rotas de navegação e comércio e implementados os mecanismos institucionais e políticos de afirmação portuguesa, em espaços insulares e continentais da África, Ásia e América, encontrando-se de igual modo traçada a transferência de prioridades do Oriente para o Atlântico, com a efectiva apropriação do Brasil.

O *terminus* deste período é, também, o tempo em que o expansionismo português se vê confrontado com os outros expansionismos europeus, e em que da fase da construção e consolidação, se passa para uma fase de defesa, e por vezes já de perda de posições adquiridas. Tal significa que se excluem, como objecto da disciplina, as dinâmicas dos séculos subsequentes, que se orientam para uma mais acentuada fixação territorial e política, ligada a um processo de colonização e não apenas de expansão. De resto, e como se explica, à expansão contrapõe-se já a retracção.

Será, pois, o expansionismo marítimo e comercial aquele que em particular se abordará, não por questões, anacrónicas e sem fundamento científico, de apologética, centradas naquela que é tida como a fase áurea da expansão portuguesa (os séculos XV e XVI), mas por uma necessária delimitação do objecto de trabalho, que se quer abordar através de um olhar polifacetado. Não negando as virtualidades de um enfoque na longa duração, que acompanhasse os destinos do expansionismo português até ao século XX, eventualmente até 1999, data da transferência da última

seaborn empire”, de Charles Boxer, traduzida como “O império marítimo português” até as numerosas publicações mais recentes, o expansionismo é visto como um “império”, do mesmo modo e por paralelismo com o Inglês. Mas terá Portugal constituído um verdadeiro “império”? Esta questão merece uma mais profunda discussão, e a ela retornaremos.

das soberanias ultramarinas, a de Macau, depois da plena integração política dos arquipélagos da Madeira e dos Açores, entendemos que tal desiderato se revelaria inviável. De resto, a disciplina faz parte do módulo de História de Portugal na Época Moderna, pelo que cremos que a nossa opção, do ponto de vista do âmbito cronológico, se encontra justificada.

2.4. OBJECTIVOS A ATINGIR

Definido o objecto, importa apresentar os objectivos que orientam a sua abordagem, tendo em conta o público-alvo que atrás definimos e as competências que devem adquirir no nível de ensino em que a disciplina se integra. O quadro seguinte sistematiza aquelas que nos parecem essenciais nesta unidade curricular.

Quadro 3
Competências a adquirir na unidade curricular

ÁREAS DE COMPETÊNCIAS	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS	MÓDULOS CURRICULARES (*) QUE AS VIABILIZAM
COMPETÊNCIAS CIENTÍFICAS	Domínio de informação pertinente e abrangente sobre as áreas temáticas tratadas	Aulas TP TAA
	Conhecimento das diferentes perspectivas historiográficas sobre a matéria – sensibilidade à diferença de olhares e interpretações	Aulas TP TAA
	Conhecimento dos debates de ponta sobre as matérias e dos mais recentes contributos historiográficos	Aulas TP Aulas OT TAA
	Capacidade para problematizar a informação transmitida sobre as dinâmicas e processos históricos abrangidos pela matéria lecionada	Aulas TP Aulas OT
	Percepção do carácter articulado e da complexidade das dinâmicas históricas	
	Capacidade para construir conhecimento	TAA
COMPETÊNCIAS INSTRUMENTAIS	Capacidade de pesquisa de informação pertinente à resolução de um problema /resposta a uma questão	Aulas OT TAA
	Capacidade de análise crítica dessa informação	Aulas OT / TAA
	Capacidade para a aplicação, em diferentes contextos, da informação e das metodologias apreendida	Aulas TP TAA
	Capacidade para identificar e utilizar correctamente conceitos-chave da disciplina	Aulas TP/ OT/ TAA
	Capacidade de sistematização e síntese	Aulas OT /TAA
	Capacidade de exposição oral e escrita	Aulas TP/OT/TAA
	Capacidade de auto-crítica e de aceitação da crítica	Aulas TP

COMPETÊNCIAS INTERPESSOAIS	construtiva de colegas e de professores	Aulas OT
	Capacidade para intervenção oral em debates	Aulas OT
	Abertura à discussão de ideias sobre as temáticas em análise e à aceitação de opiniões divergentes	Aulas TP Aulas OT
	Integração e participação em actividades de grupo	Aulas OT
	Empenho pessoal na concretização dos objectivos definidos para a unidade curricular	Aulas TP/OT/TAA
	Assiduidade, disciplina, capacidade de trabalho, capacidade de gestão do tempo	Aulas TP/OT/TAA
COMPETÊNCIAS SOCIAIS	Consciência da natureza complexa das práticas, atitudes e valores	Aulas TP Aulas OT
	Sensibilidade á multiculturalidade	Aulas TP / OT
	Desenvolvimento de atitudes de tolerância e de aceitação e compreensão da diferença	Aulas TP Aulas OT
	Evitar os juízos de valor apriorísticos e desenvolvimento de capacidades de análise objectiva das dinâmicas históricas, mesmo quando directamente projectadas no presente	Aulas TP Aulas OT
	Capacidade para aplicar os ensinamentos extraídos do estudo do passado às realidades contemporâneas	Aulas TP/ OT/ TAA
	Capacidade de programar e desenvolver tarefas em função de objectivos definidos e calendarizados	Aulas OT/ TAA

Legenda: Aulas TP – Aulas teórico-práticas; Aulas OT – Aulas de Orientação Tutorial; TAA – Trabalho Autónomo do Aluno

3. OPÇÕES CIENTÍFICAS – CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

A demorada atenção que se nos afigurou importante conceder ao contexto de reforma do sistema e das estruturas académicos em que se apresenta este relatório, bem como à identificação das orientações da Convenção de Bolonha e subsequentes, e o excursus que de seguida dedicaremos às opções pedagógicas, não significa que seja para nós de somenos importância a questão científica. Pelo contrário, esta deve merecer-nos detida reflexão, pois teremos que responder ao mesmo patamar de exigência científica, cuja bitola resistimos a fazer descer, num quadro em que muitos querem confinar os cursos de licenciatura a um nível de ministração de conhecimentos de tipo “generalista” e quase indiferenciado. Não nos revemos nessas posições nem subscrevemos esse entendimento. Percebemos, porém, que algumas opções devem ser feitas, procurando uma solução de compromisso sem perda de qualidade e de profundidade nos conteúdos científicos a ministrar.

3.1. OPÇÕES ESTRATÉGICAS

Coerentes com as prioridades apresentadas, elegemos dois macro-objectivos como orientadores dos conteúdos programáticos leccionados: a **revisão de perspectivas historiográficas** e a apresentação de uma **visão integrada do processo expansionista**, tendo em conta contextos, agentes, meios, rumos, estratégias e decorrências - internas e externas.

Enquanto processo central e simbólico do devir histórico português, e enquanto dinâmica marcante da intervenção dos portugueses na história mundial, o objecto desta disciplina – *Descobrimientos e Expansão* -, tem sido alvo de leituras e de perspectivas historiográficas que reflectem apropriações ideológicas, políticas e estratégicas diversas entre si e marcantes do devir da historiografia portuguesa. Importa identificá-las nas suas linhas gerais, questionar a sua funcionalidade coeva e “desmontar” as imagens construídas, na longa duração, desse processo, ao mesmo tempo que se sublinham as linhas de rumo e as aquisições mais recentes do panorama historiográfico português e internacional.

Como desiderato, para além das perspectivas do fenómeno expressas na historiografia portuguesa e europeia, importaria confrontá-las com as imagens construídas por escolas e tendências historiográficas dos vários espaços alvo da actuação dos portugueses: africanas,

orientais e brasileiras. Só este ponto levar-nos-ia, porém, a reservar, no breve calendário lectivo, uma fatia considerável do tempo disponível, pelo que, prosseguindo uma linha de coerência com o atrás definido, a explanação prosseguirá uma perspectiva historiográfica tendencialmente europeia, ainda que chamando a atenção, quando oportuno, para leituras divergentes subscritas por outras escolas de produção historiográfica.

Neste contexto, apresenta-se como pertinete uma chamada de atenção para as mais recentes aquisições e tendências da historiografia portuguesa, sublinhando a acção da Comissão de Comemoração dos Descobrimentos Portugueses que, nas suas vertentes de investigação, através de programas de pesquisa e de levantamento documental, de edição e de divulgação para o grande público e para públicos diferenciais, seja através de exposições, nacionais e internacionais, seja através de iniciativas e publicações dedicadas ao universo infantil, juvenil e escolar, contribuiu, a seu modo, para uma revisão de perspectivas e para um tratamento mais aprofundado e polifacetado do tema.

O primeiro objectivo estratégico impõe, ainda, que nos debrucemos sobre a produção académica, cujas tendências se projectam, quer na abertura de cursos pós-graduados, quer na apresentação e defesa de dissertações de mestrado e de doutoramento. Uma simples sistematização estatística de títulos e temáticas de obras produzidas no âmbito dos Descobrimentos e da Expansão configura, com economia de tempo e de recursos, as linhas de tendência, temáticas, metodológicas, conceptuais e espaciais, da historiografia contemporânea portuguesa. Implicando este trabalho de síntese significativos investimentos por parte do docente, permite, porém, trazer aos estudantes sugestões novas para a apreensão de matérias com que vêm contactando, progressivamente, desde os graus de ensino básico e secundário.

Quanto ao segundo objectivo apontado – a apresentação de uma visão problematizante e integrada do fenómeno expansionista-, ele encontra-se na raiz de fundamentais orientações científicas da disciplina. Mais do que privilegiar a transmissão de informação tida como essencial, que deverá encontrar-se já suficientemente adquirida, nomeadamente a que se reporta à progressão cronológica e geográfica das descobertas e à apropriação do espaço, importa articular esses conteúdos informativos numa **leitura integradora das suas causas, meios, agentes, realizações e decorrências**. Mais uma vez, a apresentação, como material de apoio, de cronologias temáticas e de representações cartográficas acerca de circuitos de navegação, apropriação do espaço, rotas e

pólos comerciais, permite poupar tempo expositivo, e disponibilizar espaço lectivo para uma abordagem analítica mais alargada.

Convém, ainda, privilegiar, em tempo lectivo, a análise de áreas temáticas menos exploradas até aqui, quer do ponto de vista científico, quer pedagógico, entre as quais se contam as matérias relativas à logística da expansão; ao quadro institucional – metropolitano e ultramarino que a viabiliza; às suas decorrências, lidas como contributos, mas também como consequências, internas e externas, do processo em análise. Estes pontos são pois definidos como nucleares no programa que se apresenta.

Do estrito ponto de vista dos conteúdos programáticos, privilegia-se, também, a adução de contributos de ponta no panorama historiográfico contemporâneo, devendo o docente, sempre que possível, colmatar lacunas relativas a áreas menos tratadas. Algumas reflexões críticas têm, na verdade, dominado as análises centradas na historiografia contemporânea dos descobrimentos e da expansão portuguesa. A falta de uma perspectiva geo-económica, integradora do estudo das realidades civilizacionais com que os exploradores europeus contactaram; a carência de boas biografias de personalidades-chave na dinâmica expansionista; a ausência de uma perspectiva integradora do projecto português numa causalidade contextual europeia; a falta de estudos sobre as instituições da expansão e sobre as políticas imperiais portuguesas; a pouca abundância de estudos sobre os espaços económicos e civilizacionais envolvidos na aventura expansionista europeia; a precaridade de abordagens focalizadas nas motivações e protagonismo dos vários grupos sociais da sociedade portuguesa; a ausência de trabalhos sobre a organização jurídica do comércio, da colonização e do domínio político ultramarino, a par de lacunas notórias em áreas relacionadas com categorias operatórias, conceitos e valores condicionantes da apropriação e das representações mentais dos novos referentes antropológicos e civilizacionais, foram apontadas por Vitorino Magalhães Godinho, há mais de uma década, como áreas sub-exploradas pelo labor historiográfico português³⁶. Algumas destas áreas encontram-se parcialmente tratadas por contributos mais recentes da produção académica. Apenas importará reconduzi-los para espaços lectivos, única via de revisão, em cascata, das tradicionais perspectivas sobre os descobrimentos e a expansão portuguesa.

O mesmo se diga da necessária revisão de enfoques do fenómeno expansionista quanto às suas repercussões. Com efeito, foram tradicionalmente seguidos pela historiografia dos

³⁶ GODINHO, V. Magalhães - *Mito e mercadoria. Utopia e prática de navegar. Séculos XIII-XVIII*, Lisboa, Difel, 1990

descobrimientos e da expansão portuguesa, estudos sobre as repercussões externas da projecção marítima da Europa e do impacto causado pelo encontro, quando não confronto de culturas, e de civilizações, ao mesmo tempo que se esqueciam por completo essas repercussões a nível interno, nomeadamente numa perspectiva social.

Pretende-se, pois, introduzir nas aulas uma nova proposta de debate, conduzida por um olhar também voltado para dentro, para o universo que gerou e alimentou todo o processo expansionista, e que não pôde ser imune a transformações demográficas, sociais, económicas, culturais, científicas e mentais dele decorrentes. As populações metropolitanas, em particular aquelas directamente ligadas às navegações oceânicas, porque residentes em burgos marítimos, foram, de facto, alvo de processos de transformação social, traçados na média ou na longa duração, com significativos efeitos de retroacção que importa evidenciar.

Note-se que não nos referimos apenas aos fenómenos tradicionalmente apontados por uma historiografia que insistentemente agita teses como a da sangria de gentes, a dos efeitos supostamente ruinosos decorrentes da subalternização dos sectores primário e secundário da economia, ou da generalização de hábitos consumistas como caracterizadores de grupos económicos dos quais dependia, em grande medida, o investimento. Pelo contrário, apontamos aqui como áreas de estudo prioritárias aquelas centradas no quotidiano das estruturas populacionais e dos segmentos sociais que alimentaram todo o processo de colonização, navegações e comércio ultramarino. Alguns estudos têm sido feitos neste domínio, os quais pretendemos reconduzir para as aulas, abrindo mais um espaço de revisão e de dilatação de perspectivas historiográficas.

Em simultâneo, impõe-se rever alguns “mitos” criados e perpetuados em torno da logística e do saber subjacentes aos descobrimientos portugueses. Construções quiméricas como a da “Escola de Sagres”, ou o silenciamento da importância e do protagonismo de técnicos de navegação anónimos, pela insistência em tópicos historiográficos enganadores, que se repetem, como os de que Vasco da Gama descobriu o caminho marítimo para a Índia, atribuindo a um capitão de armada funções e créditos que o são de técnicos de navegação, por exemplo, têm que ser revistos, através de uma rigorosa análise dos perfis e da formação dos agentes das descobertas geográficas e do expansionismo marítimo, conferindo à logística das navegações – homens, embarcações e saberes, o papel que hoje é possível atribuir-lhes com maior rigor.

A referência a estes *itens* temáticos não exclui, porém, a inclusão dos tradicionais temas, como os dos rumos e os espaços de fixação e de apropriação, nem a menção aos agentes

tradicionalmente apontados como centrais, como se pode conferir pelo programa adiante apresentado.

Em paralelo, nunca esquecendo que os estudos a nível de licenciatura têm objectivos didácticos dirigidos a um universo que não se destina apenas à investigação, mas também ao ensino (com peso marcadamente decrescente) e a uma vastidão de desempenhos profissionais que vão desde os serviços sociais, a administração local e central, os serviços de inventariação, preservação e divulgação patrimonial, os arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação, as áreas do jornalismo e das ciências da comunicação, a edição e revisão tipográfica, o turismo, etc., é nossa preocupação fornecer uma visão integrada e multifocal das matérias leccionadas. Esta não dispensa a apresentação dos grandes quadros de referência, nem a sistematização da informação essencial para a compreensão da dinâmica em causa, mas privilegia a sua análise problematizante e a identificação da sua projecção na memória colectiva e no património histórico, material e imaterial, do presente.

As prioridades apontadas sustentam o esquema lectivo que, de seguida, se apresenta.

3.2. PROGRAMA LECTIVO

AULAS TEÓRICO-PRÁTICAS

0. INTRODUÇÃO. O PROGRAMA DA DISCIPLINA: OBJECTIVOS, OPÇÕES E ARTICULAÇÕES TEMÁTICAS (1 Aula)

I. A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA: A HISTORIOGRAFIA DOS DESCOBRIMENTOS E DA EXPANSÃO PORTUGUESA - REFLEXÕES (1 Aula)

II. CONTEXTOS E CAUSALIDADES (3 Aulas)

1. Os universos compartimentados – o(s) mundo(s) antes da expansão europeia
2. Causas, factores e motivações da expansão portuguesa no contexto europeu
3. Os competidores europeus: Espanha, Holanda, Inglaterra e França. Cronologias e linhas de força de outras “expansões” europeias

III. A LOGÍSTICA DA EXPANSÃO PORTUGUESA

(5 Aulas)

1. Os saberes: ciência e técnica náutica
2. Os homens: os náuticos da expansão
3. A frota naval: tipologias e contingentes de embarcações
4. Organização da navegação: frotas e armadas
5. O aparelho administrativo: os cargos e as instituições

IV. OS COMPLEXOS GEO-ECONÓMICOS

(12 Aulas)

1. O complexo Mediterrânico – Marrocos

- 1.1. A questão de Ceuta: a construção historiográfica
- 1.2. A evolução da política marroquina: conquista, diplomacia e comércio
- 1.3. De Ceuta a Alcácer Quibir: do ideal cruzadístico ao ideal do V Império

2. O Complexo Atlântico

2.1. Arquipélagos Atlânticos (Madeira, Açores, Cabo Verde e S. Tomé)

- 2.1.1. A problemática da (re)descoberta
- 2.1.2. Um novo modelo jurisdicional e administrativo: as capitanias donatárias
- 2.1.3. Estratégias de povoamento e fixação de populações
- 2.1.4. As bases de um modelo de economia colonial

2.2. A África Sub-Sahariana

- 2.2.1. Descoberta e apropriação do espaço
- 2.2.2. Perfil político e económico
- 2.2.3. Políticas mercantis e regime de comércio: o papel do Estado e dos particulares
- 2.2.5. A escravatura negra e o tráfico de escravos. Circuitos, agentes, entrepostos e mecanismos institucionais de trato

2.3. Brasil

- 2.3.1. A problemática de (re)descoberta
- 2.3.2. A apropriação e a organização do espaço: das capitanias ao Governo Geral
- 2.3.3. Estrutura administrativa e dependências institucionais
- 2.3.4. Evolução e estrutura populacional: índios, europeus e escravos negros
- 2.3.5. Ciclos de exploração económica
- 2.3.6. Processos de assimilação e de miscigenação: uma dinâmica exemplar.

2.4. Complementaridades e interdependências: a construção de um “sistema atlântico”

3. O complexo Índico

3.1. Oriente

3.1.1. A Rota do Cabo – consolidação de uma via de comunicação: calendário; itinerários, logística, agentes e sistema de defesa.

3.1.2. Regime comercial: em torno do monopólio comercial das especiarias (políticas, instituições, mecanismos e (in)sucessos)

3.1.3. O Estado da Índia: estrutura político-administrativa, agentes e políticas conjunturais

3.2. Do Oriente ao Extremo Oriente

3.3. A colonização “informal” e os bloqueios estruturais do sistema.

3.4. A desconstrução do Estado da Índia: Portugal face aos competidores europeus

V. DECORRÊNCIAS CIVILIZACIONAIS DA EXPANSÃO PORTUGUESA - A 1ª ERA DA GLOBALIZAÇÃO?

(2 Aulas)

1. A descompartimentação do real
2. A criação de uma economia - mundo
3. Equilíbrios/ desequilíbrios à escala planetária
4. Transferências materiais e imateriais
5. Novas representações do real: a produção cartográfica e literária
6. Repercussões culturais e científicas

VI. DECORRÊNCIAS INTERNAS DA EXPANSÃO PORTUGUESA

(2 Aulas)

1. Decorrências políticas
2. Decorrências económicas
3. Decorrências sociais
4. Decorrências nas estruturas populacionais (demográficas e familiares)
5. Projecções na cultura material
6. Repercussões na psicologia e nas sensibilidades colectivas

3.2. FUNDAMENTAÇÃO DAS MATÉRIAS SELECIONADAS E ARTICULAÇÃO DE CONTEÚDOS

O programa apresentado contempla, a nosso ver, as prioridades científicas atrás enunciadas. A sua viabilidade exige, contudo, uma rigorosa disciplina na gestão do tempo e uma abordagem que privilegie os grandes quadros teóricos e de problematização, e menos uma minuciosa transmissão de informação, a qual, como se disse, é disponibilizada através dos materiais de apoio complementares: cronologias, reconstituições cartográficas e tratamento gráfico e estatístico da informação disponível. Temos, pois, perfeita consciência da vastidão de matérias que aí se contemplam, bem como das dificuldades de se encontrar um ponto de equilíbrio que permita o seu tratamento de forma sistematizada, mas não excessivamente sumária ou superficial.

A duração anual da disciplina seria o desejável para a implementação teórico-prática dos pontos aqui contemplados. Não é, todavia, desse tempo que dispomos, pelo que as estratégias a seguir deverão apontar para uma organização integrada de matérias que privilegie os grandes quadros e as linhas de tendência, e não uma exposição casuística. As concretizações pontuais e específicas são utilizadas apenas como exemplificativas das estratégias, mecanismos e dinâmicas implementadas, na medida em que privilegiam análises conjunturais e estruturais, em desfavor do acontecimental. Maiores desenvolvimentos de certas matérias estão reservados, como se explicou, à disciplina de *História da Colonização*, onde o caso português é avaliado em confronto com as restantes expansões e processos de colonização europeus.

A orientação dada aos conteúdos curriculares vai, pois, num sentido mais analítico e relacional, do que expositivo e linear. Só assim cremos poder dar, num semestre, uma visão global e articulada de todos os pontos que considerámos pertinentes. Centremo-nos nesses *itens* programáticos.

Já defendemos, atrás, a necessidade de se questionarem os discursos historiográficos em torno da História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, o que se pretende levar a cabo no **ponto I do Programa**. Para além das perspectivas cronísticas coevas, dos séculos XV a XVI, importa, em particular, sublinhar as linhas tendenciais dos séculos XIX e XX, assinalando

continuidades, diergências e rupturas, e evidenciando o pensamento de autores-chave que fornecem uma concepção global e própria da expansão, como, a título de exemplo, Jaime Cortesão, António Sérgio, Luís Filipe Reis Thomaz ou Vitorino Magalhães Godinho.

Importa salientar a funcionalidade ideológica desse discurso, em contextos como o dos finais do século XIX, em dinâmicas marcadas pelo Ultimato inglês; o da 1ª República, em que a política expansionista, na sua versão colonialista, se revelava central nas opções e orientações políticas; ou o do período do Estado Novo, em que um discurso apologético alimentava e procurava justificar uma política colonialista já desfasada em relação às correntes políticas dominantes, não só nos continentes-alvo de colonização, mas na própria Europa. Convém, todavia, salientar que, em paralelo, se constrói, a par da versão oficial, ideologicamente comprometida, um conhecimento mais rigoroso, objectivo e mesmo problematizante, das dinâmicas expansionistas. Tal ocorre, em particular desde a segunda metade do século XX, na literatura historiográfica portuguesa, e já em períodos anteriores, no que se refere à produção historiográfica de estrangeiros, como a de Charles Boxer, ou de portugueses exilados ou a fazer a sua carreira no exterior, como Vitorino Magalhães Godinho ou Joaquim Barradas de Carvalho, ou mesmo em obras editadas em Portugal, mas de divulgação mais restrita. Impõe-se, por fim, destacar as tendências da produção historiográfica contemporânea sobre a expansão portuguesa, de autoria de portugueses e de estrangeiros.

Tratar um tão vasto panorama no tempo previsto (2 horas – 1 aula), só poderá acontecer com recurso a um prévio tratamento, nomeadamente estatístico, da produção bibliográfica mais significativa, na longa duração (séculos XIX e XX), com distribuição temática, que permita ao aluno perspectivar as tendências, de que se salientarão apenas os nomes e as obras mais paradigmáticos.

Traçada a abordagem epistemológica, importará, agora, centrarmo-nos nos contextos e causalidades do processo em estudo (**Ponto II do Programa**). De forma prévia à abordagem factual das primeiras manifestações expansionistas, importa colocar duas questões centrais. Em primeiro lugar, como se apresentava(m) na sua (des)articulação, o(s) mundo(s) antes da expansão europeia do período moderno. Recorrendo a estudos clássicos, como os de Fernand Braudel³⁸, Pierre Chaunu³⁹, ou os incluídos na “História Económica e Social do Mundo”, dirigida por Pierre Léon⁴⁰, bem como a algumas outras produzidas pela historiografia e a antropologia, em particular incidente

³⁸ BRAUDEL, F. - *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVe-XVIIIe siècle*, 3 vols., Paris, 1979; *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, 2 vols., Paris, 1968; *Gramática das Civilizações*, Lisboa, Teorema, 1989.

³⁹ CHAUNU, Pierre – *A expansão europeia (séc. XIII a XV)*, S. Paulo, Pioneira, 1978.

⁴⁰ LÉON, Pierre, dir.- *História Económica e Social do Mundo*, Lisboa, Sá da Costa, 1984, Vol. I, t. I.

sobre os espaços africano e americano, incluindo o brasileiro, importa traçar, a partir de uma grelha que discuta parâmetros de “desenvolvimento” civilizacional, como aquela apresentada por Braudel, os quadros gerais dos estados civilizacionais dos vários continentes, em ordem a interrogar o porquê da anterioridade da expansão geográfica dos europeus e a apresentar o perfil civilizacional dos povos com os quais estes contactam **(Ponto II.1.)**.

Pretende-se, depois, questionar as motivações, a causalidade e os factores favoráveis à prioridade da expansão portuguesa **(Ponto II.2)**, procurando explicar a sua precocidade e o seu carácter pioneiro em relação a outros espaços políticos, mesmo ibéricos. Aqui impõe-se discutir as perspectivas tradicionais, a par das mais recentes teses em torno dos factores geográficos e geo-económicos⁴¹; sublinhar os factores e contextos políticos europeus; destacar a importância da construção do poder central português, reforçado pelo processo de reconquista cristã; destacar a unidade e estabilidade política do reino; os desejos expansionistas, ainda em moldes medievais, da dinastia de Avis, e a pressão de uma nobreza “desocupada”, subscrevendo as teses de Luís Filipe Reis Thomaz e as suas leituras acerca da expansão portuguesa no século XV⁴³; relevar as medidas que monarquias medievais foram accionando em ordem a reforçar a capacidade logística portuguesa no que se refere às actividades marítimas, em particular nos reinados dionísio e fernandino; não esquecer o papel impulsionador da Rota do Mar do Norte, que inclui Portugal, graças à sua posição geográfica estratégica, entre o Mediterrâneo, o Atlântico e o Mar do Norte, nos grandes eixos comerciais europeus de finais da Idade Média; relembrar toda a expansão comercial portuguesa dos séculos XIV e XV para o Mediterrâneo e o Norte da Europa, bem como a centralidade dos interesses das comunidades mercantis portuguesas, com algum espaço de representação em lugares de poder, municipal e central, dotada de capital e relações de negócio e capaz, pela sua ascensão social e económica, de influenciar rumos e decisões políticas.

Adverte-se que nenhum destes pontos deverá merecer, com excepção dos primeiros, um tratamento muito detalhado, atendendo a que se trata de matérias abordadas em disciplinas de História de Portugal Medieval, que aqui importa apenas recuperar, evidenciando a sua confluência para a criação de um contexto favorável a uma projecção marítima extra-europeia, só compreensível na sua precocidade e orientação em confronto com os contextos político-económicos europeus.

⁴¹ Procuramos, em concreto, questionar e criticar as teses que se centram nos factores psicológicos do povo português, sempre tão do agrado dos alunos, ou a do determinismo geográfico, e discutir as teses de Jaime Cortesão, que estudos historiográficos recentes relativizam, acerca do peso do litoral sobre o interior em finais da Idade Média.

⁴³ THOMAZ, Luís Filipe Reis – *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, [1994].

Uma vez mais, a sistematização esquemática em torno de três variáveis, contextos (que apresentam as causas ideológicas e políticas), motivações (que apresentam as alavancas socio-económicas) e factores (que se dividem em factores estruturais, conjunturais e instrumentais), permitirá visualizar as articulações possíveis entre os vários fenómenos em debate, disponibilizando aos alunos um esquema compreensivo da temática da causalidade da expansão portuguesa.

Numa idêntica linha de inserção da expansão portuguesa no conjunto das expansões europeias, procuramos identificar os competidores com que Portugal se confronta, num processo de longa duração, em que se evolui de confrontos marítimos a processos de disputa de espaços ultramarinos – territoriais e comerciais. Fazemo-lo num quadro panorâmico que envolve as repectivas cronologias, motivações e estratégias **(Ponto II.3)**.

Compreendidos os factores, importa questionar os meios, a logística que possibilitou a gesta dos descobrimentos **(Ponto III)**. Em debate e análise encontram-se matérias como os saberes, a frota naval e os técnicos que viabilizaram as expedições oceânicas e a incorporação de novos espaços no universo europeu. Centramo-nos, em primeiro lugar, na arte de marear, na técnica náutica, com o objectivo de explicitar, com clareza, os conhecimentos e meios técnicos (cognitivos e instrumentais) de que dispunham os portugueses nas suas primeiras viagens de exploração oceânica, sublinhando, quer os processos de síntese que conduziram à construção de uma nova ciência náutica, baseada na navegação astronómica, quer os mecanismos eminentemente empíricos desse processo.

Depois, as embarcações, os vasos marítimos, a evolução da técnica e indústria de construção naval⁴⁴, e a própria evolução numérica, volumétrica e tipológica da frota naval do reino, salientando o peso relativo das políticas régias e dos contributos da iniciativa particular, no processo de construção de uma frota naval em que os contratadores particulares, ainda que incentivados por privilégios régios, se apresentam como agentes imprescindíveis. No mesmo registo, sublinhar que a evolução, em número, tipologia e volumetria, dos efectivos navais que asseguraram a construção de um “emporio” marítimo se deve mais ao empreendedorismo particular, e a mecanismos de

⁴⁴ Atentos aos trabalhos clássicos e, em particular aos mais recentes, sistematizados em trabalhos académicos e de divulgação: Vd. BARATA, João Pimentel – *Estudos de Arqueologia Naval*, Vol. I, Lisboa, INCM, s.d. e DOMINGUES, Francisco - *Os navios do mar oceano. Teoria e empiria na arquitectura naval portuguesa dos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004 e *Navios e viagens. A experiência portuguesa nos séculos XV a XVIII*, Lisboa, Tribuna, 2007.

“apenamento” de embarcações e do seu fretamento pelo rei do que à construção de uma verdadeira frota de defesa ou mercante régias, com excepção para alguns dos contingentes ao serviço da Carreira da Índia, que implicavam investimentos a que a maioria dos particulares não acedia.

O tratamento estatístico de recenseamentos parcelares de embarcações e a análise de regimentos régios, desde D. Afonso V a D. Sebastião, que contêm incentivos à construção naval, através de isenções fiscais, subsídios de arqueação, equipamento militar e de artilharia naval, a par da integração de dados disponíveis sobre importação de matérias primas, localização de estaleiros navais com distintos perfis e apetências, modelos industriais, tendo como base estudos em torno dos estaleiros de Lisboa (Leonor Freire Costa)⁴⁵, Porto (Amândio Barros)⁴⁶, Vila do Conde (Amélia Polónia)⁴⁷ e Algarve (Joaquim Romero de Magalhães)⁴⁸, permitirão ir construindo o quadro operativo destes componentes essenciais das navegações: a indústria naval e a frota naval.

A organização de armadas – mercantis e de defesa, e o respectivo sistema de funcionamento constitui ainda alvo de exposição e análise. Desde a navegação individual, à navegação “em conserva”, à organização pela coroa das armadas da Índia e das armadas de defesa da costa e das diversas rotas ultramarinas, incluindo as do Brasil, constituem pontos de abordagem pertinente. Uma vez mais, impõe-se um apelo a contributos recentes de Leonor Freire Costa em torno do transporte no Atlântico, centrado nas frotas do açúcar, em finais do século XVI e século XVII⁴⁹.

Em paralelo, os homens, os náuticos da expansão ultramarina, agentes essenciais desse dinamismo expansionista. Números e sua evolução diacrónica: os possíveis, as tendências, mais do que a evolução rigorosa, intangível para os séculos XV e XVI, à falta de recenseamentos e registos, perdidos com a valiosa documentação das Casas da Guiné, Mina e Índia. Mais aproximados para finais dos séculos XVI e séculos XVII, através dos registos de exames de navegação contidos nos

⁴⁵ COSTA, Leonor Freire – *Naus e galeões na Ribeira de Lisboa. A construção naval no século XVI para a Rota do Cabo*, Cascais, Patrimonia, 1997.

⁴⁶ BARROS, Amândio Jorge Morais – *Porto. A construção de um espaço marítimo nos alvares dos tempos modernos*, Porto, 2004 [Dissertação de doutoramento policopiada].

⁴⁷ POLÓNIA, Amélia – *Vila do Conde. Um porto nortenho na expansão ultramarina quinhentista*, Porto, 1999 [Dissertação de doutoramento policopiada].

⁴⁸ MAGALHÃES, Joaquim Romero - *O Algarve Económico durante o Século XVI*, Lisboa, Cosmos, 1970.

⁴⁹ COSTA, Leonor Freire. - *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*, 2 vols., Lisboa, 2000 [Dissertação de doutoramento policopiada].

chamados *Livros das Ementas*⁵⁰, e nos despachos de nomeação de náuticos (mestres, pilotos e capitães) feitos pelo Conselho Ultramarino⁵¹.

Refira-se que colocamos a recente e mais antiga investigação ao serviço da docência, através da apresentação de material estatístico, gráfico e cartográfico que nos permita perspectivar a evolução numérica, distribuição por carreiras, distribuição por portos de naturalidade ou residência, lidos numa perspectiva contextual e diacrónica. É certo que os dados disponíveis se centram nos técnicos superiores da navegação: pilotos, sotapilotos, mestres, contramestres e guardiães. Todavia, estudos prospectivos que apontam, a nível de Portugal e da Europa, para pesos relativos dos vários agentes de navegação na globalidade dos contingentes da tripulação, e as estipulações, na legislação, acerca da relação desejável entre o número de tripulantes e a tonelagem de embarcações, podem constituir indicadores para uma mais satisfatória e global aproximação a esta questão.

Aspectos relativos à formação, recrutamento, creditação, identificação de funções técnicas adstritas a cargos, sistemas e níveis de remuneração, permitirão configurar desempenhos técnicos, carreira náutica e perfil social dos técnicos portugueses, e evidenciar aspectos como os da transmissão geracional da profissão e o da constituição de genealogias de náuticos, articulados com a transmissão geracional de saberes. A análise, na diacronia, de privilégios concedidos nos vários reinados aos homens do mar, bem como a consideração de diplomas de recrutamento compulsivo de tripulações, permitirá aferir, em simultâneo, graus de atractividade diferencial pela carreira náutica, na longa duração, e detectar políticas régias de atracção de um número suficiente de náuticos que assegurassem as viagens marítimas ultramarinas, em particular em tempos de crise, insucessos, insegurança e perigos. O cruzamento desta informação com a distribuição de náuticos por carreiras para o período para que há dados seriais (1596-1648) permitirá, ainda, aferir a funcionalidade dos modelos de recrutamento e a motivação/ desmotivação relacionada com a integração nas carreiras náuticas em distintos contextos.

Por fim, importa apresentar, esquematicamente, e discutir a construção de todo um aparelho administrativo, na metrópole e no ultramar, que permitiu, por um lado, a gestão, pelo poder central, da viagem e do negócio, envolvendo a coroa e os particulares, e que viabilizou, por outro

⁵⁰ POLÓNIA, Amélia - *Mestres e Pilotos das Navegações Ultramarinas (1596-1648)- Subsídios para o seu estudo* . "Revista da Faculdade de Letras- História", II Série, Vol. XIII, Porto, 1995, pp. 135-217.

⁵¹ VASCONCELOS, Frazão de - *Pilotos das Navegações Portuguesas dos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1942 .

lado, a implantação de estruturas de afirmação política, de controlo militar e de exploração comercial, no espaço ultramarino, controladas pelo Estado português. Neste ponto apenas se enunciam os cargos, as instituições e as suas funções, que veremos em acção e em pleno funcionamento no ponto IV do programa. Capitães, feitores, escrivães, vice-reis, governadores, almoxarifes, tesoureiros dos defuntos, a par de capitánias, feitorias, e dos órgãos centralizados constituídos pela Casa da Guiné, Mina e Índia, Armazéns da Coroa, Provedoria das Armadas e Conselho Ultramarino ou ainda as Casas da Relação da Índia e Brasil são alguns dos órgãos e cargos que importa identificar, em ordem a ver em funcionamento a estrutura fiscal, administrativa, política, militar e judicial que viabilizou a expansão portuguesa. Em simultâneo, procura-se discutir uma das teses de Vitorino Magalhães Godinho: a de que os descobrimentos e a expansão portuguesa decorrem e contribuem para a construção de um estado centralizado, sem o qual o empreendimento expansionista não seria viável.

Em simultâneo, chama-se a atenção para a construção, em espaços ultramarinos, de uma rede institucional paralela, como a dos bispados, paróquias, conventos e mosteiros, colégios e recolhimentos, a par das Misericórdias, que perfiguram outras tantas estruturas de enquadramento da população, em espaços sob a égide da coroa portuguesa nos vários continentes, as quais, a par dos concelhos, reproduzem idênticos modelos da Metrópole.

Discutidos os meios e a logística, passamos para os rumos e as concretizações efectivas (**Ponto IV do programa**). Recorre-se, para o seu tratamento, a um conceito proposto por Vitorino Magalhães Godinho, cujas virtualidades nos parecem indiscutíveis: o de **complexo geo-económico**, de resto relacionado com o de **complexo histórico-geográfico**, esboçado por Jaime Cortesão. Procura-se, de facto, estruturar as matérias a leccionar de acordo com uma lógica geográfica e económica, independentemente da linha de evolução cronológica a que a análise desses complexos tende a obedecer.

Sem pretender desvalorizar a existência de uma articulação activa entre todos esses complexos, identificamos três núcleos de expansão e de fixação prioritários. Em primeiro lugar, o Norte de África marroquino, articulado com um complexo geo-político e estratégico eminentemente Mediterrânico, mesmo nas suas últimas expressões, as do reinado de D. Sebastião. O excuro das matérias parte da convicção de que a actuação portuguesa nesse contexto decorre de um ideal cruzadístico e proselitico, definido, primeiro em continuidade com o processo de Reconquista Cristã

e depois em articulação com um ideal imperial cristão, e católico, de valor político-estratégico inegável, se considerarmos o avanço turco para Ocidente.

O segundo complexo que consideramos é o Atlântico, incluindo, numa lógica de interacção, três pólos: o das Ilhas Atlânticas, o da Costa Ocidental Africana e o do Brasil e da Ibero-América. Apresentamo-los como sub-sistemas de um mesmo complexo, que se estrutura e se desenvolve tendo como base intensas transferências, sejam elas de natureza comercial ou humana: tráfico de ouro, açúcar e escravos consubstanciam-se como três dos principais fluxos que estruturam esse complexo no período considerado.

Por fim, o complexo Oriental, que chamamos de Índico, na sua mais larga expressão, ao entendermos, tal como Luís Filipe Thomaz⁵², que abarca um espaço que vai da Costa Oriental Africana ao Japão. Procurar-se-á, através da sua análise, captar as articulações, conjunturais e diacrónicas, entre a África Oriental, o sub-continente indiano, a Insulíndia, o Sudeste Asiático e o Extremo Oriente, num espaço de interacção alargada no qual os Portugueses se afirmam, através de estratégias desestruturantes de equilíbrios existentes, enquanto detentores de uma lógica histórica, civilizacional, económica, militar, distinta da Oriental, com a qual abrem caminho a tantos outros povos Europeus, cuja presença massiva dá início à construção de um “Oriente Europeu”. Procurar-se-á, contudo, captar e evidenciar, em paralelo, uma outra lógica: a da transversalidade e da reciprocidade das transferências culturais, sedimentada através de um processo de permeabilidade cultural, e de adaptação estratégica, que viria mesmo a conceder aos Portugueses o estatuto de intermediários ao serviço desses complexos civilizacionais, históricos e económicos.

Neste excurso, e ao longo de 12 tempos lectivos, procura-se transmitir uma visão articulada do processo expansionista, evidenciando algumas das linhas de rumo das políticas de expansão/ colonização seguidas pela coroa portuguesa, bem como discutir o protagonismo do Estado e dos particulares na construção desse “império marítimo” ou “império ultramarino” português, debate em que uma reflexão sobre o próprio conceito de “império” tem cabimento.

Teorias marcantes na literatura historiográfica portuguesa, como a do sigilo, proposta por Jaime Cortesão, a da política de transporte, avançada por António Sérgio, a do capitalismo monárquico português, proposta por Manuel Nunes Dias serão também visadas, a par dos mais recentes debates em torno das teses de descoberta ou redescoberta dos novos espaços geográficos.

⁵² THOMAZ, Luís .F. Reis – *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994, p. 207.

Em concreto, com o apoio de cronologias e cartografia, procurar-se-á ver, em primeiro lugar, a progressão geográfica da expansão portuguesa, através da fixação militar (o Norte de África Magrebino), e através da descoberta: de rotas de navegação (tendo como ponto essencial a problemática da rota do Cabo, mas salientando também a multiplicidade de rumos de navegação, em longitude e em latitude), a descoberta de ilhas, continentes e sub-continentes, de povos, culturas e religiões. Sistemas de ventos e correntes, acidentes geográficos, organização de expedições de consolidação da navegação e encontro de soluções técnicas de superação de obstáculos, são aqui consideradas, ao mesmo tempo que se discute a pertinência da tradicional tese do sigilo como explicativa de falta de testemunhos escritos sobre alguns dos momentos dessa progressão. Iniciativas privadas e régias na organização de expedições de descoberta serão ainda alvo de análise, a par do elenco dos “achamentos” geográficos, tendo como um dos pontos essenciais a discussão das teses da (re)descoberta da Madeira, Açores e do Brasil e do próprio continente americano.

A identificação dos distintos contextos de povoamento, ou a falta dele, e a existência de povos com que os Portugueses interagem, levar-nos-á a evidenciar a diversidade de circunstâncias com que estes se confrontam, e a apontar a heterogeneidade de soluções encontradas em termos de apropriação desses espaços, evidenciando a multiplicidade de desafios, geográficos, económicos e civilizacionais, impostos pela fixação e apropriação das Ilhas Atlânticas (Madeira e Açores, Cabo Verde e S. Tomé), costa ocidental africana, o Oriente e o Brasil.

Definido o quadro da descoberta e do encontro de continentes, povos e culturas, procura-se aprofundar também as estratégias de apropriação e domínio desses espaços. São, assim, contextualmente tratadas as várias formas e estratégias de implantação política e económica nos diversos territórios ultramarinos, procurando impor formas de soberania, de suserania ou de intercâmbio: a fixação militar, seja no Norte de África, seja no Oriente; as tentativas de penetração em novos territórios, nomeadamente o africano, através de tímidas incursões ao longo dos cursos fluviais; as estratégias de enquadramento institucional através da criação de capitânias; a criação e gestão de feitorias e outros entrepostos comerciais controlados pela coroa portuguesa; e a formação de verdadeiros Estados, à imagem do Estado metropolitano português, seja através da figura centralizadora dos governadores, como ocorre no Brasil, seja de vice-reis, no Oriente. Tal não nos deverá fazer esquecer os mecanismos informais e marginais de fixação e exploração de recursos económicos, a cargo de particulares, muitas vezes tentando escapar às malhas do controlo fiscal,

económico e administrativo do Estado português, como ocorre em alguns espaços africanos, nomeadamente na costa da Guiné, ou no Oriente, de que Macau, numa primeira fase, é exemplo, não único, mas elucidativo.

A par, aproveita-se para esclarecer a definição das grandes rotas comerciais e os respectivos espaços-chave: a rota do açúcar, tendo em conta os sucessivos pólos produtores: Madeira, S. Tomé e Brasil; a(s) rota(s) do ouro; a rota das especiarias, das sedas e das porcelanas; a rota dos escravos; a rota do pescado da Terra Nova, enquanto os portugueses aí marcaram presença, sem esquecer os entrepostos intermédios de abastecimento, como a Madeira e as Canárias, e nunca perdendo de vista a constituição de uma verdadeira teia interconexa de rotas, com necessárias interrelações com os mercados do Mediterrâneo, mas também do Norte da Europa (matéria a desenvolver no ponto V. 2. A criação de uma economia- mundo).

No que se refere aos aspectos políticos envolvidos por estas matérias, bem como aos impactos materiais, políticos e civilizacionais nos universos de contacto, domínio de debate numa outra disciplina de opção curricular, a de *História da Colonização*, estes aqui não são, por opção e impossibilidade, sumamente desenvolvidos, nem os seus contornos esgotados, sendo no entanto a sua referência inevitável na economia geral da disciplina. O mesmo se diga dos aspectos relacionados com fenómenos de aculturação, transferências civilizacionais, miscegenação, construção de multiculturalismos. A específica vertente da evangelização será subsumida nos *itens* relativos às estratégias de fixação, não sendo por isso desenvolvida no presente programa.

Numa leitura avaliativa da especificidade da expansão e da colonização portuguesas, esta abordagem não prescinde de referências comparativas, ainda que muito sintéticas e esquemáticas, à expansão portuguesa face a outros expansionismos europeus, nomeadamente o espanhol, o holandês, o inglês e o francês, matéria uma vez mais remetida para maiores desenvolvimentos na disciplina afim de *História da Colonização*.

Apresentados os contextos prévios e a causalidade, os meios e os agentes, os rumos das descobertas e as estratégias de fixação, impõe-se um último olhar às conseqüências do expansionismo português: à escala do globo (**Ponto V**) e à escala portuguesa (**Ponto VI**), tendo em conta as suas projecções no espaço metropolitano.

Não nos deteremos aqui, em particular no **ponto V**, por constituir uma abordagem já clássica, envolvendo matérias de distinta incidência disciplinar, que nesta unidade curricular são

abordadas no estritamente essencial e numa perspectiva articulada e esquemática. Estas matérias conhecem maiores desenvolvimentos noutras disciplinas da licenciatura, seja da área da História Política, da História Económica ou da História da Cultura Europeias. Trata-se tão só de centrar a atenção, através de um particular periscópio, nos contributos das descobertas e da expansão portuguesa para processos e movimentos – políticos, económicos, culturais e científicos que, transcendendo a realidade e a experiência portuguesa, nela encontram algumas das suas raízes. Questões como a das hegemonias políticas europeias e da transferência de lideranças do Sul para o Norte da Europa, bem como a da criação de uma economia à escala mundial, dando início a um processo que colhe, à sua escala, talvez já do conceito de “globalização”⁵³, serão tratadas neste ponto.

Outras matérias, com incidências a nível verdadeiramente planetário, como a descompartimentação de universos até aí compartimentados; uma diversa apropriação do real, com incidências nas suas representações físicas, literárias e cartográficas, mas também mentais, com incidências antropológicas e religiosas; a discussão de ganhos e perdas humanas e materiais (as migrações de culturas, com implicações a nível de regimes alimentares mundiais, mas também as perdas humanas, pela guerra, os naufrágios e os acidentes marítimos, ou ainda pela migração de doenças, a que sistemas imunitários inadaptados não conseguiam responder, a delapidação humana e familiar, decorrente da escravatura em massa,...); a discussão dos equilíbrios/ desequilíbrios/ reequilíbrios à escala planetária, serão outros tantos tópicos a salientar, ainda que sem grandes desenvolvimentos.

E paralelamente estarão em discussão as repercussões culturais e científicas e as projecções na cultura material, que trarão à colação temáticas como a produção e difusão da literatura de viagens, a literatura técnica e científica, a revisão de critérios de saber e de autoridade intelectual e científica e, em última instância, o tópico controverso dos contributos da expansão europeia, e portuguesa em particular, para a revolução científica do século XVII.

Parece-nos central, no entanto, introduzir estas questões na discussão deste ponto do programa, ainda que os seus desenvolvimentos não possam ter espaço senão num outro lugar. Importa, acima de tudo, motivar os alunos à busca de uma mais profunda informação sobre essas matérias, fornecendo-lhes bibliografia para exploração dessas matérias, e alertá-los para novos enfoques sobre algumas questões de debate já tradicional, promovendo uma discussão

⁵³ Vd. ANTUNES, Cátia – *Globalisation in the Early Modern Period. The economic relationship between Amsterdam and Lisbon. 1640-1705*, Amesterdão, Aksant, s.d.

desenvolvida em bases estritamente científicas de questões tantas vezes tratadas de forma carregada de apologética.

O mesmo se diga de uma área programática, desta feita, ao que cremos algo inédita em programas lectivos sobre estas matérias, mas sem a qual cremos ficar incompleta a abordagem das decorrências da expansão portuguesa. Referimo-nos ao teor do **ponto VI** do programa (**Decorrências internas da expansão portuguesa**). Em abordagem sistemática, distribuída por tópicos de reflexão, tratam-se aspectos como os das decorrências políticas, a nível dos distintos níveis de poder (central e local), procurando salientar que a expansão contribuiu para o reforço da centralização do poder político, por um lado, e por outro lado apontar para o facto de, a nível local, e em sociedades marítimas, as dinâmicas sócio-profissionais geradas pelas vivências marítimas terem afectado a promoção de distintas elites de poder, em que o saber técnico e o poder económico tendem a ganhar terreno como factores de promoção de determinados grupos, reforçando a sua posição a nível das elites municipais.

As questões económicas são também apresentadas, através de interrogações dirigidas aos pesos relativos de uma economia tradicionalmente agrária face a uma economia de base fortemente mercantil, e da sua interrelação com distintos mecanismos de mobilidade social. Da mesma forma, a recomposição da sociedade portuguesa, através da análise do peso relativo de novos grupos, como o dos escravos, ou dos estrangeiros, será também um dos temas focados, a par dos mecanismos de controlo e vigilância social adaptados a um país marcado por uma maior abertura ao exterior e uma maior mobilidade Interna e externa.

Outros domínios a considerar, como decorrências directas do envolvimento na expansão, são os que se projectam a nível das estruturas demográficas, familiares, mentais, ou da própria civilização material. Matérias a que se deverão somar, quer as novas aquisições em torno da cultura material (alimentação, vestuário, mobiliário), quer em torno da introdução de novos padrões estéticos e artísticos, quer ainda aquelas que se prendem com o domínio das práticas religiosas e da psicologia colectiva.

E em apenas 4 horas lectivas, a docência destas matérias terá forçosamente de ser conduzida por uma abordagem tópica e com um objectivo didáctico de chamar a atenção para novas

⁵⁵ Disponível in www.letras.up.pt, na pasta *Documentos*, sub-pasta *Documentos Aprovados*, anexos ao Conselho pedagógico -https://sigarra.up.pt/flup/conteudos_geral.conteudos.

áreas de reflexão, e despertar os alunos para mais profundas investigações sobre os temas indicados.

Com o excuro feito, procurámos clarificar conteúdos e abordagens específicas. Os seus desenvolvimentos, como se depreende, só são viáveis e compreensíveis a partir de opções e estratégias pedagógicas, e alicerçados em materiais de apoio e num elenco bibliográfico que de seguida se apresentam.

4. OPÇÕES PEDAGÓGICAS. MÉTODOS DE ENSINO/APRENDIZAGEM

4.1. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

Para a execução deste programa importará ter em conta que a disciplina funciona em regime semestral, com um tempo lectivo presencial (horas de contacto professor/ aluno) distribuído por aulas TP (teórico-práticas) e aulas de OT (aulas com orientação tutorial), assim distribuídas, na perspectiva do aluno: 52 horas de aulas teórico-práticas, equivalentes a 26 aulas de 120 minutos e 7 horas de aulas de orientação tutorial. A este plano corresponde um tempo calculado de trabalho autónomo do aluno de cerca de 100 horas, a que acrescem 2 horas para a realização da prova de exame final prevista, o que totaliza 162 horas. O total dessa frequência corresponde a 6 ECTS.

Esta atribuição reflecte a directiva do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, que regulamenta a aplicação da reforma de Bolonha ao ensino superior, o qual pressupõe a correspondência entre horas de trabalho exigido para a realização da disciplina e a correspondente creditação, o que conduz a um mais rigoroso controlo dos efectivos tempos presenciais (para professores e estudantes), já que, também pela primeira vez, se estima o tempo aproximado que se considera necessário o estudante investir para uma adequada preparação. A correspondência entre o prescrito e a realidade não tem, porém, mecanismos de aferição, até ao momento.

Prevê-se a introdução da componente de OT, sugerida por um modelo anglo-saxónico, mas que é, na verdade, completamente descaracterizada. A própria menção a um número máximo de 20 alunos por turma de OT, prevista num dos documentos orientadores do Conselho pedagógico, que analisaremos, evidencia a discrepância em relação ao modelo. Foram, entretanto, produzidos pelo Conselho Pedagógico da FLUP alguns documentos normativos, com incidência na prática docente, a que devem obedecer todas as unidades curriculares de 1º ciclo, com destaque para o *Regulamento de Avaliação aplicável aos Cursos de 1º ciclo – Licenciatura*⁵⁵. O seu teor e filosofia, que consideramos pertinentes a uma cabal compreensão do enquadramento das componentes lectivas, conduz-nos ao reconhecimento de algumas directivas, implícitas ou explícitas, que importa sublinhar.

Destaque-se, em primeiro lugar, a obrigatoriedade de frequência⁵⁶, norma prevista num documento regulador aprovado pelo Senado da UP⁵⁷, mas não aplicada na FLUP até ao ano lectivo

⁵⁶ Art. 9.º – Assiduidade e obtenção de frequência.

de 2007/ 2008, com excepção para os estudantes (poucos) que se inscreviam em avaliação contínua. Esta regra, a da presença obrigatória a 75% das horas de contacto presencial⁵⁸, teve implicações de fundo no funcionamento das aulas. Aumentou, em primeiro lugar, o número de alunos em sala de aula, questão que se revelou perturbadora numa disciplina que teve, no ano lectivo 2007/ 2008, 138 alunos inscritos. Trouxe à sala de aula alunos, desmotivados e reactivos à obrigatoriedade presencial, que introduziram alguns factores de instabilidade, até agora desconhecidos no normal funcionamento das aulas TP. Apesar dos inconvenientes, cremos, porém, que esta medida é vantajosa, pois não se podem motivar alunos ausentes e crê-se que a sua presença poderá contribuir para a diminuição da taxa de insucesso, por norma elevada, a qual, para além de penalizar os próprios estudantes, interfere, inclusive, na atribuição de financiamento e na avaliação dos desempenhos da Faculdade e da Universidade como um todo.

Por último, ao introduzir a orientação, amplamente debatida nas reuniões do Conselho Pedagógico que prepararam este documento, de que as modalidades de avaliação previstas na ficha de disciplina, disponível aos alunos antes da sua inscrição, se aplicam a todos os estudantes, sem excepção, a menos que situações especiais aí fossem previstas, impõe aos estudantes-trabalhadores e restantes portadores de estatutos especiais as mesmas condições de avaliação dos seus colegas, matéria que se revelou de igual modo polémica e introduziu uma séria instabilidade num curso em que o peso deste grupo é tradicionalmente elevado. O princípio geral que moveu tal desígnio baseia-se no pressuposto de que, se todos os alunos devem adquirir as mesmas competências, devem estar também sujeitos à mesma avaliação de competências adquiridas e, por isso, aos mesmos exercícios académicos. Ao prever a possibilidade legal de estes alunos não estarem presentes às aulas OT, isto implicou, na prática, a necessidade de se criarem mecanismos alternativos de orientação destes estudantes, desde um contacto assíduo via *email*, à marcação de tempos extraordinários de atendimento individualizado.

No que se refere às modalidades de ensino/aprendizagem seguidas na disciplina, e diferenciais conforme se trata de Aulas OT, Aulas TP, ou TAA (Trabalho Autónomo dos Alunos), todas se conformam com as orientações europeias plasmadas num documento produzido

⁵⁷ Deliberação nº 1536/2005 da Secção Permanente do Senado da UP que aprovou o «Regulamento dos princípios a observar na avaliação dos discentes da Universidade do Porto» (RePOADUP).

⁵⁸ Excepção feita para os estudantes cujo estatuto lhes confere a isenção legal desta directiva (trabalhadores estudantes, dirigentes associativos , ...)

internamente por um grupo de trabalho da FLUP⁵⁹ e aprovado pelo Conselho Pedagógico. As correspondentes estratégias pedagógicas podem sintetizar-se da seguinte forma:

- **Aulas Teórico-Práticas (TP)** – São de natureza colectiva, baseiam-se simultaneamente numa intervenção expositiva por parte do docente e na discussão e participação dos alunos. Esta participação pode ser individual ou em grupo, sobre temas que conduzam ao aprofundamento dos conceitos, teorias, metodologias e outros conteúdos abordados no âmbito dos programas das unidades curriculares. As aulas teórico-práticas devem permitir o desenvolvimento, entre os alunos, de competências instrumentais, interpessoais e sistémicas, entre outras visadas pelos programas das respectivas unidades curriculares.
- **Sessões de Orientação Tutorial (OT)** – Visam o apoio e acompanhamento científico-pedagógico do aluno, individualmente ou em pequenos grupos previamente definidos. A orientação tutorial é uma componente de trabalho do aluno integrada no horário do docente. Deve ser realizada em sala de aula, não substituindo o horário de atendimento, tal como se encontra plasmado no Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU). Nas sessões de atendimento o docente poderá fazer um acompanhamento mais personalizado do conjunto de actividades/trabalhos desenvolvidos pelos alunos com vista à sua avaliação nas respectivas unidades curriculares. As sessões de orientação tutorial têm como objectivos a consolidação das competências presentes nos programas das unidades curriculares, com especial atenção para o desenvolvimento da capacidade de leitura e escrita científica, de formulação de juízos, de comunicação oral, de capacidades cognitivas, metodológicas e técnicas, assim como o desenvolvimento de estratégias autónomas de aprendizagem. No âmbito destas sessões, a consolidação das competências referidas passa, por exemplo, pela resolução de exercícios similares aos apresentados nas aulas teóricas; pelo desenvolvimento de actividades relacionadas com os trabalhos individuais ou de grupo; pela apresentação de textos pelos alunos ou de temas previamente definidos pelos docentes, ficando o aluno obrigado à sua preparação; pela apresentação de fichas de leitura, de relatórios temáticos ou de outros instrumentos pedagógicos propostos pelos docentes no âmbito das componentes de avaliação das unidades curriculares. Em suma, são sessões vocacionadas para a apresentação, revisão, aprofundamento, discussão, reflexão de questões subjacentes aos programas das unidades curriculares e às suas componentes de avaliação. Para o efeito, os programas das unidades curriculares poderão contemplar um programa de trabalhos especificamente destinado às Sessões de Orientação Tutorial, devendo o trabalho desenvolvido pelos alunos, neste âmbito, ser contabilizado para efeitos de avaliação de conhecimentos da unidade curricular. Dada a impossibilidade de estas sessões serem realizadas individualmente, propõe-se a sua organização em grupos, cuja dimensão, salvo em situações devidamente justificadas, não deverá ultrapassar o número máximo de 20 alunos. As sessões podem ser ministradas alternadamente, estando sujeitas a um regime presencial obrigatório.
- **Trabalho autónomo do estudante** – Corresponde ao trabalho de estudo e pesquisa realizado pelo aluno, sem orientação do docente. Contudo, integra o trabalho de aprendizagem inerente às unidades curriculares. Entre o trabalho autónomo desenvolvido pelo estudante, destacam-se, por exemplo, as seguintes actividades:
 - Análise documental e estatística

⁵⁹ *Orientações relativas às actividades de ensino-aprendizagem decorrentes da implementação do processo de Bolonha aos diversos ciclos de estudos existentes na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP)*. Disponível em www.letras.up.pt, na pasta *Documentos*, sub-pasta *Documentos Aprovados*, anexos ao Conselho pedagógico - https://sigarra.up.pt/flup/conteudos_geral.conteudos

O grupo de trabalho era constituído por Amélia Polónia (História); Luís Carlos Saldanha Martins (Geografia); Isabel Dias (Sociologia); Fernanda Ribeiro (Ciência da Informação). O grupo utilizou, entre outros, os seguintes documentos de trabalho: “A caminho da Área Europeia de Ensino Superior. Processo de Bolonha”, MCTES- Direcção Geral do Ensino Superior; “Orientações sobre métodos pedagógicos e avaliação de competências com vista à implementação do Processo de Bolonha” – Conselho Pedagógico do ISCTE; “Normas relativas à aplicação do Processo de Bolonha na FCHS/UNL (1.º ciclo); “Regulamento da Orientação tutorial” Documento aprovado na 74ª reunião do Conselho Científico da ESTBarreiro/IPS, 15 de Setembro de 2006; “Notas sobre a implementação do Processo de Bolonha ao nível das práticas de ensino-aprendizagem”, 18 de Abril de 2007 – Prof. Doutor Carlos Gonçalves/Departamento de Sociologia; “Tuning Educational Structures in Europe. II. Universities’ contribution to the Bologna process”, ed. Julia González ; Robert Wagenaar, s.l. University of Deusto; University of Groningen, 2005.

- Pesquisa bibliográfica
- Pesquisa de informação em suporte digital
- Preparação de textos
- Elaboração de fichas de leitura
- Elaboração de relatórios temáticos
- Elaboração de relatórios de investigação científica
- Elaboração de resenhas críticas
- Preparação da apresentação de projectos de investigação em sala de aula
- Participação em visitas de estudo relevantes no âmbito das unidades curriculares.

Em suma, o trabalho autónomo do estudante implica, para além das actividades citadas, o desenvolvimento de outros materiais e actividades pedagógicas consideradas importantes para o processo de ensino-aprendizagem. Cabe ao docente definir, no início de cada ano lectivo, os materiais de estudo próprios e incentivar a pesquisa autónoma, no quadro dos conteúdos, objectivos e das competências visadas por cada unidade curricular.

O prévio enunciado reflectiu-se na orientação concreta das actividades em sala de aula. Para a sua cabal compreensão deve ter-se em conta o enunciado esquemático patente no quadro 3, *supra*, relativo aos contributos de cada modalidade lectiva para a aquisição de competências.

Procura-se que as Aulas TP sejam, de facto, teórico-práticas, isto é, que meschem, de forma equilibrada, o modelo da aula magistral, com o das tradicionais aulas práticas. Desiderato difícil de atingir num espaço lectivo de um semestre, e com 138 alunos inscritos, facto que acaba por conduzir, na prática lectiva, ao predomínio de exposições de síntese, de tipo teórico. A vertente prática é aqui introduzida em forma de procedimentos ilustrativos e provativos da informação e das tendências apresentadas. Referimo-nos a documentos, de preferência publicados, tidos como exemplares para as problemáticas em discussão, mas também a materiais de sistematização de informação, que decorrem já de prévio tratamento de informação primária: cronologias, mapas, gráficos e quadros estatísticos, cuja análise poderá levar o estudante, não só a absorver informação, mas a desenvolver mecanismos de análise crítica da mesma. (Vd. *infra* *Materiais de apoio às aulas*)

Em simultâneo, existirá sempre o intuito de lançar debates que se apresentem como desafios à reflexão e à aquisição de novas formas de construir conhecimento. Em concreto, no ano lectivo precedente, insistiu-se em três áreas-chave: 1. O que é um “Império”? Existiu, na prática, e nos séculos XVI e XVII, um império ultramarino Português? 2. Qual a efectiva participação e grau de eficácia da intervenção do Estado (identificado com a coroa portuguesa e o aparelho administrativo e financeiro ligado à expansão ultramarina) e dos particulares na consolidação da presença portuguesa em espaços ultramarinos? Foi essa acção uniforme ou diferencial conforme os espaços de fixação? 3. De que modo a “logística da expansão portuguesa”, em particular a logística naval (náuticos, embarcações, instrumentos de defesa naval, saber técnico) contribuíram para o (in)sucesso da empresa expansionista portuguesa nos séculos em estudo? Estas questões, lançadas nas aulas TP à medida que a matéria leccionada propiciava a sua introdução, são depois

remetidas para um espaço de debate mais eficaz, a decorrer nas aulas OT, em que o universo de estudantes é mais restrito. Importa ainda referir que os temas em debate são habitualmente motivados pela investigação da própria docente, sendo uma forma de projectar para o domínio do ensino as aquisições de projectos de investigação, evitando que o ensino de 1º ciclo se transforme, de facto, naquilo que todos tememos: uma versão generalista e apenas um pouco mais aprofundada, do ensino secundário.

Em concreto, a discussão em torno do conceito de Império foi lançada após a presença da docente num Congresso da VII Bienal Conference of FEEGI - *The Forum on European Expansion and Global Interaction* (Washington DC, Georgetown University, 22-23 February 2008) , em que essa questão veio a lume; a discussão relativa à acção dos particulares em processos de consolidação da presença portuguesa em espaços ultramarinos decorre da participação da docente no projecto DynCoopNet, em que coordena a equipa portuguesa, e que trata, precisamente, da *Dynamic Complexity of Cooperation-Based Self-Organizing Networks in the First Global Age (1500- 1800)*⁶⁰. Por último, a questão da importância da logística naval no sucesso do expansionismo português, matéria de que temos tratado em estudos e conferências, avultou a partir do momento em que a docente é orientadora científica de uma dissertação de Ana Luísa Cachinho Pereira Pinto sobre *Os factores logísticos na construção e declínio do domínio marítimo Português*⁶¹, que versa precisamente essa problemática, analisada a partir da metodologia e das grelhas de análise da logística empresarial. Projectos desta natureza, pela sua multidisciplinaridade e pertinência, afiguram-se-nos exemplares para alertar os alunos para a possível interrogação das dinâmicas do passado a partir das problemáticas do presente, bem como para sublinhar a actualidade da História e ainda as vantagens da transdisciplinaridade. Em última análise, pretende-se evidenciar de que modo as especificidades da metodologia e das fontes históricas podem ser cruzadas, sempre com rigor e evitando quaisquer anacronismos deformadores, com as ciências consideradas “de ponta”.

Na específica gestão de conteúdos curriculares recorre-se, ao longo das aulas, a articulações constantes entre lições, fazendo-se no início da aula uma breve súmula do adquirido na anterior e, no final, uma sinopse do que será tratado na seguinte, em ordem a nunca se perder o fio condutor e dinâmico do fluir do programa.

⁶⁰ Projecto submetido e aprovado pela European Science Foundation – Programa EUROCORES TECT 2006. (Refª ESF. 06-TECT-FP-004) e financiado pela FCT (Refª TECH/0002/2007).

⁶¹ MBA/ Diploma de Formação Avançada em Logística), equivalente a formação de 3º Ciclo, ministrado pela Escola de Gestão do Porto - Universidade do Porto/ Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa/ Instituto Superior Técnico - Universidade Técnica de Lisboa.

Cada aula é, assim, suportada por um fluxograma de articulações entre matérias a ministrar e por material gráfico e cartográfico que sistematiza informação. O suporte informático é também utilizado para a apresentação de diagramas compreensivos das matérias a tratar, tratados em *power point* e concebidos como *slide show*, quando considerado adequado e conveniente. Na globalidade, porém, as apresentações com recurso a *data show* não são ainda predominantes nas aulas, nem estamos em absoluto convencidos de que, a um nível de ensino superior, a assimilação de informação e a sua discussão seja notoriamente melhorado com esses recursos. Matérias de grande complexidade, como as próprias das Ciências Sociais e Humanas, no caso vertente as históricas, nem sempre se conseguem resumir em formas esquemáticas, que, se favorecem a sistematização e visualização de conteúdos, podem também suscitar alguma tendência redutora de teias de relações, variáveis e factores, tendendo o aluno a registar e a reproduzir as articulações mais simplificadas dos processos em análise e a reduzir, dessa forma, a sua natural complexidade.

Promove-se, ainda, tanto quanto possível, e no final de cada tema leccionado, um debate mais alargado com os alunos acerca das principais aquisições de conhecimentos e das questões de discussão mais pertinente, em ordem a fazê-los debruçarem-se, a par e passo, sobre as matérias leccionadas, e a adquirirem hábitos de reflexão sobre os temas discutidos, evitando, tanto quanto possível, uma assimilação acrítica dos conteúdos programáticos. Nas aulas de OT, e por sugestão dos próprios alunos, que nisso viam uma forma de preparação para o exame final, foram calendarizados, no final do semestre lectivo, precisamente, debates sobre os temas da matéria sugeridos pelos alunos, nos quais sentiam mais dificuldade de compreensão e análise. Entenda-se que nessas aulas eram os alunos a apresentar tópicos e elementos de debate que a docente procurava articular, aprofundar e problematizar. Esta experiência revelou-se útil.

Estratégia pedagógica igualmente fecunda seria a de convidar alguns especialistas, em número que não deveria exceder os três/semestre para assegurarem matérias que, pela sua especificidade, muito ganhariam com os seus contributos inéditos sobre os temas em análise. A vinda desses especialistas implicaria opções anuais de rotatividade temática, de que resulta uma salutar partilha de experiências académicas entre docentes e investigadores da área de especialidade que se lecciona, fazendo confluir, em proveito dos discentes, a investigação de ponta e a divulgação dos seus contributos através do ensino. Todavia, este é um desiderato ainda não implementado, por diversos motivos: 1º. Dificuldades de gestão de calendário e de cumprimento do programa previsto no tempo disponível; 2º. Excesso de trabalho de que todos somos alvo, e que

uma solicitação desta natureza apenas viria agravar; 3º. Dificuldades financeiras da FLUP, que não nos permitem custear viagens a investigadores para esses fins.

No que se refere à concepção das Aulas de OT, encontramos-nos, ainda, perante um momento de charneira e de teste de vias possíveis para o seu preenchimento, de modo a que contribuam para a aquisição das competências identificadas (Cf. Quadro 3). Entendemos que estas aulas devem contribuir, de forma preferencial, para o desenvolvimento de competências instrumentais e interpessoais, embora a vertente de debate de matérias leccionadas nas aulas TP não exclua a vertente mais especificamente científica.

Em concreto, de entre as modalidades e as funções cabíveis nas aulas OT, optámos, do elenco acima reproduzido, pelo desenvolvimento das seguintes actividades:

Quadro 4
Actividades de OT

COMPETÊNCIAS A ADQUIRIR	ACTIVIDADES	PRODUTOS AVALIADOS
Capacidade para construir conhecimento a partir de informação disponibilizada	Debates	Desenvolvimento e resolução de questões a ser avaliadas em prova de exame final
Desenvolvimento da capacidade de leitura e escrita científica	Exercícios de análise bibliográfica	Trabalho de análise bibliográfica e resensão crítica
Desenvolvimento de capacidades metodológicas e técnicas	Apresentação de grelhas de análise Apresentação e aplicação exemplificativa de procedimentos de notação de trabalhos científicos	Aplicação em trabalhos individuais a desenvolver
Desenvolvimento de capacidades de análise e crítica de informação	Análise de documentos (crítica de fontes) e de material estatístico (leitura interpretativa e crítica de informação)	Aplicação em todas as componentes de avaliação, em particular no trabalho de resensão crítica
Desenvolvimento de uma linguagem rigorosa	Exercícios exemplificativos de análise de conceitos-chave para a disciplina (Descobrimento; Colonização, Império; Miscegenação; Evangelização; ...)	Realização de um trabalho, breve, sobre um conceito, segundo uma grelha previamente apresentada e exemplificada
Desenvolvimento de capacidades de comunicação oral e escrita	Intervenção oral e realização de trabalhos escritos	Apresentação de trabalhos escritos e sua discussão oral em sala de aula

Este programa foi ministrado no ano lectivo de 2007/ 2008 com alguns problemas e muitas virtualidades. Problemas decorrentes, antes de mais, do número excessivo de alunos por turma. O número previsto para sessões OT, do ponto de vista do aluno é de sete horas. Houve, porém, necessidade de um desdobramento da turma, em 4 grupos, em ordem a viabilizar um trabalho mais dirigido e profícuo. Isto implica que o docente repete as sessões para grupos distintos, o que

equivale a um aumento de carga lectiva deveras significativa: cada disciplina passa de 4 para 6 horas semanais, para o professor, mas afigurou-se ser o único esquema possível em disciplinas com um número elevado de estudantes. Ainda assim, nem sempre era cumprida a normativa de um máximo de 20 alunos por turma, sendo por norma superior.

Na prática, foram planificadas quatro sessões de 2 horas, repetidas nos quatro grupos: uma de apoio à preparação do trabalho sobre um conceito (vd. Ponto 4.4.); duas de preparação e apoio à realização do exercício de recensão crítica, após fornecimento de uma grelha de análise e dos tópicos a ter em conta, disponibilizados na ficha da disciplina; uma de debate. Muitos dos alunos frequentaram muito mais do que as quatro sessões previstas, o que se revelava útil, já que uma aula nunca se repetia cabalmente, antes introduzia novos conteúdos e abordagens de acordo com as solicitações dos alunos. Não foi possível fazer a apresentação e discussão final dos trabalhos realizados. Embora desafiados a apresentar relatórios parcelares e respectivas dificuldades de realização, os estudantes resistiram a esse tipo de “exposição”, continuando a preferir o atendimento personalizado para o fazer.

O diagnóstico da interiorização das competências e das dificuldades foi feito pela docente através da leitura/ avaliação intermédia, por vezes repetida, desses trabalhos, com as correspondentes sugestões de alteração e melhoria. Cerca de 85% dos estudantes beneficiaram com isso e de facto alteraram os seus trabalhos. Os restantes alteraram questões formais, cujo incumprimento inviabilizava a classificação, mas não as propostas ao nível da metodologia, da estruturação e do conteúdo. De um modo geral, esta componente de avaliação comprovou e frequentemente melhorou a nota obtida em exame final.

A experiência, que contou no início com muita resistência dos estudantes e se apresentou muito desgastante para a docente, tanto mais que tinha que repeti-la, com distintas orientações e conteúdos, para mais duas disciplinas de licenciatura, revelou-se positiva e pensamos que não se deve abandonar. É, segundo cremos, a única via para desenvolver competências instrumentais e interpessoais e preparar os alunos para o novo modelo de aprendizagem. Note-se, porém, que não é objectivo da disciplina o desenvolvimento de ferramentas ligadas a métodos e técnicas de investigação histórica, para a qual existe uma disciplina de frequência recomendada logo no 1º semestre da licenciatura, mas antes o de aplicar e desenvolver essa utensilagem, testando-a em casos concretos e conduzindo à sua interiorização pelos estudantes.

Para uma melhor preparação e desenvolvimento deste tipo de competências, o núcleo de docentes de História Moderna tem vindo também a promover, nos últimos anos, uma colaboração activa com instituições documentais, através de visitas de trabalho programadas ao Arquivo Distrital do Porto, Arquivo Histórico Municipal do Porto, ou CEDOPORMAR (Centro de Documentação dos Portos Marítimos Quinhentistas), a funcionar em Vila do Conde. Outras actividades paralelas de apoio à docência que utilizamos sempre que as circunstâncias o justificam e permitem, é o de acompanhar os alunos em eventos culturais com afinidades temáticas com a disciplina leccionada, como a visita a exposições, o visionamento conjunto de filmes, ou a visita a exemplos ilustrativos de determinadas dinâmicas (Ex.: visita à réplica da nau quinhentista agora disponível ao público em Vila do Conde, mas que chegamos a visitar em estaleiro). Com isso pretende-se estimular uma apreensão interactiva dos conteúdos lectivos. O período de comemorações dos descobrimentos portugueses revelou-se fecundo nessas oportunidades, que nos últimos anos têm escasseado.

Permanece, contudo, uma questão por debater, e à qual cremos não dever escapar: a da utilização dos mais recentes meios de ensino/ aprendizagem, com recurso às novas tecnologias. Referimo-nos às modalidades de ensino/ aprendizagem conhecidas como E-Learning ou o B-Learning, sendo a primeira uma educação à distância, *on-line*, com recurso às TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) ⁶², e a segunda a combinação de várias abordagens de aprendizagem. Este corresponde à adopção de métodos de formação mista, em que se conjuga o E-Learning com o ensino presencial⁶³.

Rigorosamente falando, não utilizamos na disciplina métodos de E-Learning. Se tomarmos o E-Learning como “o processo pelo qual o aluno aprende através de conteúdos colocados no computador e/ou Internet e em que o professor, se existir, está à distância, utilizando a Internet como meio de comunicação (síncrono ou assíncrono), podendo existir sessões presenciais

⁶² “E-Learning is the use of network technology to design, deliver, select, administer, and extend LEARNING” –Elliot MASIE (1999). Cit. in GOMES, Maria João – *E- Learning: reflexões em torno do conceito* in <http://www.nonio.uminho.pt/challenges/actchal05/tema02/06MariaGomes.pdf>

⁶³ Um exemplo típico de B-Learning (Blended Learning) consiste na combinação de conteúdos digitais de acesso a distância (E-Learning) com sessões presenciais, utilizados como ambiente de aprendizagem. No seu significado restrito, a Formação Mista (blended learning) ocorre sempre que um formador combine os dois métodos presencial e a distância, no processo de aprendizagem. (Portal e- Tutors. http://www.etutors-portal.net/portal-contents-pt-pt/blended-pt-pt/index.html?set_language=pt)

intermédias”⁶⁴, fica claro que o modelo atrás descrito não lhe corresponde, antes investe prioritária e maioritariamente no contacto presencial, tendo inclusive o novo *curriculum* aumentado as horas de contacto professor/ aluno, através da componente de OT. Pensamos que tal opção é inevitável numa fase de transição. Os estudantes não conseguem passar de um tradicional sistema de aprendizagem para o novo modelo “por decreto”, isto é, sem orientação, sem que sejam interiorizados os novos procedimentos e sem que lhe sejam facultados novos instrumentos de trabalho e eles sejam treinados a gerir o seu tempo, a pesquisar, a produzir trabalhos segundo uma metodologia que para eles é ainda nova e sem que sejam interiorizados procedimentos de planeamento e gestão de tempo e de recursos com vista à conquista de um objectivo, em tempo útil e sem excessivos custos pessoais. Segundo cremos, nenhum método de E-Learning substitui, neste domínio, a formação presencial, a pedagogia do exemplo, a força psicológica da reprimenda e do incentivo presenciais.

Temos, no entanto, dúvidas em afirmar peremptoriamente que não utilizamos o B-Learning. Senão vejamos: utilizamos as TIC para disponibilizar on-line, todos os conteúdos imprescindíveis à planificação do trabalho do aluno: horário, horas lectivas a investir na sua preparação e sua distribuição por tarefas; modalidades de avaliação e sua ponderação relativa; programa e bibliografia; sumários. Estes componentes são comuns a todas as fichas de disciplina da UP, preenchidas através da plataforma Sigarra⁶⁵. Para além disso, colocamos também *on-line* alguns instrumentos de apoio à aprendizagem (grelhas orientadoras da realização de trabalhos, materiais de apoio às aulas (cronologias, cartografia, bibliografia específica por temas), a par de materiais usados nas próprias aulas (*power points*, ...). Do mesmo modo o fazemos com os calendários de realização de tarefas, a afixação de critérios de avaliação, a grelha pormenorizada das classificações por modalidade de avaliação.

Não utilizamos, é certo, nenhuma ferramenta de contacto directo on-line, do tipo “Fale com o professor”, *fórum*, *chat*, etc., nem consideramos que qualquer percentagem das aulas deva ser dada, substituindo as presenciais. Todavia, o *email* institucional dos alunos é cada vez mais utilizado de forma colectiva (email dinâmico dirigido a toda a turma) ou individualizado. Resposta a questões, esclarecimento de dúvidas, marcação de encontros personalizados, apelo ao cumprimento de

⁶⁴ Retirado de: Leal, D & Amaral, L. – *Do ensino em sala ao e-Learning*. (Disponível on-line no site do Campus Virtual eUM: <http://www.sapia.uminho.pt/uploads/do%20ensino%20em%20sala.pdf>)

⁶⁵ Com excepção para a Faculdade de Ciências, que não adoptou esta plataforma.

prazos, são matérias tratadas através de contacto directo via *webmail*. Não duvidamos das vantagens desta via de comunicação para os alunos⁶⁶. Porém, não temos aberta nenhuma plataforma de E-Learning, nem respondemos ainda a nenhum apelo da UP para frequentar qualquer curso de formação para a criarmos, em grande medida por falta de tempo e por um escalonamento de prioridades que não toma essa iniciativa como imperativa. Não negamos, porém, as potencialidades do B-Learning, nem as vantagens de se associarem as TIC ao ensino/aprendizagem. Continuamos, porém, a resistir à ideia da eficácia do ensino à distância. Mais uns anos de prática e de reflexão, e porventura converter-nos-emos a esse novo “paradigma”, quanto mais não seja por pressão institucional e por nos sentirmos afectados por um novo tipo de analfabetismo, se não aderimos a todas as potencialidades das TIC e das plataformas *web*⁶⁷.

4.2. MATERIAIS PEDAGÓGICOS DE APOIO AO ENSINO/ APRENDIZAGEM

Em termos de materiais pedagógicos de apoio ao programa apresentado, aqui apenas apresentamos um elenco, não exaustivo, e a título meramente exemplificativo, de alguns deles. De resto, foram-lhes já feitas referências ao longo do excurso anterior.

1. Cronologias

- a. Conquistas e fixação em Marrocos
- b. Progressão ao longo da costa ocidental africana
- c. Descobertas, povoamento e organização civil e religiosa das ilhas atlânticas
- d. Principais marcos de fixação no Oriente, Extremo Oriente e Sudeste Asiático: políticos e eclesiásticos (construção político-administrativa e eclesiástica do Estado da Índia); militares (conquistas e fixação militar); comerciais (tratados

⁶⁶ Para o docente, isto equivale a muitas horas semanais a acrescer à carga horária que lhe está atribuída em regime presencial. Se se tomar como referência os 292 alunos inscritos só nas nossas disciplinas de licenciatura o ano precedente, configura-se rapidamente o esforço exigido.

⁶⁷ Sobre esta e outras questões consideramos pertinente a abordagem clara e simples apresentada por Maria João Gomes – *E-Learning: Reflexões em torno do conceito*. Aí se citam também autores e ideias base sobre a questão. Disponível in <http://www.nonio.uminho.pt/challenges/actchal05/tema02/06MariaGomes.pdf>

comerciais; criação de feitorias; marcos de integração em novos eixos comerciais); de evangelização.

- e. Descoberta, povoamento e organização do espaço do Brasil (a criação de feitorias, capitanias donatarias, governo geral e estrutura eclesiástica).
- f. Tratados diplomáticos e políticos com incidência no processo expansionista português.

2. Cartografia

2.1. Cartografia histórica: representações elucidativas da produção cartográfica portuguesa quatrocentista, quinhentista e seiscentista, que projecta uma nova forma de representação do real.

2.2. Cartografia com tratamento de dados

a. Universos compartimentados – os mundos antes da expansão europeia: 1. Povoamento; 2. Formas de organização política; 3. Jazidas de matérias primas; 4. Rotas comerciais, terrestres e marítimas internas a cada um desses universos (Europa, África, América e Ásia)

b. Mapas de representação proporcional dos portos de registo dos náuticos portugueses (elementos disponíveis para o período de 1596 a 1648), bem como da sua distribuição por carreiras.

c. Mapas de representação proporcional dos dados de recenseamentos de embarcações, em particular o de 1552, das embarcações tomadas por corsários franceses na primeira metade do século XVI e das aportações das frotas com produtos ultramarinos à casa da Contratação Portuguesa em Antuérpia, para os períodos para se dispõe de dados (1535-1551 e 1565-1570).

d. Rotas de navegação articuladas com sistemas de ventos e correntes.

e. Condições geográficas (geomorfologia, clima, hidrografia) dos universos de fixação, em particular da Madeira, Açores, Cabo Verde , S.

Tomé e Brasil, os espaços de mais dilatada fixação e exploração económica de natureza agrária.

f. Mapas políticos e eclesiásticos de Marrocos, da Madeira, Açores, Brasil e Estado da Índia .

g. Mapas económicos e geográficos de penetração na costa ocidental africana (as incursões geográficas e económicas) e no Oriente (identificação dos principais entrepostos comerciais e das comunidades informais de contactos comerciais)

2.3. Figuras ilustrativas

a. Os vários modelos de embarcações e suas características técnicas.

b. Os instrumentos de navegação e a sua funcionalidade.

2.4. Material estatístico e gráfico

Todo o material disponível em estudos de investigação que sistematizem informação a partir do seu tratamento gráfico e estatístico (nomeação de agentes de navegação, recenseamento de embarcações, fluxos do ouro, da pimenta e do açúcar,...)

2.5. Diagramas

a. A causalidade da expansão portuguesa – diagrama compreensivo

b. As constelações de poderes – organigramas da estrutura orgânico-funcional dos poderes, no reino (aparelho administrativo central relacionado com a logística e a administração política, militar e financeira da expansão ultramarina), e nos diversos espaços de fixação ultramarina, com discriminação de instituições e cargos-chave.

c. As decorrências civilizacionais da expansão portuguesa (diagrama de síntese).

d. As decorrências internas da expansão portuguesa (diagramas de síntese das articulações apresentadas).

4.3. BIBLIOGRAFIA

Como suporte ao processo de ensino/aprendizagem é também fornecida uma listagem bibliográfica aos estudantes, entendida como essencial à preparação da disciplina. Procuramos ser, neste domínio, muito práticos e conscientes da realidade. Esta é uma geração estudantil habituada a uma extrema síntese e esquematização da informação. É para isso que são preparados os manuais escolares dos vários ciclos do ensino básico e do secundário. Estes estudantes são, ainda, a geração do audio-visual e, mais do que isso, das interfaces de comunicação *on-line*. Resistem, de um modo geral, à leitura de bibliografia. De resto, também não dispõem de muito tempo, com 5 disciplinas por semestre, para dedicar à leitura. Isto não significa que nos devamos render a estas tendências nem que não devamos contrariar essa resistência à leitura, para que se buscam todo o tipo de argumentos. Significa apenas que se deve encontrar o meio-termo, cativá-los através de obras rigorosas mas apelativas e não suscitar, para a preparação geral da disciplina, uma excessiva dispersão. Tendo em conta estas preocupações, duas obras são apresentadas como sendo de leitura obrigatória:

- THOMAZ, Luís Filipe Reis – *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, [1994]

- GODINHO, Vitorino Magalhães - *Mito e mercadoria. Utopia e prática de navegar. Séc. XIII-XVIII*, Lisboa, Difel, 1990

Ambas encarnam, ao que julgamos, o espírito geral com que planificamos a disciplina e que inclui a transversalidade dos quadros expansionistas e a sua articulação; a apresentação de novos enfoques sobre o fenómeno expansionista e o acento numa perspectiva crítica e problematizante: tudo isto apresentado por dois dos grandes especialistas da História da Expansão Portuguesa, e através de uma escrita científica, rigorosa, mas cativante.

Para além destas obras, outras, de carácter geral, são indicadas como bibliografia principal, em que primam “os clássicos “ da historiografia portuguesa, a par de mais recentes histórias gerais da Expansão:

ALBUQUERQUE, Luís de, dir - *Dicionário de História dos Descobrimentos*, Lisboa, Cículo de Leitores, 1994, (2 vols.).

ALBUQUERQUE, Luís de - *Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses*, 4ª ed., Mem Martins, Europa-América, [1989].

BETTENCOURT, Francisco Bethencourt e CHAUDURI, Kirti, dir. - *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1997 (Vol. 1, 2)

CORTESÃO, Jaime - *Os descobrimentos portugueses*, Lisboa, INCM, [1990], 3 vols.

GODINHO, V. Magalhães - *A expansão quatrocentista portuguesa*, Lisboa: Dom Quixote, 2008 [Reedição de *A economia dos descobrimentos henriquinos*, Lisboa, Sá da Costa, 1962].

GODINHO, Vitorino Magalhães - *Os descobrimentos e a economia mundial*, Lisboa, Presença, 1981-1983 (4 vols.)

SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira, dir. - *Nova História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Estampa, (1984 - ----), Vol. II, IV, VI e VII. [Ainda em publicação]

Para além desta bibliografia geral, outra, mais específica, é citada para cada unidade curricular, na qual se procuram incluir, em simultâneo, leituras de síntese e os contributos mais recentes sobre a matéria. Essa bibliografia é seleccionada de entre o elenco, vasto, que apresentamos, na perspectiva do docente que prepara a disciplina, no final deste relatório e integra os títulos que adiante se indicam, por áreas temáticas, como bibliografia complementar a cada tema.

Como critério geral, procura-se indicar bibliografia existente na Biblioteca da FLUP, para a qual, em anos transactos, se remetiam pedidos de aquisição de bibliografia tida como essencial, de modo a que ela estivesse disponível aos alunos.

4.4. MODALIDADES E CRITÉRIOS DE VALIAÇÃO

4.4.1. Avaliação dos estudantes

De acordo com os objectivos, científicos e pedagógicos, acima expressos, a modalidade de avaliação adoptada para esta disciplina é a de “Avaliação distribuída com exame final”, aplicada, sem excepção, a todos os estudantes, salvo condições exigidas por estudantes ligados ao ensino especial, cujas modalidades de avaliação deverão ser estudadas caso a caso. A avaliação distribuída consistiu na apresentação de dois trabalhos, breves e de objecto muito concreto, e a prestação de uma prova de exame final, com a ponderação de 30% e 70%, respectivamente⁶⁸.

⁶⁸ Ponderação que consideramos vir a rever, atribuindo um maior peso à realização do trabalho.

Pretende-se, com este cruzamento de provas, valorizar, por um lado, o trabalho individual desenvolvido ao longo de um semestre e acompanhado em sucessivas sessões de trabalho de OT, ao mesmo tempo que se mantém o aluno empenhado no acompanhamento e preparação de todos os módulos do programa, em ordem a evitar um excessivo afunilamento de interesses e de investimentos. No mesmo sentido vai a opção, seguida em anos precedentes, de se apresentar ao aluno em avaliação final uma questão obrigatória, com uma ponderação de 50% da prova, de modo a evitar estratégias, recorrentes, de eliminação de matérias no momento da preparação para a avaliação. No último ano lectivo, não seguimos, porém, esta estratégia, antes fornecemos uma listagem de vários temas, com um enfoque bem definido, dos quais três estariam presentes em cada prova, tendo estes sido objecto de debate nas aulas de OT.

Em coerência com o explanado no ponto 3. *Objectivos a atingir*, o que se privilegia, em exame final, são questões de âmbito lato, vulgarmente ditas de desenvolvimento, capazes de conduzir o aluno a uma discussão aprofundada e problematizante de um tema. Com efeito, o que em concreto se valoriza, na grelha de classificação em exame final é o domínio e a compreensão da informação, componente em que se detecta habitualmente mais facilidade, por parte dos alunos, em cumprir objectivos, mas também a aferição de capacidade para analisar, sintetizar e reflectir sobre um tema, domínios em que se testam, em simultâneo, as leituras bibliográficas efectuadas, as competências de análise crítica da informação e a capacidade de expressão escrita. Do ponto de vista formal, a capacidade de estruturação de pensamento, sistematização de informação e a componente argumentativa são ainda variáveis de aferição consideradas na grelha de avaliação.

De um modo geral, a experiência evidencia que os alunos não têm problemas em cumprir objectivos de assimilação/ transmissão de informação, mostrando-se, porém, bem mais heterogénea a sua capacidade de inter-relação de matérias, bem como as habilitações para criar uma sistematização original, ou para proceder a uma análise e síntese construtiva da informação. De igual modo renitente se mostra o universo escolar a uma pesquisa bibliográfica de vulto, evidenciando-se ainda debilidades na sistematização da informação recolhida em bibliografia consultada, e isto a despeito dos esforços feitos nesse sentido em disciplinas do âmbito das metodologias do trabalho científico.

Mais profícua neste domínio se revela a realização de trabalhos práticos que, porque orientados e sucessivamente revistos, permitem aos alunos corrigir dificuldades e adquirir, na prática, valências de investigação e instrumentos operativos imprescindíveis à construção do

conhecimento. Neste domínio, o que efectivamente se pretende é que cada trabalho seja um exercício académico muito prático de aplicação de metodologias de trabalho científico, desiderato que não se revela fácil num tempo lectivo de um semestre, e com um número tão significativo de alunos para orientar.

Em concreto, foram dois os trabalhos propostos:

1. Trabalho de definição de um conceito-chave para a disciplina (Descobrimento; Colonização, Império; Miscigenação; Evangelização; Economia-Mundo...), segundo uma grelha comum, que incluísse definições cruzadas sobre um mesmo conceito; a identificação das componentes do conceito e a sua aplicação esquemática a uma realidade concreta, previsto para uma dimensão de 3 a 4 páginas A4.
2. Realização de um exercício de recensão crítica, que preferimos chamar de análise bibliográfica, incidente sobre uma das duas obras tidas como de leitura obrigatória acima indicadas. Também para a realização deste trabalho foi disponibilizada aos alunos uma grelha com os componentes e os procedimentos a contemplar nesse exercício, que coincidia com a grelha de avaliação do trabalho.

Com este procedimento procura-se, não tanto facilitar o trabalho aos alunos, mas permitir a interiorização e a mecanização de passos que não podem esquecer ou omitir em determinado tipo de exercícios. Desta forma, a contumácia, habitual, em contornar, por exemplo aspectos formais de notação científica ou procedimentos de crítica de informação, são penalizados ao ponto de poder não se aceitar, sequer, o trabalho para avaliação por não cumprir com os requisitos formais enunciados desde o início. Aceitamos discutir esta orientação, mas defendemo-la como eficaz do ponto de vista pedagógico.

Por último, e num mecanismo alternativo de valorização das leituras efectuadas, o aluno pode substituir a resposta a uma das questões de desenvolvimento colocadas no exame final pela apresentação da perspectiva de um dos autores lidos em torno de um dos temas da matéria leccionada. Isto é, valoriza-se o exercício de leitura e análise bibliográfica numa ponderação de 20 a 55% da nota final, já que cada questão de desenvolvimento pondera, na nota final, com 35%.

Não apresentamos, como alternativa, a realização de trabalhos sobre fontes ou sínteses monográficas sobre um tema, porque entendemos que existe um espaço para isso, o dos seminários

de investigação, da área de Metodologia Aplicada, e porque entendemos também que o reforço das componentes crítica e analítica seria mais coerente com a aquisição das competências que definimos como prioritárias.

Para nós, e para os estudantes, este é, ainda, um processo de aprendizagem, em particular quando aplicado de forma massiva a uma turma de mais de 100 alunos, e exige a definição de equilíbrios, nem sempre fáceis, e um acompanhamento constante do estudante. cremos ser um investimento a prosseguir, a despeito do que significa em termos de disponibilidade de tempo e de esforço pessoal.

4.4.2. Auto e hetero-avaliação da disciplina

A avaliação dos resultados e das práticas da disciplina, por seu lado, ocorre em dois momentos e por duas vias diferentes: o docente faz, anualmente, um relatório da disciplina, no qual procede a um balanço geral, para o qual verte as suas considerações avaliativas acerca do funcionamento, resultados e problemas da unidade curricular, e os estudantes preenchem um inquérito de avaliação do docente e da disciplina, via *web*, na página da FLUP, o qual é comum a toda a UP. Este inquérito comporta também uma vertente de auto-avaliação dos estudantes.

Estas práticas fazem parte de uma cultura organizacional já interiorizada pela Universidade Portuguesa e Europeia, e apresentam-se já como imprescindíveis aos desempenhos docentes. A sua eficácia depende, porém, de duas variáveis: a adesão dos alunos ao inquérito, a que nada obriga, obtendo-se um número de respostas que não cremos que cheguem a constituir amostragens representativas, e o grau de incorporação, pelo docente, dos resultados do diagnóstico que faz ao funcionamento lectivo e das críticas implícitas patentes na avaliação dos estudantes. O que queremos com isto dizer é que, neste momento, o processo de avaliação não tem consequências práticas no exercício académico, para além de os seus resultados continuarem a ser do conhecimento exclusivo dos docentes envolvidos, no que se refere à avaliação feita pelos estudantes.

BIBLIOGRAFIA SELECTIVA POR TEMAS INDICADA AOS ALUNOS

Os Universos Compartimentados

LEON, Pierre, dir. – *História Económica e Social do Mundo*, Lisboa, Sá da Costa, 1984, Vol. I, Tomo I

BRAUDEL, Fernand – *Gramática das Civilizações*, Lisboa, Teorema, 1989

CHAUNU, Pierre – *Expansão europeia do século XIII ao XV*, S. Paulo, Pioneira, 1978

Expansão Portuguesa e Expansão Europeia. Antecedentes da Expansão Portuguesa

BETTENCOURT, Francisco; ALENCASTRO, Luís Felipe, dir. – *L'empire portugais face aux autres empires*, Paris, Mesonnieuve et Larose /FCG, 2008.

CHAUNU, Pierre – *Expansão europeia do século XIII ao XV*, S. Paulo, Pioneira, 1978.

OLIVEIRA, Aurélio de – *I. Antecedentes: A Expansão Comercial* in “História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa”, Lisboa, Universidade Aberta, 1999, p. 15-62.

THOMAZ, Luís Filipe Reis – “A evolução da política expansionista portuguesa na primeira metade de quatrocentos” in *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, [1994], pp. 43-1148.

THOMAZ, Luís Filipe Reis – “Expansão portuguesa e expansão europeia” in *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, [1994], p. 1-41.

Logística Naval. Técnica e Ciência Náutica

ALBUQUERQUE, Luís de – *A náutica e a ciência em Portugal. Notas sobre as navegações*, Lisboa, Gradiva, (1989)

ALBUQUERQUE, Luís de – *Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Publ. Europa-América, (1989), p. 183-293

DOMINGUES, Francisco Contente – “A prática de navegar” in *História da Expansão Portuguesa*, dir. Francisco Bettencourt e Kirti Chauduri, Lisboa, Círculo Leitores, 1998, Vol. I, pp. 62-87.

MOTA, Avelino Teixeira da – *O nascimento da navegação astronómica no Atlântico, instrumento da descoberta dos oceanos* in “Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique”, Lisboa, 1960

POLÓNIA, Amélia - *Arte. Técnica e Ciência Náutica no Portugal Moderno. Contributos da “sabedoria dos descobrimentos” para a ciência europeia.* “Revista da Faculdade de Letras – História”, 3ªsérie, Vol. 6 (2005), pp. 9-20.

Logística Naval. Frota Naval

BARATA, João Pimentel – *Estudos de Arqueologia Naval*, Vol. I, Lisboa, INCM, s.d., p. 219-299.

COSTA, Leonor Freire – *Naus e galeões na Ribeira de Lisboa. A construção naval no século XVI para a Rota do Cabo*, Cascais, Patrimonia, 1997.

DOMINGUES, Francisco Contente – *A prática de navegar. Da exploração do Atlântico à demanda do Oriente: caravelas, naus e galeões nas navegações portuguesas* in “*História da Expansão Portuguesa*”, dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, Lisboa, Círculo de Leitores, 1997, Vol. I, p. 62-72.

DOMINGUES, Francisco - *Os navios do mar oceano. Teoria e empiria na arquitectura naval portuguesa dos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004.

DOMINGUES, Francisco – *Navios e viagens. A experiência portuguesa nos séculos XV a XVIII*, Lisboa, Tribuna, 2007.

Logística Naval. Náuticos

COSTA, Leonor Freire – *Os Regimentos sobre a matrícula dos oficiais da navegação, da ribeira e bombardeiros de 1591 e 1626*. “*Revista de História Económica e Social*”, 25, Janeiro-Abril 1993, pp. 49-62.

MATOS, Rita Cortez de – *O Cosmógrafo-mor: o ensino náutico em Portugal nos séculos XVI e XVII*. “*Oceanos*”, nº 38, Abril-Junho 1999, p. 55-65.

MOTA, A. Teixeira da – *Os regimentos do Cosmógrafo-mor de 1559 e 1592 e as origens do ensino náutico em Portugal*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1969 (Série *Separatas*, nº 51).

POLÓNIA, Amélia – *Mestres e pilotos das carreiras ultramarinas (1596-1648). Subsídios para o seu estudo*. “*Revista da Faculdade de Letras. História*”, II Série, Vol. XII, 1995, p. 271-353

POLÓNIA, Amélia – *Os náuticos das carreiras ultramarinas*. “*Oceanos*”, nº 38, Abril-Junho 1999, p. 113-129

Logística Naval. Carreiras marítimas

ALBUQUERQUE, Luís de – *Escalas da carreira da Índia*, Lisboa, JNICT, 1978 (Série “*Separatas*”, nº 110)

COSTA, Leonor Freire - *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*, Lisboa : Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002.

DOMINGUES, Francisco Contente - *A vida a bordo na Carreira da Índia*, Lisboa, JNICT, 1988 (Série *Separatas*, nº 198).

DOMINGUES, Francisco Contente e GUERREIRO, Inácio – *A evolução da carreira da Índia até aos inícios do século XVII* in “*Os Portugueses no Mundo*”, dir. Luís de Albuquerque, Lisboa, Alfa, [1989], Vol. 4, p. 105-130

FRADA, João José Acúcio – *A vida a bordo das naus na Época Moderna*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1997

FRUTUOSO, Eduardo; GUINOTE, Paulo - *O movimento da carreira da Índia nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, 1992 (Separata da Revista Mare Liberum, n° 4, 1992, 78 págs.)

LOPES, António; FRUTUOSO, Eduardo; GUINOTE, Paulo – *Naufrágios e outras perdas da Carreira da Índia. Séculos XVI e XVII*, Lisboa, CNCDP, 1998

MATOS, A. Teodoro de – *As escalas do Atlântico no século XVI*. Separata da “Revista da Universidade de Coimbra”, Vol. XXXIV, 1988, p. 157-184

OS COMPLEXOS GEO-ECONÓMICOS

O complexo Mediterrânico – Marrocos

CRUZ, Maria Augusta Lima – Os portugueses em Marrocos nos séculos XV e XVI in “História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa”, Lisboa, Universidade Aberta, 1999, p.61-138.

FARINHA, António Dias, *Os Portugueses em Marrocos*, 2ª edição revista, Lisboa, Instituto Camões, 2002

FARINHA, Dias – “O Norte de África” in *História da Expansão Portuguesa*, dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, 5 vols, Lisboa, Círculo de Leitores, 1997, p. 118-136.

THOMAZ, Luís Filipe Reis – *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, [1994], pp. 21-35 e 43-102

O complexo Atlântico

Ilhas Atlânticas

Açores (Os) e o Atlântico (séc. XV- XVII). Actas do Colóquio Internacional realizado em Angra do Heroísmo de 8 a 13 de Agosto de 1983, Angra do Heroísmo, SREC, 1984

GIL, Maria Olímpia da Rocha – “A economia dos Açores nos séculos XV e XV” in *Portugal no Mundo*, dir. Luís de Albuquerque, Lisboa, Alfa, 1989, vol. I, p. 225-249

MATOS, Artur Teodoro de, coord. – *A colonização Atlântica*, in “Nova História da Expansão Portuguesa”, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Estampa, [s.d.], Vol. III, t. 1-2.

PEREIRA, Fernando Jasmins – *Estudos sobre a história da Madeira*, Funchal, CEHA, 1991

RAU, Virginia; MACEDO, Jorge Borges de – *O açúcar na Ilha da Madeira nos fins do século XV. Problemas de produção e comércio*, Funchal, 1962

RILEY, Carlos – “Ilhas Atlânticas e Costa Africana” in *História da Expansão Portuguesa* dir. Francisco Bettencourt e Kirti Chauduri, Lisboa, Círculo de Leitores, 1997, Vol. I, p. 149-153

RODRIGUES, Miguel Jasmins - *Organização de poderes e estrutura social. A Madeira. 1460-1521*, Cascais, Patrimonia, 1996

SANTOS, João Marinho dos – *Os Açores nos séculos XVI e XVII*, Açores, SREC, s.d., 2 Vols.

SILVA, José Manuel Azevedo e – *A Madeira e a construção do mundo atlântico (séc. XV-XVII)*, 2 vols., Funchal, CEHA, 199

Costa Ocidental Africana

BOXER, Charles – *O Império Colonial Português (1415-1825)*, Lisboa, Edições 70, [1981]

DIAS, Jill – “As primeiras penetrações portuguesas em África” in *Portugal no Mundo*, dir. Luís de Albuquerque, Lisboa, Alfa, 1989, vol. I, p. 281-299

GODINHO, Vitorino Magalhães – *Os descobrimentos e a economia mundial*, Lisboa, Presença, 1962., Vol. I e IV.

MAGALHÃES, Joaquim Romero de – “As incursões no espaço africano” in *História da Expansão Portuguesa*, dir. Francisco Bettencourt e Kirti Chauduri, Lisboa, Círculo Leitores, 1998, Vol. II, pp. 65-81..

MARQUES, A.H. De Oliveira – *A Expansão Quatrocentista*, coord. A. H. De Oliveira Marques in *Nova História da Expansão Portuguesa*, Vol. II, Lisboa, Ed. Estampa, 1998 .

OLIVEIRA, Aurélio de – “O Atlântico. Sua integração geográfica e econômica” in *História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta, 1999 , p. 151-188

RILEY, Carlos – “Ilhas Atlânticas e Costa Africana” in *História da Expansão Portuguesa*, dir. Francisco Bettencourt e Kirti Chauduri, Lisboa, Círculo de Leitores, 1997, Vol. I, p. 153-162

THOMAZ, I. F. Reis – “A evolução da política expansionista portuguesa” e “O projecto imperial joanino” in *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994, p. 43- 166

Brasil

COUTO, Jorge - *A construção do Brasil*, Lisboa, Cosmos, 1995

JOHNSON, Harold; SILVA, Maria Beatriz Nizza da, coord. - *O Império Luso-Brasileiro (1500-1620)* , in *Nova História da Expansão Portuguesa* , dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Vol. VI, Lisboa, Estampa, 1991.

MAGALHÃES, Joaquim Romero de – “O reconhecimento do Brasil” in *História da Expansão Portuguesa*, dir. Francisco Bettencourt e Kirti Chauduri, Lisboa, Círculo Leitores, 1998, Vol. I, pp. 192-222

MAGALHÃES, Joaquim Romero de – “A construção do espaço brasileiro” in *História da Expansão Portuguesa*, dir. Francisco Bettencourt e Kirti Chauduri, Lisboa, Círculo Leitores, 1998, Vol. II, pp. 28-64.

MAURO, Frédéric, coord. – *O Império Luso-Brasileiro (1620-1750)* in *Nova História da Expansão Portuguesa*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Vol. VII, Lisboa, Estampa, 1991.

O complexo Índico

CHAUDURI, Kirti – “O estabelecimento no Oriente” in *Expansão Portuguesa Portuguesa*, dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, vol, 1, pp. 163-191.

COSTA, João Paulo Oliveira e; GUERREIRO, Maria João - *O Império Português do Oriente*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

SUBRAHMANYAN, Sanjay – *O império asiático português. 1500-1700. Uma história política e económica*, Lisboa, Difel, 1995 Portugal no Mundo, dir. Luís de Albuquerque, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 7- 179.

MATOS, Artur Teodoro de - *O Estado da Índia nos anos de 1581-1588: estrutura administrativa e económica: alguns elementos para o seu estudo*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982.

MATOS, Artur Teodoro de - *Portugal na rota das especiarias: de Malaca à Austrália: from Malacca to Australia // Portugal on the seaway to spices*, trad. Reginald Albert Brown, Lisboa, INCM, 1995.

THOMAZ, Luís Filipe - “A estrutura Política e administrativa do Estado da Índia” in *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, (1994) , pp. 207-244.

THOMAZ, Luís Filipe - “Os Portugueses e a rota das especiarias” in *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, (1994) , pp. 169-188.

Decorrências da expansão portuguesa

BARRETO, Luís Filipe – *Os Descobrimentos e a ordem do saber: uma análise sociocultural*, 2ª ed., Lisboa, Gradiva, 1989

CALDEIRA, Arlindo Manuel – *Mulheres, sexualidade e casamento em São Tomé e Príncipe (séculos XV-XVIII)*, Lisboa, Ed. Cosmos – Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

CHAUDURI, Kirti - “A recepção europeia da expansão” in *História da Expansão Portuguesa*, dir. Francisco Bettencourt e Kirti Chauduri, Lisboa, Círculo Leitores, 1998, Vol. I, pp. 512 – 539.

CURTO, Diogo Ramada – “A língua e o império” in *História da Expansão Portuguesa*, dir. Francisco Bettencourt e Kirti Chauduri, Lisboa, Círculo Leitores, 1998, Vol. I, pp. 414-433.

DIAS, J.S.Silva - *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do Século XVI*, 3ª ed., Lisboa, Presença, 1988.

GODINHO, Vitorino Magalhães - *Les Découvertes: XVe-XVIe: une révolution des mentalités / par Vitorino Magalhães Godinho*, Paris, Autrement, [1990].

GODINHO, Vitorino Magalhães - *Innovation et changement au XVème et au XVIème siècles / Vitorino Magalhães Godinho*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian - Centre Culturel Portugais, 1984.

MAGALHÃES, Joaquim Romero de – “Articulações inter-regionais e economias-mundo” in *História da Expansão Portuguesa*, dir. Francisco Bettencourt e Kirti Chauduri, Lisboa, Círculo Leitores, 1998, Vol. I, pp. 308-337.

MOREIRA, Rafael - “Cultura material e visual” in *História da Expansão Portuguesa*, dir. Francisco Bettencourt e Kirti Chauduri, Lisboa, Círculo Leitores, 1998, Vol. I, pp. 455-486.

POLÓNIA, Amélia - *Ocupações femininas em sociedades marítimas (Portugal. Século XVI)*. "Mare Liberum", 18-19 (Dezembro 1999-Junho 2000), pp. 153-178.

POLÓNIA, Amélia - *Mulheres que partem e mulheres que ficam – O protagonismo feminino na expansão ultramarina*. "O Estudo da História", nº4, Lisboa, A. P. H., 2001, pp. 79-98.

POLÓNIA, Amélia - *The sea and its impact on a maritime Community: Vila do Conde, Portugal, 1500-1640*. "International Journal of Maritime History", XVIII, nº 1 (June 2006), pp. 199-222.

Rosto (O) feminino da expansão portuguesa. Congresso Internacional. Actas, 2 vols., Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995.

Websites

Navegações Portuguesas - <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/navegaport/index.html>

Recursos para a História Marítima de Portugal - <http://www.fl.ul.pt/unidades/centros/c%5Fhistoria/SiteRHM/>

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Material disponível ao docente para a preparação da disciplina.

5.1. FONTES PUBLICADAS

Repertórios de fontes

AUBIN, Jean - "Les documents arabes, persans et turcs de la Torre do Tombo" . *Mare Luso-Indicum*, T.II, Genebra (1973), pp.183-187.

Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Porto, rg. A. Magalhães Basto, 2ª ed., Porto, BPMP, 1988.

DE WITTE. O.S.B., Charles-Martial - *Les bulles pontificales et l'Expansion portugaise au XV e siècle*, Sep. *Revue d'histoire ecclésiastique*, T. XLVIII, XLIX, LI, LIII, 1953-54, 1956, 1958.

FARINHA, António Dias - *Portugal e Marrocos no Século XV*, Lisboa, Faculdade de Letras, 1990, 3 vols.

FARINHA, António Dias - *Os Portugueses no Golfo Pérsico (1507-1538). Contribuição documental e crítica para a sua História*. Separata de *Mare Liberum* (nº 3, 1991), Lisboa, CNCDP, 1991.

FERREIRA, Carlos Alberto, *Inventário dos Manuscritos da Ajuda referentes à América do Sul*, Coimbra, Faculdade de Letras de Coimbra, 1946.

Fontes para a História do Antigo Ultramar Português, I. Índia, II. São Tomé e Príncipe, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1978/82.

Guia das fontes portuguesas para a história de África (1991), da *América Latina* (1997), da *Ásia* (1998-1999), Org. IPA/IAN-TT, Lisboa, CNCDP / Fundação Oriente / IN-CM, 1991-1999.

Manuscritos da Ajuda (Guia), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1966-1973, 2 vols.

PEREIRA, Fernando Jasmins – *Índices de documentos sobre o Funchal (1470-1823) existentes no Arquivo Regional da Madeira*, Redondo, Patrimonia, 1994.

PEREIRA, Fernando Jasmins – *Documentos sobre a Madeira no século XVI existentes no Corpo Cronológico*, 2 vols., Lisboa, IAN/TT, 1990.

RIBEIRO, João Pedro- *Índice chronologico remissivo da legislação portuguesa*, Lisboa, 1805-1818, 5 vols.

RICARD, Robert e FARINHA, António Dias - *Les documents sur le Maroc dans le vol. IV de "As Gavetas da Torre do Tombo"*, Sep. de *Stvdia* (nº 16), Lisboa, 1965.

Roteiro dos Arquivos da Índia Portuguesa, Introd. e notas de Panduronga S.S. Pissurlencar, Bastora, Tip. Rangel, 1955.

A Secção Ultramarina da Biblioteca Nacional. Inventários, Lisboa, Publicações da Biblioteca Nacional, 1928.

Catálogo dos manuscritos ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Porto, introd. Luis António de Oliveira Ramos, Porto, B.P.M.P., 1988.

Decretos, alvarás, regimentos e cartas régias

Certas providências régias respeitantes à guarda da costa do reino e ao comércio ultramarino no século de Quinhentos, publ. J. A. Pinto in “Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto”, vol. 30, 1967, pp. 335-360.

Provisão de S. Alteza sobre as arqueações das Naos, e Navios in “Systema ou Collecção de Regimentos Reaes”, compil. José R. M. de Campos, Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1785, t. III, pp. 355-362.

Regimento da Casa da Índia, publ. Francisco Mendes da Luz, in “Regimento da Casa da Índia. Manuscrito do século XVII existente no Arquivo Geral de Simancas”, Lisboa, Ministério da Educação e Cultura- Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992, pp. 45-271.

Regimento das Casas das Índias e Mina, ed. Damião Peres, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/IEH, 1947.

Regimento do Cosmógrafo-Mór, publ. António Silva Ribeiro in “A Hidrografia dos descobrimentos portugueses”, Lisboa, Europa-América, [1994], pp. 235-250.

Regimentos do capitão e do Feitor da Feitoria de S. Jorge da Mina, publ. J. Bato'ora Ballong-Wen-Mewuda in “São Jorge da Mina. 1482- 1637. La vie d'un comptoir portugais en Afrique Occidentale”, Lisboa-Paris, FCG-CCP, 1993, t. II, pp. 543-590.

Treslado do Regimento sobre os offiçiaes da Nauegação, e da Ribeira, e bombardeiros que se hão de matricular; *Alvará sobre a forma de provimento dos oficaes e gente de navegação e Regimento sobre a matricula de gente da nauegação deste Reino, offiçiaes de fabrica de nauios carpinteiros e Calafates, condestables, bombardeiros, cordoeiros que Sua Mag.de manda que se use na forma nelle declarada*, publ. Leonor Freire Costa in “Revista de História Económica e Social”, 25, Jan-Abril 1989, pp. 99- 125.

Fontes narrativas e literárias

ALBUQUERQUE, Brás de – *Comentários de Afonso de Albuquerque*. Prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, 5ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1973, 2 vols.

ÁLVARES, P.e Francisco- *Verdadeira Informação do Preste João das Índias*, 2ª ed., Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943.

ANDRADE, Francisco de - *Crónica de D.João III*, Porto, Lello, 1976.

BARBOSA, Duarte- *Livro em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente*. Introdução e notas de Augusto Reis Machado, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1946.

BARROS, João de - *Asia de Joam de Barros: Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, 6ª ed., anotada por Hernâni Cidade e Manuel Múrias, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945-46, 4 vols. e IN-CM, 1988

BARROS, João de – *Ropicapnefma*, Ed. Facsimile da ed.1532, leitura e anotações de I.-S. Révah, Lisboa, 1952-1955 [Reimp. INIC, 1983].

BOCARRO, António - *Década 13 da História da Índia*, Dir. R.J. Lima Felner), Lisboa, 1876, 2 partes.

BRITO, Bernardo Gomes de - *História Trágico-Marítima*, Dir.Damião Peres, Porto, 1942-43, 6 vols; E. Damião Peres, Lisboa, Verbo, 1972; Fixação de texto e notas de Neves Águas, Lisboa, 1971-72, 2 vols.

BRUNSCHVIG, Robert - *Deux récits de voyage inédits en Afrique du Nord....* Publications de l'Institut d'Études Orientales de la Faculté des Lettres d'Alger, n° VII, Paris, Larose Ed., 1936.

CADAMOSTO - *Viagens de Luis de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1988.

CAMINHA, Pêro Vaz de - *A Carta de...* . Publ..Jaime Cortesão, Lisboa, Portugalia, 1967

CARLETTI, Francesco – *Ragionamento del mio viaggio intorno al mondo*, a cura di Adele Dei. Edizione integrale comentata, Milano, Mursia Ed., 1987.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de - *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* , Dir. M. Lopes de Almeida, Porto, Lello, 1979, 2 vols.

CATZ, Rebecca; ROGERS, Francis M. - *Cartas de Fernão Mendes Pinto e Outros Documentos*, Lisboa, Presença / BN, 1983.

Chronique de Santa-Cruz du Cap de Gué (Agadir), Ed. Pierre de Cenival, Paris, Geuthner, 1934.

Comentários do Grande capitão Rui Freire de Andrade, lintr. J. Gervásio Leite, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1946.

CORREIA, Gaspar - *Crônicas de D.Manuel e de D.João II* , Org. J. Pereira da Costa, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1992;

CORREIA, Gaspar - *Lendas da Índia*, Dir. M.Lopes de Almeida, Porto, Lello, 1975, 4 vols.

COUTO, Diogo de - *Ásia, Década Quarta à Década Duodécima*, Lisboa,1778-88, 14 vols.

COUTO, Diogo de - *Tratado dos Feitos de Vasco da Gama e seus Filhos na Índia*, Ed. J. M. Azevedo e Silva e J. Marinho dos Santos, Lisboa, Cosmos, 1998

COUTO, Diogo de – “Cartas”. *Revista Litteraria*, Porto, 1893

COUTO, Diogo de – *Décadas*, Ed. crítica de Maria Augusta Lima Cruz, Lisboa, IN-CM, s.d.

COUTO, Diogo de - *O Soldado Prático* (pref. not. Rodrigues Lapa, 3ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1980.

Crónica do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses (Códice anónimo. Museu Britânico, Egerton 20901), Org. Luís de Albuquerque, 2ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional, 1986.

CRUZ , Fr. Gaspar da - *Tratado em que se contam muito por extenso as cousas da China, com suas particularidades e assi do Reyno de Ormuz*, Barcelos, Portucalense , 1937.

Década Quinta da "Ásia", texte inédite, publié d'après un manuscrit de la Bibliothèque de l'Université de Leyde par Marcus De Jong, Coimbra. Biblioteca da Universidade, 1937.

Diário da Viagem de Vasco da Gama, intr. Damião Peres, actualização de texto de Magalhães Basto, 2 vols Porto, Civilização, 1945.

Enformação das cousas da China. Textos do século XVI, Org. Raffaella d'Intino, Lisboa, IN-CM, 1989.

FALCÃO, Luís de Figueiredo - *Livro em que se contém toda a fazenda e real património dos reinos de Portugal, Índia e Ilhas adjacentes e outras particularidades*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859.

FERNANDES, Valentim – *O Manuscrito de Valentim Fernandes*, Ed. António Baião, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940

FREITAS, Frei Serafim de - *Do Justo Império Asiático dos Portugueses*, Lisboa, INIC, 1983, 2 vols.

FOSSE, Eustache de la – *Crónica de uma viagem à Costa da mina no ano de 1480*, Prólogo de Joaquim Montezuma de Carvalho, Lisboa, Veja, 1992.

FRÓIS, Luís – *Tratado das contradições e diferenças de costumes entre a Europa e o Japão*, Ed. Rui Loureiro, Lisboa, Instituto Português do oriente, 2001

GALVÃO, António - *Tratado dos Descobrimentos*, 3ª ed., Porto, Livraria Civilização, 1944.

GÓIS, Damião de - *Crónica do Felicíssimo Rei D.Manuel*, Ed. David Lopes, Coimbra, Universidade, 1949-1955, 4 tomos

GÓIS, Damião de - *Crónica do príncipe D.João*, Ed. Graça Almeida Rodrigues) Lisboa, Universidade Nova, 1977

GÓIS, Damião de - *Descrição da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988

GÓIS, Damião de - *Opúsculos Históricos*, Trad. Dias de Carvalho, Porto, Civilização, 1945.

GOUVEA, António de - *Cartas Anuas da China (1636, 1643 a 1649)*, Lisboa, IPO / BN, 1998.

GULBENKIAN, Roberto - *L'Ambassade en Perse de Luís Pereira de Lacerda et des Pères portugais de l'Ordre de Saint-Augustin Belchior dos Anjos et Guilherme de Santo Agostinho 1604-1605*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.

História Quinhentista (inédita) do Segundo Cerco de Dio, Pub. António Baião, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927.

LAVA L, François Pyrard de - *Viagem de Francisco Pyrard de Laval: contendo a notícia de sua navegação às Índias Orientais....* Versão portuguesa correcta e anotada por Joaquim Helidoro da Cunha Rivara, Edição revista e actualizada por A. de Magalhães Basto, Porto, Livraria Civilização, 1944, 2 v.

LEMONS, Jorge de - *História dos Cercos de Malaca (fac-simile da ed. de 1585)*, Lisboa, BN, 1982.

LEVI-PROVENÇAL, E. - "Une description de Ceuta musulmane au XVe siècle", *Hespéris*, V. XII (1931), pp. 145-177.

Libro del Conoscimiento de todos los reinos y tierras y senorios que son por el mundo, Ed. Marcos Jimenez de la Espada, fac-simile da ed. de 1877, Barcelona, Ediciones El Albir, 1980.

Livro de Lisuarte de Abreu, Introdução de Luis de Albuquerque, Lisboa, CNCDP, 1992.

LINSCHOTEN, Jan Huygen van - *Itinerário, Viagem ou Navegação de... para as Índias Orientais ou Portuguesas*, Lisboa, CNCDP, 1997.

MENDONÇA, Jerónimo de - *Jornada de Africa*, 4ª ed., Prólogo de G. Pereira, Lisboa, Biblioteca de Clássicos Portugueses, 1904, 2 vols.

PAULO, Marco - *O Livro de Marco Paulo, o Livro de Nicolao Veneto. Carta de Jeronimo de Santo Estevam*, Ed. F. M. Esteves Pereira, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1922.

PEREIRA, António Pinto - *História da Índia no tempo em que a governou o visorei Dom Luís de Ataíde*, Intr. Manuel Marques Duarte, fac-simile da ed. de 1617, Lisboa, Imprensa Nacional, 1987.

PEREIRA, Duarte Pacheco - *Esmeraldo de Situ Orbis de Duarte Pacheco Pereira*, Ed. Joaquim Barradas de Carvalho, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

PINA, Rui de - *Crónicas*, Introdução de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello, 1977.

PINTO, Femão Mendes – *Peregrinação*, Actualização lingüística de Maria Alberta Menéres, 2ª ed., Lisboa, Afrodite, 1975, 2 vols.;

PINTO, Femão Mendes – *Peregrinação*, M. Martins, Europa - América, 1997, 2 vols.

PIRES, Tomé - *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, Leitura e anotações de Armando Cortesão, Coimbra, "Actfl Universitatis Conimbrigensis", 1978.

PISANO, Mateus de - *Livro da Guerra de Ceuta*, Lisboa, Academia das Ciências, 1915.

RESENDE, Garcia de - *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, Edição de Aida Fernanda Dias, Lisboa, IN-CM, 1990-93, 4 vols.

RESENDE, Garcia de - *Crónica de Dom João II e Miscelânea por Garcia de Resend*, Intr. J. Veríssimo Serrão, Lisboa, IN-CM, 1991

RODRIGUES, Bernardo - *Anais de Arzila*, Ed. David Lopes, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915-1919, 2 tomos.

SALDANHA, António de - *Crónica de Almançor, Sultão de Marrocos (1578-1603) de António de Saldanha*, Ed. António Dias Farinha, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997.

SANTOS, Fr. João dos - *Etiópia Oriental e Vária História de Cousas Notáveis do Oriente*, Coord. Maria do Carmo G. Vieira, Lisboa, CNCDP, 1999.

SILVEIRA, Francisco Rodrigues - *Reformação da Milícia e Governo do Estado da India Oriental*, Intr. L. F. Barreto, G. D. Winus, B. N. Teensmal, Lisboa, Fundação Oriente, 1996

SOUSA, Fr. Luís de - *Anais de D. João III*, Ed. Rodrigues Lapa, 2ª ed., Lisboa, Sã da Costa, 1951-1954, 2 vols.

SOUSA, Manuel de Faria e - *Asia Portuguesa*, Porto, 1945, 6 vols.

SOUSA, Martim Afonso de - "Brevíssima e sumária relação, que fez da sua vida e obras do grande Martim Afonso de Sousa" . *Arquivo Bibliográfico*, Coimbra, Biblioteca da Universidade de Coimbra, 1877.

SOUSA, Martim Afonso de - "Cartas de Martim Afonso de Sousa (1534-1539)", Ed. Georg Schurhammer. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, T.IX, 1960, pp. 247 -276.

SOUSA, Martim Afonso de – "The indian letters of 1533" in *O Centro de Estudos Ultramarinos e as Comemorações Henricinas*, Lisboa, 1961.

VITERBO, Sousa – *Trabalhos náuticos dos portugueses. Séculos XVI e XVII*, Lisboa, IN-CM, [1988]

VARTHEMA, Ludovico - *Itinerário*, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1949.

[VELHO, Álvaro] – *Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia*. Leitura crítica, notas e estudo introdutório por José Marques, Porto, FLUP, 1999.

Viagens de Luis de Cadamosto e de Pedro de Sintra, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1988.

Viagens de um piloto português do século XVI à costa de África e a São Tomé, Ed. Arlindo Mnauel Caldeira, Lisboa, CNCDP, 2000.

Voyage dans les deltas du Gange et de l'Irraouaddy. Relation portugaise anonyme (1521), Ed. G. Bouchon e L. F. Thomaz, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

ZINADIM - *História dos Portugueses no Malabar*, Trad.not. David Lopes, 2ª ed., Lisboa, Antígona, 1998.

ZURARA, Gomes Eanes de - *Chronica do conde Dom Pedro de Menezes*, Reprodução fac-similada com nota de apresentação de José Adriano Freitas de Carvalho, Porto, Programa Nacional de Edições Commemorativas dos Descobrimentos Portugueses, 1988.

ZURARA, Gomes Eanes de - *Crónica da Tomada de Ceuta por el-rei D.João I*, Ed. F. M. Esteves Pereira, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915.

ZURARA, Gomes Eanes de - *Crónica do conde D.Duarte de Meneses*, Ed.dipl. Larry King, Lisboa, Universidade Nova, 1978 .

ZURARA, Gomes Eanes de - *Crónica dos feitos notáveis que se passaram na conquista de Guiné por mandado do infante D.Henrique*, Introdução e notas de Torquato de Sousa Soares, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1978-1981.

Antologias de fontes selectivamente utilizadas

Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das navegações e conquistas portuguesas, Ed. José Ramos Coelho, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892.

Archivo Portuguez Oriental, Org. J.H.Cunha Rivara, Nova Goa, 1857-1876, 6 ts. (10 vols.).

Archivo Portuguez Oriental, Org. A. B.de Bragança Pereira, Nova sér., Bastará, 1936-1938, 5 ts.

As Gavetas da Torre do Tombo, Lisboa. Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1977, 12 vols.

As Ordenações da Índia, Ed. L.F. Carvalho Dias, Separata de *Garcia de Orta*, N° Esp., 1956, pp. 229-242.

Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa, Lisboa, nos. 1 (1954) a 50 (1993). Biblioteca Virtual dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, CNCDP/ Instituto de Investigação Científica Tropical, s.d.

Cartas de Afonso de Albuquerque seguidas de documentação que as elucidam, Dir. R. A. Bulhão Pato e H. Lopes de Mendonça, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1884-1935, 7ts.

Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores, Ed. e pref. Manuel Monteiro Velho Arruda, 3ª ed., Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1989

CRUZ, M. Leonor García da - "Compilação de Documentos" in *As Controvérsias ao Tempo de D.João III sobre a Política Portuguesa no Norte de África*. Separata de *Mare Liberum* (n° 13, Jun.97, 123-199, e n° 14, Dez.97, 117-198).

CRUZ, M. Leonor García da - "Antologia de textos dos séculos XVI a XIX" in *Os "Fumos da Índia": uma leitura crítica da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Cosmos, 1998.

DE WITTE, O.S.B., Charles Martial – *Les bulles pontificales et l'Expansion portugaise au XVe. Siècle*. « Revue d'Histoire Ecclésiastique », t. XLVIII, XLIX, LI, LIII, 1953-1954 ; 1956 ; 1958

Descobrimentos Portugueses. Documentos para a sua história, ed. João Marins da Silva Marques, 5 vol., Lisboa, INIC, 1988.

Documenta Indica, Ed. Joseph Wicki, S.J., Roma, 1948-1984, 16 vols.

Documentação para a História das Missões do Padroado Português no Oriente. Insulíndia, Ed. A.Basilio de Sá ; *Índia*, Ed.A. Silva Rego, Agência Geral do Ultramar, 1947-1958; Fundação Oriente / CNCOP, 1991-1996, 12 vols.

Documentação ultramarina portuguesa, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960.

Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos, Ed. Pedro de Azevedo, Lisboa, Academia das Ciências, 1915-1934, 2 ts.

Documentos do Corpo Cronológico relativos a Marrocos (1488 a 1514), Ed. António Baião, Lisboa, Academia das Ciências, 1925.

Documentos inéditos de Marrocos. Chancelaria de D.João II, Ed. P. M. Laranjo Coelho, Lisboa, Academia das Ciências, 1943, 1 vol.

Documentos inéditos para a História dos Portugueses em Azamor, Ed. M. Augusta Lima Cruz Fagundes), Separata de Arquivos do Centro Cultural Português, V.II, Paris, 1970, pp. 104-179.

Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções, Ed. Raymundo A. Bulhão Pato e A. da Silva Rego, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1880-1982, 10 vols.

Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central 1497-1840. Documents on the Portuguese in Mozambique and Central Africa 1497-1840, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962-1989.

Documentos sobre relaciones internacionales de los Reyes Catolicos, Ed. Antonio de La Torre, Barcelona, CSIC, 1949-1966, 6 vols.

FAGUNDES, Maria Augusta Lima Cruz – “*Documentos inéditos para a história dos Portugueses em Azamor*”. Separata de Arquivos do Centro Cultural Português. V.II. Paris (1970).

FARINHA, António Dias – *História de Mazagão durante o período filipino*. Prefácio de Robert Ricard, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970.

GALVÃO, António – *Tratado dos Descobrimentos*, 3ª ed., Porto, Livraria Civilização, 1944

GODINHO, Vitorino Magalhães - *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, Lisboa, Cosmos, 1943-1956, 3 vols.

GREENLEE, William Brooks - *A viagem de Pedro Álvares Cabral ao Brasil e à Índia pelos documentos e relações coevas*, Porto, Civilização. 1951.

LA TORRE, António de - *Documentos sobre relaciones internacionales de los Reyes Catolicos*, Barcelona, CSIC, 1949-1966, 6 vols.

Letters of John III King of Portugal. 1521-1557, Ed. J. D. M. Ford, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1931;

Letters of the Court of John III King of Portugal, Ed. J.D.M. Ford e L. G.Moffatt, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1933.

Livro 1º do Governo do Brasil (1607-1633), ed. João Paulo Salvado; Joana Münch Miranda , Lisboa, CNCDP – Centro de História e Documentação Diplomática /MRE, 2001.

Livro 2º do Governo do Brasil (1615-1634), ed. João Paulo Salvado; Joana Münch Miranda , Lisboa, CNCDP – Museu Paulista/ USP, 2001.

Livro das plantas das fortalezas cidades e povoações do Estado da Índia Oriental com as descrições do marítimo dos reinos e províncias onde estão situadas e outros portos principais daquelas partes, Ed. Luís Silveira, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1991.

Livro de Contas da Ilha da Madeira 1504-1537 , Pref. notas F. Jasmins Pereira e José Pereira da Costa, Funchal, Região Autónoma da Madeira, 1989, 2 vols.

LOPES, David - *Textos em Aljamia Portuguesa. Documentos para a história do domínio português em Safim* , 2ª ed., Lisboa, 1940.

MARÇAIS, W. - *Textes arabes de Tanger*, Paris, Ernest Leroux, 1911.

MATOS, Artur Teodoro de - *Quem vai ao mar em terra se avia: preparativos e recomendações aos passageiros da carreira da Índia no século XVII*, Angra do Heroísmo, [s.n.], 1998. Sep. de: “A carreira da

Índia e as rotas dos estreitos", 1998.

MATOS, Artur Teodoro de - *Subsídios para a história da carreira da Índia: documentos da nau S. Pantalião, 1592*, Lisboa : [s.n.], 1977. Sep. de: Boletim do Arquivo Histórico Militar, v. 45 (1975).

Memoria das Armadas que de Portugal pasaram ha Índia... ["Livro das Armadas"] Intr. Luís de Albuquerque, Lisboa, Academia das Ciências, 1979.

Monumenta Henricina, ed. António Joaquim Dias Dinis, O.F.M., 15 vols., Coimbra, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960- [1976]

Monumenta Missionaria Africana, Ed. P.e António Brásio, *África Ocidental*, 1ª sér. - 15 vols., 2ª sér. - 6 vols., Lisboa, Agência Geral do Ultramar e Academia Portuguesa da História, 1952-1991.

O Orçamento do Estado da Índia – 1571, Ed. A. Teodoro de Matos, Lisboa, CNCDP / Centro de Estudos Damião de Góis, 1999.

O Tombo de Diu – 1592, Ed. A. Teodoro de Matos, Lisboa, CNCDP/Centro de Estudos Damião de Góis, 1999.

OLIVEIRA, Aurélio de, ed. – *Colecção (breve) de notícias do Brasil*, Braga, Comissão Arquidiocesana de Braga, 2000

A viagem do Gama nas Crónicas do reino. Apresentação e introdução de Aurélio de Oliveira, Porto, FLUP; 1998.

Os Primeiros 14 documentos relativos à Armada de Pedro Álvares Cabral, Ed. J.Romero Magalhães e S. Minch Miranda, Lisboa, CNCDP, 1999.

PISSURLENCAR, Panduronga S.S.- *Assentos do Conselho de Estado*, Bastorá, Rangel, 1953-1957, 5 vols.

SERRÃO, Joel – *Testemunhos sobre a emigração portuguesa- Antologia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1976

Subsídios para a história da Índia portuguesa, Ed. Rodrigo José da Lima Felner, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1848 (1868)

5.2. BIBLIOGRAFIA

Repertórios bibliográficos

Bibliografia Henriquina, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960, 2 vols.; Supl. Albino Lapa, Lisboa, CEC, 1963.

Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1960-1973, 14 vols.

Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens. Estudos e bibliografias, Lisboa, Cosmos/ Centro de .Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade Lisboa, 1999.

FARINHA, António Dias - "Recherches portugaises sur le Maroc à l'époque moderne. Esquisse bibliographique" in *Recherches sur l'histoire du Maroc. Esquisse de bilan*, Rabat, Faculté des Lettres et des Sciences Humaines, 1989, pp.77-87.

GARCIA-ARENAL, Mercedes; BRUNES, Miguel Angel de; AGUILAR, Victoria- *Repertorio bibliografico de las relaciones entre la Peninsula Ibérica y el Norte de Africa (siglos XV-XVI). Fuentes y Bibliografia.* Madrid, CSIC, 1989.

GODINHO, Vitorino Magalhães - "Fontes e Bibliografia", in *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 2ª ed., Vol. IV, Lisboa, Presença, 1983, pp. 227-308.

MARQUES, Alfredo Pinheiro - *Guia de História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa. Estudos*, Lisboa, BN, 1988

MARQUES, Alfredo Pinheiro - *A Historiografia dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa*, Coimbra, Minerva, 1991.

SILVA, M. Beatriz Nizza da - *Guia de História do Brasil Colonial*, Porto, Universidade Portucalense, 1992.

Repertório Bibliográfico da Historiografia Portuguesa (1974-1994), Inst. Camões / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995.

SILVA, M. Beatriz Nizza da - *Guia de História do Brasil Colonial*, Porto, Universidade Portucalense, 1992.

SCHOLBERG, Henry; KAKODKER, Archana Ashok; AZEVEDO, Carmo - *Bibliography of Goa and the Portuguese in India*, Nova Delhi, Promilla, 1982.

Dicionários, enciclopédias e cronologias

BRANDÃO, Fernando de Castro - *História da Expansão Portuguesa 1367-1580. Uma Cronologia*, Europress, 1995.

Colonialism. An international, social, cultural and political encyclopedia, London, Eurospan, 2003

CRUZ, M. Leonor García da - "Para uma cronologia da Expansão Portuguesa e do Império Ultramarino (c. 1336-1899)" in *Os "Fumos da Índia": uma leitura crítica da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Cosmos, 1998.

Dicionário de História da Colonização Portuguesa no Brasil, Coord. M. Beatriz Nizza da Silva, Lisboa, Verbo, 1994.

Dicionário de História de Portugal, dir. Joel Serrão, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, 4 vols.

Dicionário de História dos Descobrimentos portugueses, dir. Luís de Albuquerque; coord. Francisco Contente Domingues, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, 2 vols.

Encyclopaedia of Islam, reimp., Leiden, Brill, 1987, 9 vols.

MARQUES, Alfredo Pinheiro - *Portugal e o Descobrimento do Atlântico, Síntese e cronologia*, Lisboa, 1990.

MORAIS, Carlos A. - *Cronologia Geral da Índia Portuguesa*, Instituto Cultural de Macau / Instituto Rainha D. Leonor, 1993.

PINTO, O. Rocha - *Cronologia da Construção do Brasil 1500-1889*, Lisboa, Livros Horizonte, 1987.

Historiografia e epistemologia

CAHEN, C. - *Introduction à l'histoire du Monde Musulman médiéval VIIe - XVe siècle. Méthodologie et éléments de bibliographie*, Paris, Adrien Maisonneuve, 1982.

CORREIA-AFONSO, John - *Indo-Portuguese History Sources & Problems*, Bombaim, Oxford, University Press, 1981.

CRUZ, Maria Leonor García da - *Os "Fumos da Índia": uma leitura crítica da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Cosmos, 1998.

FARINHA, António Dias - *A questão de Ceuta na Historiografia Portuguesa* in "Congreso Internacional El Estrecho de Gibraltar Ceuta", Universidad Nacional de Educacion a Distancia, Nov.1987, Sep. Actas, pp. 309-312.

FERREIRA, João José Brandão – *A evolução do conceito estratégico ultramarino português. Da Conquista de Ceuta à Conferência de Berlim*, Lisboa, Atena, 2000.

GARCIA, José Manuel – *A historiografia portuguesa dos descobrimentos e da expansão (séculos XV a XVII). Autores, obras e especializações memoriais*, Porto, FLUP, 2006 [Dissertação de doutoramento policopiada].

GODINHO, Vitorino Magalhães - *A Historiografia Contemporânea. Orientações e problemas*. "Revista da Faculdade de Letras", Universidade de Lisboa, T.VIII- 2ª.sér., nºs 1 e 2, 1942.

MARQUES, Alfredo Pinheiro - *Guia de História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa. Estudos*, Lisboa, BN, 1988

MARQUES, Alfredo Pinheiro - *A Historiografia dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa*, Coimbra, Minerva, 1991.

POLÓNIA, Amélia - *Descobrimentos e Expansão Ultramarina Portuguesa. Um olhar historiográfico diverso*. "Anais de História de Além- Mar", Vol. I (Ano 2000), Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2001, pp. 9-32.

POLÓNIA, Amélia - *L'historiographie portugaise sur les gens de mer et les communautés littorales. Une approche de synthèse*. "Révue d'Histoire Maritime", número special sur *La Recherche Internationale en Histoire Maritime*. Paris, PUPS, 2008 [No prelo]

RODRIGUES, José Honório - *História da História do Brasil*, 2ª ed., S.Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979.

SERRÃO, J. Veríssimo - *Cronistas do século XV posteriores a Fernão Lopes*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1977;

SERRÃO, J. Veríssimo - *História breve da historiografia portuguesa*, Lisboa, Verbo, 1962;

SERRÃO, J. Veríssimo - *A Historiografia Portuguesa: Doutrina e Crítica*, Lisboa, Verbo, 1972-74, 3 vols.

THOMAZ, Luís Filipe Reis – "Le renouveau des études luso-orientales au Portugal ». Separata de *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XXXV, 1996

Vinte Anos de Historiografia Ultramarina Portuguesa. 1972-1992. Dir. A. Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz, Lisboa, CNCDP, 1993.

História da Expansão Europeia

A Abertura do Mundo. Estudos de História dos Descobrimentos Europeus. Em Homenagem a Luis de Albuquerque. Org. Luís F.Barreto e F.Contente Domingues, Lisboa, Presença, 1986-1987, 2 vols.

A União Ibérica e o Mundo Atlântico. 2ªs Jornadas de História Ibero-Americana (1996). Coord. M. Graça M. Ventura, Lisboa, Colibri, 1997.

Abu-Lughod, J. L.- *Before European Hegemony. The world system AD 1250-1350* , NewYork, 1989.

ALMEIDA, A.A.Marques de, "*Capitais e capitalistas no comércio da especiaria. O eixo Lisboa- Antuérpia (1501-1549). Aproximação a um Estudo de Geofinança*, Lisboa, Cosmos, 1993;

ALMEIDA, A.A.Marques de - "As consequências políticas e económicas do convénio com Castela" in *Portugal no Mundo*. Dir. L. Albuquerque, Lisboa, Alfa, 1989, Vol.I, pp.347 -354

ALMEIDA, A.A.Marques de - "A Viagem de Vasco da Gama e a sua repercussão económica na Europa" in *Portugal no Mundo*. Dir. L. Albuquerque, Lisboa, Alfa, 1989, Vol.II, pp.11-20

ALMEIDA, A.A.Marques de - "O Zangão e o Mel. Uma metáfora sobre a diáspora sefardita e a formação das elites financeiras na Europa (séculos XV a XVII)", *Oceanos*. Nº29, Jan./Mar.1997, pp.25-35.

ANTUNES, Cátia – *Globalisation in the Early Modern Period. The economic relationship between Amsterdam and Lisbon. 1640-1705*, Amesterdão, Aksant, s.d.

As Rotas Oceânicas. Sécs.XV-XVII. 4ªs Jornadas de História Ibero-Americana (1998) . Coord. M. Graça M. Ventura, Lisboa, Colibri, 1999.

BETTENCOUTR, Francisco; ALENCASTRO, Luís Filipe de – *L'empire portugais face aux autres empires. XVI- XIXe. siècles*, Paris, Maison Neuve et Larose/ Fondation Calouste Gulbenkian, 2008.

BOXER, C. R. - "English shipping in the Brazil trade, 1640-1665". In *The Mariners Mirror* (July 1951), p. 197-230.

BOXER, C.R. – *The Dutch Seaborn Empire*. London: Hutchinson, [1965]

CHAUNU, Pierre - *Conquête et exploitation des nouveaux mondes (XVIe. siècle)*, Paris, PUF, 1991 [Ed.port., Univ. S.Paulo / Liv. Pioneira, 19849

CHAUNU, Pierre - *L'Expansion européenne du XIIIe au XVe siècle*, Paris, PUF, 1969

CHAUNU, Pierre - *Séville et l'Amérique aux XVIe et XVIIe siècles*, Paris, Flammarion, 1977;

CHAUNU, Pierre ; CHAUNU, Huguette Chaunu - *Séville et l'Atlantique (1504-1650)*, Paris, A Colin, 1955-59, 10 vols.

CIPOLLA, Carlo - *Canhões e Velas na primeira fase da Expansão Europeia*, Lisboa, Gradiva, 1989.

Cohen, B. J. - 'The political economy of international trade', in *International Organization*, 44-2 (1990), p. 261-281.

DAVIDS, K. & L. Noordegraaf (eds.) - *The Dutch economy in the Golden Age: nine studies*, Amsterdam, 1993.

DAVIS, R., *The rise of the Atlantic economies* , London, 1973.

Disney, A. R. - *Twilight of the pepper empire*, Cambridge/ Massachusetts, 1978.

El Tratado de Tordesillas y su Epoca". Congreso Internacional de Historia. (Setúbal, Salamanca, Tordesilhas, 1994), Sociedad "V Centenario del Tratado de Tordesillas", CNCOP, Madrid, Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas, 1995, 3 vols.

ELLIOTT, J.H. - *O Velho Mundo e o Novo. 1492-1650*, Lisboa, Quercus, 1984.

ELLIOT, John H. - *Imperios del Mundo Atlantico. España Y Gran Bretaña en América (1492-1839)*, Madrid, Taurus, 2006.

EMMER, P. C. - 'The West India Company, 1621-1791', L. Blussé & F. Gaastra (eds.), *Companies and trade*, Leiden, 1981, p. , 71-98.

EVERAERT, J. G. - 'Sur le balcon de l'Atlantique: la 'nation Flamande' a Lisbonne au XVIIe siècle', in *Handelingen van het genootschap voor Geschiedenis* 132-3 (1995), p. 347-372.

FAVIER, Jean - *Les Grandes Découvertes d'Alexandre à Magellan*, Paris, Fayard, 1991.

FERREIRA, Ana Maria Pereira - 'Mare clausum, mare liberum' dimensão doutrinal de um foco de tensões políticas". *Cultura - história e filosofia*, Lisboa, 3, 1984, pp.315-357

FERREIRA, Ana Maria Pereira - *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*, Redondo, Patrimonia, 1995.

FONSECA, Luís Adão da - *Navegación y Corso en el Mediterraneo Occidental. Los Portugueses a mediados del siglo XV*, Pamplona, Universidad de Navarra, 1978

FONSECA, Luís Adão da - *Portugal entre dos mares*, Madrid, Editorial Mapfre, 1993;

FONSECA, Luís Adão da - "As relações comerciais entre Portugal e os reinos peninsulares nos séculos XIV e XV" in *2ªs Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval* (Porto, 1985). Actas, V.2, Porto, INIC, 1987, pp.541-561;

FONSECA, Luís Adão da - "O Tratado de Tordesilhas: Antecedentes e significado" in *Tratado de Tordesilhas* (BBV, v.infra), pp.129-174; **O Tratado de Tordesilhas e a Diplomacia Luso-Castelhana no Séc. XV*, Lisboa, Inapa, 1991.

GEISS, L - "The intercontinental long-distance trade. A preliminary survey", in *Itinerario*, 10-2 (1986), 33-51.

GIL, Juan - *Mitos y Utopias del Descubrimiento*, Madrid, Alianza, 1989-92, 3 vols.; "Las Rutas del Pacífico" in *As Rotas Oceánicas. Séculos XV-XVII* (v.infra), pp.97-105.

GORIS, J.A - *Études sur les Collonies Marchandes méridionales à Anvers (1488-1567)*, Lovaina, 1925.

HELD, D. ; A McGrew; D. GOLDBLATT; J. PERRATON - *Global transformations. Politics, economics and culture*, Stanford, 1999.

HIRSt, P. & G. THOMPSON - *Globalization in question. The international economy and the possibilities of governance*, Cambridge, 1996.

HUGON, Alain - *Rivalités européennes et hégémonie mondiale. XVIe. - XVIIe. Siècle*, Paris, armand Colin, 2002.

IRWIN, D. A. (ed.) - *Trade in the Pre-Modern Era, 1400-1700*, 2. vols.. s.l., Cheltenham & Brookfield, 1996.

ISRAEL, J. L - *Conflicts of empires: Spain, the Low Countries and the struggle for world supremacy, 1585-1713*, Lodon, 1997.

ISRAEL, J. L - *Dutch primacy in the world trade, 1585-1740* , Oxford, 1989.

ISRAEL, J. L - *Empires and entrepôts: the Dutch, the Spanish monarchy and the Jews, 1585-1713*, London, 1990.

ISRAEL, J. L - *European Jewry in the age of mercantilism, 1550-1750* , Oxford, 1985.

ISRAEL, J. L - *The Dutch Republic: its rise, greatness, and fall, 1477-1806* , Oxford ,1995.

JAMES, Lawrence – *The rise and fall of the British empire*, New york: St. Martin's Griffin, 1994.

João III (D.) e o Império. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do seu Nascimento, org. Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Centro de História de Além Mar, ed. Roberto Carneiro, Artur Teodoro de Matos. – Lisboa, CHAM / CEPCEP, 2004.

JONES, Eric L. - *O Milagre Europeu (1400-1800). Contextos, economias e geopolíticas na história da Europa e da Ásia*, Lisboa, Gradiva, 1987.

KAMEN, Henry – *Empire. How Spain became a world power*, New York, Harper Collins Publishers, 2004.

KLEINKNECHT, A. & J. ter WENGEL - *The myth of economic globalisation*. "Cambridge Journal of Economics", 22 (1988), p. 637- 647.

LESGER, C. - 'Intraregional trade and the port system in Holland, 1400-1700', K. DAVIDS & L. NOORDEGRAAF (eds.), *The Dutch economy in the Golden Age. Nine Studies* , Amsterdam, 1993, p. 185-217.

LISS, P. K. & F. W. KNIGHT (eds.) - *Atlantic port cities. Economy, culture and society in the Atlantic world, 1650-1850* , Knoxville 1991

MAGALHÃES, Joaquim Romero de - *Os ingleses no Algarve nos séculos XVII e XVIII* , Faro, 1990.

MAUNY, Raymond - *Les Navigations médiévales sur les côtes sahariennes antérieures à la découverte portugaise (1434]*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960.

MAURO, Frédéric - *A Expansão Europeia*, 2ª ed., Lisboa, Estampa, 1995;

MEYER, Jean – *L'Europe a la conquête du monde. XVI-XVIIIe. siècles*, Paris, Armand Colin, 1990

Oceanos. Tordesilhas. A Partilha do Mundo, nº 18, Jun. 1994.

PARRY, J. H. – *Trade & Dominion. The European Overseas Empires in the Eighteen Century*, London, Phoenix Press, s.d.

PEREZ-EMBED, Florentino - *Los Descubrimientos en el Atlántico y la rivalidad castellano-portuguesa hasta el Tratado de Tordesillas*, Sevilha, Escuela de Estudios Hispano-Americanos, 1948.

Pohl H. H., (ed.) - *The European discovery of the world and its economic effects on the pre-industrial society, 1500 1800. Papers of the tenth International Economic History Congress* , Stuttgart, 1990

Portugal e Espanha no encontro dos novos mundos (séculos XV a XIX)", II Congresso Luso-Espanhol sobre Descobrimentos e Expansão Colonial, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1993 - Actas, *Mare Liberum*, CNCDP, n° 10, Dez. 1995.

POSTMA, J. M. - *The Dutch in the Atlantic slave trade, 1600-1815*, Cambridge, 1990.

RANDLES, W.G.L. - "Le nouveau monde. L'autre monde et la pluralité des mondes" in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, Lisboa, 1961.

Rapp, R. T. - 'The unmaking of the Mediterranean trade hegemony: international trade rivalry and the commercial revolution, in *Journal of Economic History* 35-3 (1975), p. 499-525.

RAU, V. - *Privilégios e legislação portuguesa referentes a mercadores estrangeiros: séculos XV e XVI*, Colónia, 1970.

ROMANO, Ruggiero - *Les Conquistadores. Les mécanismes de la conquête coloniale*, Paris, Flammarion, 1992.

RUIZ MARTÍN, F. - *Los destinos de la plata americana, siglos XVI y XVII*, Madrid, U. Autónoma, 1990

RUIZ MARTÍN, F. - *Lettres marchandes échangées entre Florence et Medina del Campo*, Paris, 1965, XCI, pp.323-327;

RUMEU DE ARMAS, Antonio - *España en el Africa Atlantica*, Madrid, 1956-57

RUMEU DE ARMAS, Antonio - *El Tratado de Tordesillas. Rivalidad hispano-lusa por el dominio de océanos y continentes*, Madrid, Mapfre, 1992.

SCHNEIDER, J., 'The significance of large fairs, money, markets and precious metals in the evolution of a world market from the Middle Ages to the first half of the nineteenth century', In W. Fischer & R. M. McNis (eds.), *The emergence of a world economy 1500-1914*, Wiesbaden, 1986, p. 15-36.

Sevilha, século XVI. De Colombo a D. Quixote, entre a Europa e as Américas - o coração e as riquezas do mundo, Lisboa, Terramar (1993).

Shaw, L. M. E. - *Trade, Inquisition and the English nation in Portugal, 1650-1690*, Manchester, 1989.

SHILLINGTON, V.M., e A B. Wallis CHAPMAN - *The Commercial relations of England and Portugal*, Londres, George Routledge & Sons, 1907.

SIDERI, Sandro - *Comércio e Poder. Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas*, Lisboa, Cosmos, 1978.

Tratado de Tordesillas, Lisboa, Banco Bilbao Viscaya (Portugal), SA, 1994.

Tratado de Tordesillas y su proyección, El Primer coloquio luso-español de Historia de Ultramar / Segundas Jornadas Americanistas de la Universidad de Valladolid, Universidad de Valladolid, 1973, 2 vols.

VARELA, Consuelo - *Inglese en España y Portugal- 1480-1515. Aristócratas, Mercaderes e Impostores*, Lisboa, Colibri, 1998.

VEEN, E. van - *Decay or defeat?: an inquiry into the Portuguese decline in Asia, 1580-1645*, Leiden,

2000.

VRIES, J. de & A. VAN DER WOUDE - *The first modern economy: success, failure, and perseverance of the Dutch economy, 1500-1815*, Cambridge, 1997.

VRIES, J. de - *The economy of Europe in an age of crisis, 1600-1750*, Cambridge, 1986.

WAKE, C. H. H., 'The changing pattern of Europe's pepper and spice imports, ca1400-1700', , in *Journal of European Economic History*, 8-2 (1979), p. 361-403.

WALLERSTEIN, Immanuel - *O Sistema Mundial Moderno. V.I A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI; V.II O mercantifismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750; V.III A segunda era de grande expansão da economia-mundo capitalista, 1730-1840*, Porto, Afrontamento, s. d.

História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa – Geral

A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos - Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa (1996), Angra do Heroísmo, 1998.

A Universidade e os Descobrimentos. Actas do Colóquio promovido pela Universidade de Lisboa, Lisboa, CNCDP IIN-CM, 1993.

ALBUQUERQUE, Luís de - *Os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Alfa, 1985

ALBUQUERQUE, Luís de - *Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses*, 4ª ed., Mem Martins, Europa-América, (1989).

ALBUQUERQUE, Ruy de - *As Represálias. Estudo de História do Direito Português (Sécs. XV e XVI)*, Lisboa, 1972, 2 vols.

ANDRADE, António A. Banha de - *Mundos novos do Mundo. Panorama da difusão pela Europa de notícias dos descobrimentos geográficos portugueses*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1972, 2 vols.

As dimensões de alteridade nas culturas de língua portuguesa - o outro. Actas do Simpósio Interdisciplinar de Estudos Portugueses, Lisboa, 1985.

BARRETO, Luís Filipe - *Caminhos do saber no Renascimento Português. Estudos de história e teoria da cultura*, Lisboa, IN-CM, [1985].

BARRETO, Luís Filipe – *Descobrimentos e Renascimento. Formas de ser e de pensar nos séculos XV e XVI*, Lisboa, IN-CM, [1983].

BARRETO, Luís Filipe – *Os Descobrimentos e a ordem do saber: uma análise sociocultural*, 2ª ed., Lisboa, Gradiva, 1989

BARRETO, Luís Filipe – "Gil Vicente e os Descobrimentos", *História*, nº25, Nov.1980, pp.48-60.

BOXER, C.R. - *O Império Marítimo Português 1415-1825*, Lisboa, Edições 70, 1992.

BOXER, C.R.. - *A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)*, Lisboa, Edições 70,1989;

- BOXER, C.R. - *Relações raciais no Império Colonial Português 1415-1825*, Porto, Afrontamento, 1977.
- BOXER, C. R. – *Opera Minora*, ed. Diogo Ramada Curto, Lisboa, Fundação Oriente, 2002, 3 vols.
- CAETANO, Marcello - *O Conselho Ultramarino. Esboço da sua história*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1967.
- CARREIRA, José Nunes - *Do Preste João às ruínas da Babilónia. Viajantes portugueses na rota das civilizações orientais*, Lisboa, Ed.Comunicação (1990);
- CARREIRA, José Nunes - *Outra Face do Oriente. O Próximo Oriente em relatos de viagem*, Lisboa, Europa - América, 1997.
- CARVALHO, Joaquim Barradas de - *A la recherche de la spécificité de la Renaissance Portugaise. L'Esmeraldo de Situ Orbis de Duarte Pacheco Pereira et la littérature portugaise de voyages a l'époque des grandes découvertes. Contribution à l'étude des origines de la pensée moderne*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
- COATES, Timothy J. – *Degredados e órfãos: colonização dirigida pela coroa no império português: 1550-1755*, Lisboa, CNCDP, 1998.
- Congresso Internacional "Bartolomeu Dias e a sua Época", Actas, Porto, CNCDP, 1988, 5 vols.
- CORTE-REAL, M.H. - *A Feitoria Portuguesa na Andaluzia (1500-1532)*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1967.
- CORTESÃO, Jaime - *A colonização do Brasil*, Lisboa, Portugalia, 1969.
- CORTESÃO, Jaime - *A expansão dos portugueses no período henriquino*, Lisboa : Livros Horizonte, [1975].
- CORTESÃO, Jaime - *A expansão dos portugueses na história da civilização*, Lisboa, Livros Horizonte, 1983. - 2 Vol.
- CORTESÃO, Jaime -. *O império português do Oriente*, Lisboa, Portugalia, [1968].
- CORTESÃO, Jaime – *Os descobrimentos portugueses*, 3 vols., Lisboa, IN-CM, [1990]
- CORTESÃO, Jaime - *Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses e outros Ensaio*s, Lisboa, Liv. Horizonte, 1984
- CORTESÃO, Jaime - *O Ultramar Português depois da Restauração*, Lisboa, Portugalia Editora, 1971.
- COSTA, Leonor Freire. - *Império e grupos mercantis entre o Oriente e o Atlântico (século XVII)*, Lisboa, 2002.
- COSTA, Leonor Freire - *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*, Lisboa : Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002.
- CRUZ, M. Leonor García da - "Luzes e Sombras na Expansão Portuguesa - um equacionar de motivações, perdas e ganhos, em fontes literárias do século XVI" in " *Congresso Luso-Espanhol sobre Descobrimentos e Expansão Colonial*, pp.157-171;
- CRUZ, M. Leonor García da - "Mentalidades e Sociedade no Discurso Literário Quinhentista: um balanço de estímulos e reacções face à Expansão Ultramarina". In *A Escola e os Descobrimentos. No tempo de D. Manuel*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos

Descobrimentos Portugueses (1999).

Découverte. Le Portugal et l'Europe. Actas, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990;

DIAS, J.S.Silva - *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do Século XVI*, 3ª ed., Lisboa, Presença, 1988.

DIAS, M. Nunes - *O Capitalismo Monárquico Português 1415 - 1549: contribuição para o estudo das origens do capitalismo moderno*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, IEHD.AV, 1963-64, 2 vols.

DOMINGUES, Francisco Contente - *A Carreira da Índia. The India run*, Lisboa, CTT Correios, 1998

DOMINGUES, Francisco Contente ; GUERREIRO, Inácio - "A evolução da carreira da Índia até aos inícios do século XVII" in *Portugal no Mundo*, dir. Luís de Albuquerque , Lisboa, Alfa, [1989], Vol.II, pp.425-450.

Estudos e ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho, Lisboa , Sá da Costa, 1988

FARINHA, António Dias - "O conceito de império português" in *História de Portugal*, dir. de João Medina, Lisboa, Ediclube, 1993.Vol. 5, pp.11-18.

FARINHA, António Dias - "O Islão e os Descobrimentos" in *A Universidade e os Descobrimentos*. Actas do Colóquio promovido pela Universidade de Lisboa, Lisboa, CNCDP IIN-CM, 1993, pp.121-125

Ferreira, A M. P. - *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI* , Cascais, Patrimonia, 1995.

FONSECA, Luís Adão da - "Bartolomeu Dias, do pouco que se sabe..." . "Oceano"s, nº 3, Março,1990

FONSECA, Luís Adão da - *Vasco da Gama. O Homem, a Viagem, a Época*, Lisboa, Parque Expo 98, 1998

FONSECA, Luís Adão da - *Os Descobrimentos e a Formação do Oceano Atlântico. Século XIV. Século XVI*, Lisboa, CNCDP, 1999.

GODINHO, Vitorino Magalhães – *Ensaio II: sobre a história de Portugal*, 2ª ed. correcta e ampl. – Lisboa, Sá da Costa, 1978.

GODINHO, Vitorino Magalhães – GODINHO, V. Magalhães - *A expansão quatrocentista portuguesa*, Lisboa: Dom Quixote, 2008.[Reedição de *A economia dos descobrimentos henriquinos* Lisboa, Sá da Costa, 1962].

GODINHO, Vitorino Magalhães – *A expansão quatrocentista portuguesa: problemas das origens e da linha de evolução*, Lisboa, Empresa Contemporânea de Edições 1944.

GODINHO, Vitorino Magalhães – *História económica e social da expansão portuguesa* , Lisboa, Terra, 1967.

GODINHO, Vitorino Magalhães – *Introdução à história económica* , Lisboa , Livros Horizonte, [1970].

GODINHO, Vitorino Magalhães – *L'économie de l'empire portugais aux XVe et XVIe siècles*. - Paris : S.E.V.P.E.N., 1969.

GODINHO, Vitorino Magalhães – *Le Portugal, les flottes du sucre et les flottes d'or, 1670-1770* , Paris, Armand Colin, [1949].

- GODINHO, Vitorino Magalhães – *Le probleme du pain dans l'économie portugaise*, Lisboa, [s.n], 1959.
- GODINHO, Vitorino Magalhães – *Les Découvertes XVe-XVIe: une révolution des mentalités*, Paris, Autrement, 1990.
- GODINHO, Vitorino Magalhães – *Les finances de l'état portugais des Indes Orientales (1517-1635): matériaux pour une étude structurale et conjoncturelle*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1982.
- GODINHO, Vitorino Magalhães – *A expansão quatrocentista portuguesa*, Lisboa: Dom Quixote, 2008.[Reedição de *A economia dos descobrimentos henriquinos*, Lisboa, Sá da Costa, 1962].
- GODINHO, Vitorino Magalhães – *Mito e mercadoria. Utopia e prática de navegar. Séc. XIII-XVIII*, Lisboa, Difel, 1990
- GODINHO, Vitorino Magalhães – *Os descobrimentos e a economia mundial*, 4 vols., Lisboa, Editorial Presença, 1981-1983
- GODINHO, Vitorino Magalhães – "Entre Mito e Utopia: os Descobrimentos, Construção do Espaço e Invenção da Humanidade nbs Séculos XV e XVI", **Revista de História Económica e Social*, Lisboa, nº 12, Julho-Dez. 1983;
- GODINHO, Vitorino Magalhães – *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Terra - Editora, 1947.
- HESPANHA, António Manuel - "Os modelos institucionais da colonização portuguesa e as suas tradições na cultura jurídica europeia" in *A União Ibérica e o Mundo Atlântico. 2ªs Jornadas de História Ibero-Americana* (1996). Coord. M. Graça M. Ventura, Lisboa, Colibri, 1997, pp. 65-71.
- História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta, 1999
- História da Expansão Portuguesa*, dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, Lisboa, Círculo de Leitores, 1997, 5 vols.
- La decouverte, le Portugal et l'Europe. Actes du Colloque. Paris, les 26,27,28 Mai 1988*, Paris, FCG – CCP, 1990
- LANCIANI, Giulia - *Os Relatos de Naufrágios na Literatura Portuguesa dos Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.
- Lisboa e o Atlântico na viragem de século XVI para o séc. XVII. Actas dos 2 ºs. Cursos internacionais de verão de Cascais* (1995), coord. A. Borges Coelho, Cascais, CM, 1996.
- Lisboa e os Descobrimentos. 1415-1580: a invenção do mundo pelos navegadores portugueses* (dir. Carlos Araújo), Lisboa, Terramar, 1992.
- MACEDO, J. Borges de - "A Política Atlântica de D. João II e o Mediterrâneo" in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época*, Actas, Porto, Universidade do Porto, 1989, Vol. I, pp. 388-403.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero de - *Portugueses no mundo do século XVI - espaços e produtos*, Lisboa, CNCDP, 1998.
- Mare Liberum. Revista de História dos Mares*, Lisboa, CNCDP, nº 1 (1990) e segs.; nºs. 1 a 13, Ophir - Biblioteca Virtual dos Descobrimentos Portugueses, CNCDP.
- MARQUES, A. H. de O. - *Notas para a história da feitoria portuguesa na Flandres no século XV*, Milão, 1962.

MATOS, Artur Teodoro de - *O Império Colonial Português no início do século XVII: elementos para um estudo comparativo das suas estruturas económicas e administrativas*, Ponta Delgada, Univ. dos Açores, 1995. Sep. de: Arquipélago. Série história, V. 1, 1

MAURO, Frédéric – *Portugal, o Brasil e o Atlântico*, 2 vols., Lisboa, Estampa, 1989

MAURO, Frédéric - *L'Atlantique portugais et les esc/aves: 1570-1670*, Lisboa, Sep. *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa* (T. XXII, 2a s.), 1956;

MAURO, Frédéric - *Études Economiques sur l' Expansion Portugaise (1500-1900)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian / C. Cultural, 1970.

Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas, Congresso Internacional de História - Actas, Braga, Universidade Católica Portuguesa / CNCDP / F.Evangelização e Cultura, 1993, 4 vols.

Nova História da Expansão Portuguesa, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Estampa, [1986 - -----], 12 vols. [Em publicação]

Nova História Militar de Portugal, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, vols. I e II.

O confronto do olhar. O encontro dos povos na época das navegações portuguesas (séculos XV e XVI): Portugal, Africa, Asia, América, Lisboa, Caminho, 1991.

O rosto feminino da expansão portuguesa. Congresso Internacional. Actas, 2 vols., Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995

Oceanos, Lisboa, CNCDP, n° 1 (Jun.1989) e segs.

OLIVEIRA, Aurélio de – *Os rumos da modernidade*, Porto, FLUP, 1999

OLIVEIRA, Aurélio de – *Nos caminhos do Atlântico*, Braga, 1999.

PAGE, Martin – *The first Global Village. How Portugal changed the world*, 8ª ed., Lisboa, Casa das Letras, 2005. [Obra citada como exemplo a evitar].

PIMENTEL, M. do Rosário - "Aspectos do relacionamento intercultural no expansionismo português" in *Viagens e Viajantes no Atlântico Quinhentista*, coord. Maria da Graça M. Ventura, Lisboa, Colibri, 1996, pp. 219-232 .

POLÓNIA, Amélia - *A construção do império começa na metrópole. Estratégias joaninas de consolidação de infra-estruturas comerciais e navais. O caso de Vila do Conde*. In "D. João III e o Império. Congresso Internacional Comemorativo do Nascimento de D. João III" (Lisboa, 4 a 8 de Junho de 2002), Lisboa, CHAM, 2004, p. 251-271.

POLÓNIA, Amélia - *Redes informais de comércio ultramarino* . In "Estudos em Homenagem a Luís A. de Oliveira Ramos" , Porto, Faculdade de Letras, 2004, Vol. III, p. 881-891.

Portos, Escalas e ilhéus no relacionamento entre o Ocidente e o Oriente. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do regresso de Vasco da Gama a Portugal. Ilhas Terceira e S. Miguel. 11 a 18 de Abril de 1999, Ponta Delgada/ Lisboa, Universidade dos Açores/ CNCDP, 2001, 2 vols.

Portugal no Mundo, dir. Luís de Albuquerque, Lisboa, Alfa, [1989], vols. 1-4.

RIBEIRO, Orlando - *A Formação de Portugal*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.

RIBEIRO, Orlando - *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1962;

RIBEIRO, Orlando - *Originalidade da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa, 1994;

RIBEIRO, Orlando - *.Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 68. ed., Lisboa, Sá da Costa, 1991.

RUSSELL-WOOD, A.J. - *Um Mundo em Movimento. Os Portugueses na África, Ásia e América (1415-1818)*, Algés, Difel, 1998.

SÃ, Isabel Guimarães - *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*, Lisboa, CNCDP, 1997.

SALDANHA, António Vasconcelos de - *As capitânias: o regime senhorial na expansão ultramarina portuguesa* (pref. F.Mauro), Funchal, SRTCE, 1992.

SANTOS, João Marinho dos - *Estudos sobre os descobrimentos e a expansão portuguesa / João Marinho dos Santos*, Coimbra : Faculdade de Letras, [1998].

SANTOS, João Marinho dos - *A Guerra e as Guerras na Expansão Portuguesa. Séculos XV e XVI*, Lisboa, GTMECDP, 1998.

SÉRGIO, António - *Breve Interpretação da História de Portugal*, 11ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1983

SÉRGIO, António - "As duas políticas nacionais", *Ensaio II*, Lisboa, Seara Nova, 1929;

SÉRGIO, António - *Obras Completas*, 3ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1980;

SÉRGIO, António- "Nótulas Preambulares" in *.Antologia dos Economistas Portugueses. Século XVII*, Lisboa, Sá da Costa, 1974.

SILVA, J. Gentil da - *Stratégie des affaires à Lisbonne entre 1595 et 1607. Lettres marchandes des Rodrigues d'Évora et Veiga*, Paris, A. Colin, 1956;

SILVA, J. Gentil da, ed. - *Marchandises et Finances, lettres de Lisbonne: 1563-1578*, Paris, SEVPEN, 1959.

SIMÕES, A Veiga - *La Flandre, le Portugal et les débuts du capitalisme moderne*, Bruxelas, 1933

SIMÕES, A Veiga - *Portugal, o ouro, as descobertas e a criação do estado capitalista*, Lisboa, 1938.

SMITH, D. G. - *The Portuguese mercantil class of Portugal and Brazil in the seventeenth century: a socioeconomic study of the merchants of Lisbon and Bahia, 1620-1690* (Austin 1975).

Stvdia, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, nº1 (1958) e segs.; nºs. 1 a 53, Ophir - Biblioteca Virtual dos Descobrimentos Portugueses, CNCDP / IICT.

TAVARES, M.José P.Ferro - *Os Judeus na Época dos Descobrimentos*, Elo (1995).

Tempo de Vasco da Gama (O), dir. Diogo Ramada Curto, Lisboa, Difel, 1998.

THOMAZ, Luís Filipe Reis – *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, [1994]

Vasco da Gama Homens, Viagens e Culturas. Actas do Congresso Internacional, coord. Joaquim Romero Magalhães, Jorge Manuel Flores, Lisboa, CNCDP, 2001. - 2 v.

Viagens e Viajantes no Atlântico Quinhentista, coord. Maria da Graça M. Ventura, Lisboa, Colibri, 1996.

Cartografia, Geografia e Náutica

ALBUQUERQUE, Luís de - *Curso de História da Náutica*, Coimbra, Almedina, 1972

ALBUQUERQUE, Luís de - *Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses*, 4ª ed., Mem Martins, Europa - América (1989)

ALBUQUERQUE, Luís de - *A Náutica e a Ciência em Portugal. Notas sobre as Navegações*, Lisboa, Gradiva, 1989.

ALEGRIA, Fernanda; GARCIA, João Carlos; RELAÑO, Francesc – “Cartografia e Viagens” in *História da Expansão Portuguesa*, dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, Lisboa, Círculo de Leitores, 1997, Vol. 1, pp. 26-61.

ALMEIDA, A. A. Marques de - "Inovação e resistência na prática científica no Portugal das Descobertas" in *História de Portugal*, dir. João Medina, Lisboa, Ediclube, 1993. Vol. 4, pp. 157-168.

BRICE, William C. - *An Historical Atlas of Is/am*, Leiden, E. J. Brill, 1981.

Cartografia e diplomacia no Brasil do século XVIII: [Catálogo de exposição], Coord. Joaquim Romero de Magalhães, João Carlos Garcia, Jorge Manuel Flores, Lisboa, CNCDP, 1997

CORTESÃO, Armando - *Cartografia e Cartógrafos Portugueses dos Séculos XV e XVI (Contribuição para um estudo completo)*, Lisboa, Ed. Seara Nova, 1935, 2 vols.

CORTESÃO, Armando - *História da Cartografia Portuguesa*, Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar, 1969, 2 vols;

CORTESÃO, Armando - *Portugaliae Monumenta Cartographica* (ed. A Teixeira da Mota), Lisboa. 1960. 5 vols. - reed. facs. com *Adenda de Atualização* (ed. A Pinheiro Marques), Lisboa, IN-CM, 1987-88, 7 vols.

COSTA, A Fontoura da - *A Marinharia dos Descobrimentos*. 4ª ed., Lisboa, Eds. Culturais da Marinha. 1983.

COUTINHO, Gago - *A Náutica dos Descobrimentos*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1969, 2 vols.

DIAS, Helena – *Os mapas em Portugal. Da tradição aos novos rumos da Cartografia*, Lisboa, Cosmos, 1995.

DOMINGUES, Francisco Contente - “A prática de navegar. Da exploração do Atlântico à demand do Oriente: Caravelas. Naus e galeões nas navegações portuguesas”, in *História da Expansão Portuguesa*, dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, Lisboa, Círculo de Leitores, 1997, Vol. 1, pp. 62 – 87.

DOMINGUES, Francisco Contente - "Horizontes Mentais dos Homens do Mar no Século XVI. A arte náutica portuguesa e a ciência moderna" in *Viagens e Viajantes no Atlântico Quinhentista*, coord. Maria da Graça M. Ventura, Lisboa, Colibri, 1996, pp. 203-218

Géographie du monde au Moyen-Âge et à la Renaissance (ed. Monique Pelletier), Paris, Eds. CTHS. 1989.

Grand Atlas de l'Histoire Mondiale, Le, Pref. E. Le Roy Ladurie, Paris, Encyclopaedia Universalis France - Albin Michel, 1985.

GUERREIRO, Inácio - "A revelação da Imagem do Brasil (1500-1540)", *Oceanos*, nº 39, Jul/ Set.1999, pp. 114-126;

GUERREIRO, Inácio - " Fronteiras do Brasil Colonial: A cartografia dos limites na segunda metade do século XVIII". *Oceanos*. nº 40. Out./Dez.1999, pp. 24-42.

KAMAL, Youssouf - *Monumenta Cartographica Africae et Aegypti*, Cairo, 1926-1951, 5 ts.em 16 vols.

LA RONCIERE, Monique ; DU JOURDIN, Michel Mollat - *Les Portulans. Cartes marines du XIIIe et XVIIe siècle*, Friburgo. Office du Livre, 1984.

MARQUES, A. Pinheiro - *A Cartografia dos Descobrimentos Portugueses*. Eds. ELO (1994)

MARQUES, A. Pinheiro - *Origem e desenvolvimento da Cartografia Portuguesa na época dos Descobrimentos*, Lisboa, Imprensa Nacional. 1987.

MOLLA T. Michel - *Les Explorateurs du XIIIe au XVIe siècle. Premiers regards sur des mondes nouveaux*. Paris, Eds. CTHS, 1992.

Oceanos. Navios e navegações. Portugal e o Mar, nº 38, Ab./Jun.1999.

PITCHER, Donald Edgar - *An historical Geography of the Ottoman Empire from earliest times to the end of the sixteenth century*, Leiden, E.J. Brill, 1972.

SILVA, Luciano Pereira da - *Obras Completas*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943-1946, 3 vols.

Logística Naval. Frota Naval

BARATA, João Pimentel – *Estudos de Arqueologia Naval*, Vol. I, Lisboa, INCM, s.d., p. 219-299

BARROS, Amândio Jorge Morais – *Porto. A construção de um espaço marítimo nos alvares dos tempos modernos*, Porto, 2004 [Dissertação de doutoramento policopiada]

COSTA, Leonor Freire – *Naus e galeões na Ribeira de Lisboa. A construção naval no século XVI para a Rota do Cabo*, Cascais, Patrimonia, 1997

COSTA, Leonor Freire – *Carpinteiros e calafates da Ribeira das Naus: um olhar sobre Lisboa de Quinhentos*, Lisboa : Cosmos, 1994. Sep. de: Penélope : fazer e desfazer a história, nº 13 (1994).

DOMINGUES, Francisco Contente – *A prática de navegar. Da exploração do Atlântico à demanda do Oriente: caravelas, naus e galeões nas navegações portuguesas* in "História da Expansão Portuguesa", dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, Lisboa, Círculo de Leitores, 1997, Vol. I, p. 62-72

DOMINGUES, Francisco Contente – "Os Navios de Cabral", *Oceanos*, nº 39, Jul./Set..1999. pp.70-80.

DOMINGUES, Francisco Contente – *Os Navios da Expansão. O Livro da Fabrica das Naus de Fernando de Oliveira e a arquitectura naval portuguesa dos séculos XVI a XVII*, Lisboa, 2000, Vol. I, p. 539- 614 [Dissertação de doutoramento policopiada]

DOMINGUES, Francisco Contente – *Os navios do mar oceano. Teoria e empiria na arquitectura naval portuguesa dos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004.

DOMINGUES, Francisco – *Navios e viagens. A experiência portuguesa nos séculos XV a XVIII*, Lisboa, Tribuna, 2007.

FERREIRA, Ana Maria – *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*, Redondo, Patrimonia Histórica, 1995.

MOLLAT, Michel – *Le navire et l'économie maritime du moyen-âge au XVIII^e siècle, principalement au Méditerranée*, Paris, SEVPEN, 1958.

POLÓNIA, AMÉLIA - *O Porto nas navegações ultramarinas quinhentistas. Embarcações e náuticos*. "Revista da Faculdade de Letras. História", 3ª Série, Vol. 1 (2000), pp. 29-52.

Logística Naval. Náuticos

COSTA, Leonor Freire – Os Regimentos sobre a matrícula dos oficiais da navegação, da ribeira e bombardeiros de 1591 e 1626. "Revista de História Económica e Social", 25, Janeiro-Abril 1993, p. 49-62

DOMINGUES, Francisco Contente - "Viver a Bordo", *Oceanos*, nº 2, 1989, pp.37 -63;

DOMINGUES, Francisco Contente - *A vida a bordo na Carreira da Índia*, Instituto de Investigação Científica Tropical, Sep.198, Lisboa, 1988.

MATOS, Rita Cortez de – *O Cosmógrafo-mor: o ensino náutico em Portugal nos séculos XVI e XVII*. "Oceanos", nº 38, Abril-Junho 1999, p. 55-65

MOTA, A. Teixeira da – *Os regimentos do Cosmógrafo-mor de 1559 e 1592 e as origens do ensino náutico em Portugal*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1969 (Série "Separatas", nº 51)

POLÓNIA, Amélia – *Mestres e pilotos das carreiras ultramarinas (1596-1648). Subsídios para o seu estudo*. "Revista da Faculdade de Letras. História", II Série, Vol. XII, 1995, p. 271-353

POLÓNIA, Amélia – *Os náuticos das carreiras ultramarinas*. "Oceanos", nº 38, Abril-Junho 1999, p. 113-129

POLÓNIA, Amélia – *O Porto nas navegações ultramarinas quinhentistas. Embarcações e náuticos*. "Revista da Faculdade de Letras. História", 3ª Série, Vol. 1 (2000), pp. 29-52.

POLÓNIA, Amélia – "Técnicos de navegação portugueses. Desempenhos e perfil socioprofissional na era quinhentista" in *Estudios de Historia de las Ciencias y de las Tecnicas. Actas do VII Congreso da Sociedad Española de Historia de las Ciencias y de las Tecnicas (Pontevedra, 14-18 Setembro 1999)*, Pontevedra, s.n., 2001, Vol. I, p. 245-255.

POLÓNIA, Amélia – "Os náuticos da expansão portuguesa. Perfis de actuação económica, estratégias de investimento e funções sociais. Um estudo micro-analítico" in *O reino, as ilhas e o mar oceano. Estudos em Homenagem a Artur Teodoro de Matos*, coord. Avelino de Freitas de Meneses; João Paulo Oliveira e Costa, Lisboa / Ponta Delgada, CHAM / Universidade dos Açores, 2007, Vol. 1, pp. 377-400.

Logística Naval. Organização e defesa da navegação

A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos - Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa (1996), Angra do Heroísmo, 1998.

ALBUQUERQUE, Luís de - *Escalas da Carreira da Índia*. , Lisboa, Junta de Investigação Científica Tropical, 1978 (Série "Separatas", nº 110)

AMES, Glenn Joseph - *The Carreira da Índia. 1668-1682: Portuguese Maritime Enterprise and the Quest for Stability in Portugal's Asian Empire*. "The Journal of European Economic History", 20, n° 1, Spring 1991, pp. 7-27

COSTA, Leonor Freire - *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*, Lisboa : Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002.

CRUZ, M. do Rosário Themudo Barata A. - *O Sistema de Distribuição das Cargas nas Armadas da Índia*, Lisboa, INIC, 1988.

DOMINGUES, Francisco Contente e GUERREIRO, Inácio – *A evolução da carreira da Índia até aos inícios do século XVII* in "Os Portugueses no Mundo", dir. Luís de Albuquerque, Lisboa, Alfa, (1989), Vol. 4, p. 105-130

FRADA, João José Acúcio – *A vida a bordo das naus na Época Moderna*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1997

LOPES, António; FRUTUOSO, Eduardo; GUINOTE, Paulo – *Naufrágios e outras perdas da Carreira da Índia. Séculos XVI e XVII*, Lisboa, CNCDP, 1998

LOPES, António; FRUTUOSO, Eduardo; GUINOTE, Paulo – *O movimento da Carreira da Índia nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, 1992. (Separata de "Mare Liberum", n° 4, 1992, 78 p.)

MATOS. A. Teodoro de – *As escalas do Atlântico no século XVI*. Separata da "Revista da Universidade de Coimbra", Vol. XXXIV, 1988, p. 157-184.

MATOS, Artur Teodoro de - *A armada das ilhas e a armada da costa no século XVI: novos elementos para o seu estudo*, Lisboa, Academia de Marinha, 1990.

MATOS, Artur Teodoro de - *Na rota da Índia: estudos de história da expansão portuguesa*, Macau : Instituto Cultural, 1994. (Documentos & ensaios, 8)

MATOS, Artur Teodoro de - *A provedoria das armadas da Ilha Terceira e a carreira da Índia no século XVI*, Lisboa : Inst. de Invest. Científica Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1985. Sep. Actas. II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa.

MATOS, Artur Teodoro de - *Quem vai ao mar em terra se avia: preparativos e recomendações aos passageiros da carreira da Índia no século XVII*, Angra do Heroísmo, [s.n.], 1998. Sep. de: *A carreira da Índia e as rotas dos estreitos*, 1998.

RAU, Virgínia, e outros - *Les escales de la "Carreira da Índia" (XVIe-XVIIe siècles)*. Separata de "Les Grands Escales (Temps Modernes)", Bruxelles, Ed. de la Librairie Encyclopédique, 1972

OS COMPLEXOS GEO-ECONÓMICOS

O complexo Mediterrânico: Marrocos

BOONE, James L. - *Artifact deposition and demographic change: an archeological case study of medieval colonialism in the age of Expansion*, State University of New York at Binghamton, 1980.

COSME, João - "Movimentos migratórios para Tânger", *Amar, Sentir e Viver a História. Estudos de Homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão*, V.II, 1995, pp.515-539.

CRUZ, M. Augusta Lima - *Os Portugueses em Azamor (1513-1541)*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1967

CRUZ, M. Augusta Lima - "Os Portugueses em Marrocos nos séculos XV e XVI" in *História dos Descobrimentos e da Expansão*, Lisboa, Universidade Aberta, 1990, pp.53-123

CRUZ, M. Augusta Lima - "O trigo açoreano em Marrocos" in **Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, 41, 1983, pp. 625-650

CRUZ, M. Leonor García da - *As Controvérsias ao Tempo de D. João III sobre a Política Portuguesa no Norte de África*, Sep. Especial de *Mare Liberum* (nº 13, Jun. 97, 123-199, e nº 14, Dez. 97, 117-198), Lisboa, CNCDP, 1998;

CRUZ, M. Leonor García da - *Lourenço Pires de Távora e a Política Portuguesa no Norte de África no Século de Quinhentos*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1988; "Portugal no Jogo de Poderes no Norte de África no segundo quartel do século XVI" in *Actas, *Cadernos Históricos IV*, Lagos, Comissão Municipal dos Descobrimentos, 1993, pp.113-128.

FARINHA, António Dias - "O interesse pelo Norte de África" ; "Características da presença portuguesa em Marrocos", "O declínio da política africana: de Alcácer Quibir ao abandono de Mazagão" in *Portugal no Mundo*, dir. Luís de Albuquerque, Lisboa, Alfa, [1989], Vol. I, pp. 101-136

FARINHA, António Dias - *História de Mazagão durante o Período Filipino*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970

FARINHA, António Dias - "A Madeira e o Norte de África nos séculos XV e XVI" in *Colóquio Internacional de História da Madeira*, Actas, V. I, Funchal, DRAC, 1989, pp.360-377

FARINHA, Dias - "O Norte de África" in *História da Expansão Portuguesa*, dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, 5 vols, Lisboa, Círculo de Leitores, 1997, p. 118-136.

FARINHA, António Dias, *Os Portugueses em Marrocos*, 2ª edição revista, Lisboa, Instituto Camões, 2002

FARINHA, António Dias - "Os Xarifes de Marrocos (Notas sobre a Expansão Portuguesa no Norte de África)" in *Estudos de História de Portugal*, V. II, Lisboa, Estampa, 1983, pp. 57-68.

FIGANIER, Joaquim - *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir)*. 1505-1541, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945.

FONTOURA, Otilia Rodrigues - *Portugal em Marrocos na Época de D. João III. Abandono ou Permanência?*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998.

JULIEN, Ch. - André - *Histoire de l'Afrique du Nord Tunisie - Algerie - Maroc*. V. I. Des origines à la conquête arabe (647 ap. J.-C.), 2ª ed. rev; V. II, De la conquête arabe à 1830, 2ª ed. rev., Paris, Payot, 1956.

LOPES, David - *A Expansão em Marrocos*, Lisboa, Ed. Teorema, 1989

LOPES, David - *História de Arzila durante o domínio português (1471-1550 e 1577-1589)*, Coimbra, Academia das Ciências de Lisboa, 1924

LOPES, David - "Os Portugueses em Marrocos no tempo de D. Afonso V e de D. João II" e "Os Portugueses em Marrocos no tempo de D. Manuel" in *"História de Portugal"*. Dir. Damião Peres, V. III, 1931, cps. IV e V, pp. 433-544;

LOPES, David - "Os Portugueses em Marrocos no tempo de D. João III: decadência do domínio português" in *"História de Portugal"*. Dir. Damião Peres., V. IV, 1932, cp. II, pp. 78-129.

REDMAN, Charles L. - *Qsar es-Seghir. An archaeological view of medievallife*, Orlando (Florida),

Academic Press, 1986

REDMAN, Charles L; BOONE, J. - *Qsar es-Seghir (Alcácer Ceguer): a 15th and 16th century Portuguese colony in North Africa*, Sep. *Studia*, nºs 41-42, 1979, pp. 5-50 + 27 pp de ilustr.

RICARD, Robert - *Études sur l'histoire des Portugais au Maroc*, Coimbra, "Acta Universitatis Conimbrigensis", 1955

ROSENBERGER, Bernard - *Le Portugal et l'Islam maghrebin (XVe - XVIe siècles)*, Sep. *Histoire du Portugal Histoire Européenne* - Actas do Colóquio de Paris (1986), Paris, Centro Cultural Português, 1987, pp.59-83.

SANTOS, Domingos Maurício G.dos - *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1438)*, Lisboa, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.

SERRÃO, J. Veríssimo - "A conquista de Ceuta no Diário veneziano de Antonio Morosini", in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, V.III, Lisboa, 1961, pp. 543-550.

SOARES, Torquato de Sousa, "Algumas observações sobre a política marroquina da Monarquia Portuguesa", *Revista Portuguesa de História*, T.X (1962), pp. 509-554.

O complexo Atlântico

Ilhas Atlânticas

A Madeira e o Brasil. Colectânea de estudos. Funchal, CEHA, 2004

As Ilhas e o Brasil, Funchal, CEHA, 2000

CAMPOS, Viriato – *Sobre o descobrimento e povoamento dos Açores*, Lisboa, Europress, s.d.

CARREIRA, António - *Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata 1460 -1578*, Lisboa, 1971.

CASTRO-HENRIQUES, Isabel - *São Tomé e Príncipe. A Invenção de uma Sociedade*, Lisboa, Vega, 2000;

CASTRO-HENRIQUES, Isabel - "Ser escravo em S.Tomé no século XVI: uma outra Leitura de um mesmo Quotidiano" in *1.ªs Jornadas de História Moderna (v.supra)*.

GIL, Maria Olímpia da Rocha - *O arquipélago dos Açores no século XVII. Aspectos socio económicos (1575-1675)*, Castelo Branco, 1979.

GIL, Maria Olímpia da Rocha – *A economia dos Açores nos séculos XV e XVI* in "Portugal no Mundo", dir. Luís de Albuquerque, Lisboa, Alfa, 1989, vol. I, p. 225-249

GODINHO, Vitorino Magalhães - *A expansão quatrocentista portuguesa*, Lisboa: Dom Quixote, 2008.[Reedição de *A economia dos descobrimentos henriquinos*, Lisboa, Sá da Costa, 1962].

GODINHO, Vitorino Magalhães - *Le problème du pain dans l'économie portugaise (XV-XVI siècles)*. « *Revista de Economia* », Vol. XII, fasc. III, p. 100-113

GODINHO, Vitorino Magalhães – *Le problème du pain dans l'économie portugaise XVe - XVIe siècles*.

Blé d'Europe et blé des fies, Sep. *Revista de Economia*, Lisboa, 1959.

HENRIQUES, Isabel Castro – São Tomé e Príncipe. A invenção de uma sociedade, Lisboa, Veja, 2000.

MATOS, Artur Teodoro de, coord. – *A colonização Atlântica in Nova História da Expansão Portuguesa*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III, t.1 – 2, Lisboa, Editorial Estampa, 2005.

MENESES, Avelino de Freitas de - *Os ilhéus na colonização do Brasil: o caso das gentes do Pico na década de 1720*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1999. Separata de: Arquipélago. História, 2ª Série, III (1999)

MENESES, Avelino de Freitas de - *Os Açores e o domínio Filipino: 1580-1590*, Angra do Heroísmo, Inst. Histórico da Ilha Terceira, 1987. - 2 v.

MENESES, Avelino de Freitas de - "*Os Açores na conjuntura euro-ultramarina de setecentos*" / Avelino de Freitas Meneses. - Angra do Heroísmo : Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1993. Sep.: Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

MENESES, Avelino de Freitas de - *Os Açores nas encruzilhadas de setecentos (1740-1770)* / Avelino de Freitas de Meneses. - Ponta Delgada : Universidade dos Açores, 1993.

MENESES, Avelino de Freitas de - *Estudos de história dos Açores* / Avelino de Freitas de Meneses. - Ponta Delgada : Jornal de Cultura, 1995., 2 vols.

MENESES, Avelino de Freitas de - - *As expedições de D. Pedro de Valdés e D. Lope de Figueroa à Terceira em 1581: objetivos, conflitos e dificuldades*, S.l. : s.n., 1983 . Sep. Bol. Inst. Histórico de Ilha Terceira, 41

MENESES, Avelino de Freitas de - *Rumos da expansão quatrocentista: D. Afonso V e D. João II* / Avelino de Freitas de Meneses. - Angra do Heroísmo : Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1986. Sep.: Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, 44 .

Os Açores e o Atlântico (séc. XV- XVII). Actas do Colóquio Internacional realizado em Angra do Heroísmo de 8 a 13 de Agosto de 1983, Angra do Heroísmo, SREC, 1984.

PEREIRA, Fernando Jasmins – *Estudos sobre a história da Madeira*, Funchal, CEHA, 1991.

PEREIRA, Fernando Jasmins - *Estudos sobre a história da Madeira*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, SRTCE, 1991.

RAU, Virgínia; MACEDO, Jorge Borges de – *O açúcar na Ilha da Madeira nos fins do século XV*. Problemas de produção e comércio, Funchal, 1962.

RILEY, Carlos – *Ilhas Atlânticas e Costa Africana* in " História da Expansão Portuguesa", dir. Francisco Bettencourt e Kirti Chauduri, Lisboa, Círculo de Leitores, 1997, Vol. I, p. 149-153.

RODRIGUES, Miguel Jasmins – *Organização dos poderes e estrutura social. A Madeira: 1460-1521*, Cascais, Patrimonia, 1996.

SANTOS, João Marinho dos – *Os Açores nos séculos XVI e XVII*, Açores, SREC, s.d., 2 Vols.

SANTOS, M.Emília Madeira; TORRÃO, Maria Manuel - *Subsídios para a história geral de Cabo Verde*.

Cabo Verde ponto de intercepção de dois circuitos comerciais, Lisboa, IICT, CEHCA (Sep.), 1989.

SANTOS, M.Emília Madeira, coord - *História Geral de Cabo Verde*, V.I, Lisboa - Praia, CEHCA, DGPCV, 1991.

SERAFIM, Maria Cristina Seuanes – *As ilhas de S. Tomé no século XVII*, Lisboa, CHAM, 2000.

SERRA Y RAFOLS, Elias - "Portugueses en las islas Canarias", in *Congresso do Mundo Português*, V.III, T.I, Lisboa (1940), pp, 209-242.

SILVA, José Manuel Azevedo e – *A Madeira e a construção do mundo atlântico (séc. XV-XVII)*, 2 vols., Funchal, CEHA, 199.

VIEIRA, Alberto - *Os escravos no arquipélago da Madeira. Séculos XV a XVII*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991,

VIEIRA, Alberto - *Portugal y las islas del atlántico*, Madrid, Mapfre , 1992.

África sub-Sahariana

AXELSON, Eric - *South-East Africa (1488-1530)*, Londres, 1940.

BATO'ORA BAKLLONG-WEN-MEWUDA, J. – *São Jorga da Mina. 1432-1687*, Paris, FCG-CCP, 1993, 2 vols.

BIRMINGHAM, David - *Trade and conflict in Angola (1483-1790). The Mbundu and their neighbours under the influence of the Portuguese*, Oxford, Clarendon Press, 1966.

BOOGAART, E. van der – *The trade between Western Africa and the Atlantic World, 1600-1690*, In "Journal of African History", 33 (1992), p. 371-385.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine, org. – *A descoberta de África*, Lisboa, Edições 70, 2004.

DAVEAUU, Suzanne – *A descoberta da África Ocidental. Ambiente natural e sociedades*, Lisboa, CNCDP, 1999

DELGADO, Ralph - *História de Angola*, Benguela, 1948,4 vols.

DIAS, Jill – *As primeiras penetrações portuguesas em África* in "Portugal no Mundo", dir. Luís de Albuquerque, Lisboa, Alfa, 1989, vol. I, p.281-299

DIAS, M.Nunes - "Os campos do ouro do Monomotapa no século XVI", *Revista de História*, nº 35, Julho/Set. 1957, S. Paulo, 1958

DIAS, M.Nunes - *O aspecto institucional dos resgates de Arguim*, Porto, 1962.

FARO, Jorge - "Estêvão da Gama, capitão de S. Jorge da Mina, e a sua organização administrativa em 1529", "A organização comercial de S. Jorge da Mina em 1529 e as suas relações com a Ilha de S. Tomé" e "A organização fiscal de S. Jorge da Mina em 1529" . *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. 12, nº 49 (1957); Vol. 13, nº 51 (1958).

HENRIQUES, Isabel Castro – *Os pilares da diferença. Relações Portugal-África. Séculos XV-XX*, s.l., Caleidoscópio, 2004.

HORTA, José da Silva - *A representação do Africano na Literatura de viagens do Senegal à Serra Leoa (1453-1508)*, Sep. de *Mare Liberum* (nº2, 1991, pp.209-339), Lisboa, CNCDP, 1991.

LOBA TO, Alexandre - *Colonização senhorial da Zambézia e outros ensaios*, Lisboa, 1962.

LOPES, Carlos - *Kaabunké. Espaço, território e poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance pré-coloniais*, Lisboa, CNCDP, 1999.

MEDINA, João - "O terceiro império português. O império africano. O sonho dum 'novo Brasil em África' " in *História de Portugal*, dir. de João Medina, Lisboa, Ediclube, 1993.Vol. 5, pp. 207-256.

MEDINA, João; HENRIQUES, Isabel Castro Henriques - *A Rota dos Escravos. Angola e a rede do comércio negro*, Lisboa, CEGIA (FLAD), 1996.

OLIVEIRA, Aurélio de – "O Atlântico. Sua integração geográfica e económica" in *História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta, 1999 , p. 151-188

PARREIRA, Adriano - *Economia e Sociedade em Angola na época da rainha jinga. Século XVII*, Lisboa, Estampa, 1990.

PEREIRA, João Cordeiro - *Resgate do ouro na costa da Mina nos reinados de D.João III e D. Sebastião. Studia*, nº 50, 1991.

RANOLES, W. G. L. - *L' image du Sud-Est Africain dans la littérature européenne au XVIe siècle*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1959.

RILEY, Carlos – *Ilhas Atlânticas e Costa Africana* in " *História da Expansão Portuguesa*", dir. Francisco Bettencourt e Kirti Chauduri, Lisboa, Círculo de Leitores, 1997, Vol. I, p. 153-162

SANTOS, M .Emília Madeira - "Contactos e caminhos comerciais na costa da Mina durante as duas primeiras décadas do século XVI" in **A Abertura do Mundo* (v. *supra*), V.II, pp.109-139

SANTOS, M .Emília Madeira - *Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em África*, 2ª.ed., Lisboa, CEHCA, 1988.

THORNTON, John K. - *Warfare in Atlantic Africa 1500-1800*, Londres, UCL Press, 1999.

WELCH, Sidney R. - *South Africa under John III, 1521-1557*, Cabo, Juta, 1948; **South Africa under King Manuel 1495-1521*, Cabo, 1946

Brasil e Ibero-América

A definição dos espaços sociais, culturais e políticos no mundo ibero-atlântico (de finais do séc.XVIII até hoje). 5ªs' Jornadas de História Ibero-Americana , coord. M.Graça M.Ventura, Lisboa, Colibri, 2000.

A Madeira e o Brasil. Colectânea de estudos. Funchal, CEHA, 2004

As Ilhas e o Brasil, Funchal, CEHA, 2000

BENNASSAR, Bartolomé – *La América Española y la América Portuguesa. Siglos XVI-XVIII*, Barcelona, Akal, 1987

BERNARD, Carmen; GRUZINSKI, Serge – *História do Novo Mundo*, S. Paulo, Ed. da Universidade de S. Paulo, 1978

- BERNARD, Cármen; GRUZINSKI, Serge – *História do Novo Mundo*, S. Paulo: Edsup, 2001
- BETHEL, Leslie, coord.- *América Latina Colonial*, 2 vols.. S. Paulo: Edsup, 1998
- BOXER, C. R., *The Dutch in Brazil, 1624-1654* (Hamden 1973).
- CHAUNU, Pierre – *A América e as Américas*, Lisboa-Rio de Janeiro, Ed. Cosmos, 1969
- CHAUNU, Pierre - "Brésil et Atlantique au XVIIe siècle", *Annales*, XVI, 1961, 1176-1207
- CHAUNU, Pierre, CHAUNU, Huguette - *Séville et l'Atlantique (1504-1650)*, Paris, A. Colin, 1955-59, 10 vols.
- CORTESÃO, Jaime - *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984-85, 4 vols.;
- CORTESÃO, Jaime - *A Colonização do Brasil*, Lisboa, Portugalíia Editora, 1969;
- CORTESÃO, Jaime - *Introdução à História das Bandeiras*, Lisboa, Liv. Horizonte (1975)
- COSTA, João Paulo de Oliveira e, coord. – *Descobridores do Brasil, exploradores do Atlântico e constructores do Estado da Índia*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000
- COUTO, Jorge - *A Construção do Brasil. Ameríndios, Portugueses e Africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos*, Lisboa, Cosmos, 1995;
- COUTO, Jorge - "Os Modelos de Colonização do Brasil na primeira metade de Quinhentos" in *A Universidade e os Descobrimentos. Actas do Colóquio promovido pela Universidade de Lisboa*, Lisboa, CNCDP IIN-CM, 1993, pp.147-173.
- COUTO, Jorge - "A venda dos escravos do Colégio dos Jesuítas do Recife (1760-1770)", in *Brasil. Colonização e Escravidão*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.
- DOMINGUES, Ângela, *Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*, Lisboa, CNCDP, 2000.
- FERREIRA, Mário Clemente – *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional*, Lisboa, CNCDP, 2001
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, dir.- *História geral da civilização brasileira. I. A Época Colonial*, 8ª ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989, 2 vols.
- JOHNSON, Harold; SILVA, Maria Beatriz Nizza da, coord. – *O Império Luso-Brasileiro (1500-1620)*. "Nova História da Expansão Portuguesa", dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Vol. VI, Lisboa, Editorial Estampa, 1992
- KELLENBENZ, Hermann, **Mercaderes extranjeros en América del sur a comienzos del siglo XVII*, Sevilha, 1971.
- LÉON-PORTILLA et al – *América Latina na Época Colonial*, 2 vols., Barcelona: Crítica, 1990
- MAGALHÃES, Joaquim Romero de - *O reconhecimento do Brasil* in "História da Expansão Portuguesa", dir. Francisco Bettencourt e Kirti Chauduri, Lisboa, Círculo Leitores, 1998, Vol. I, pp. 192-222
- MAURO, Frédéric – *Le Bresil du XVe. a la fin du XVIIIe. Siècle*, Paris, SEDES, 1977
- MAURO, Frédéric - *Portugal, o Brasil e o Atlântico: 1570-1670*, Lisboa, Estampa, 1997, 2 vols.

MAURO, Frédéric, coord. - "O Império Luso-Brasileiro 1620-1750" in *'Nova História da Expansão Portuguesa*, dir. J. Serrão e A.H. de Oliveira Marques, V.VII, Lisboa, Estampa, 1991.

MELLO, José António Gonsalves de – *Tempo dos Flamengos. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto Ricardo Brennand/ Topbooks,. 1987.

MENESES, Avelino de Freitas de - *Os ilhéus na colonização do Brasil: o caso das gentes do Pico na década de 1720*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1999. Separata de: Arquipélago. História, 2ª Série, III (1999)

MIDDLETON, Richard- *Colonial América. A History: 1585-1776*. London: Blackwell, 1996

Nas Vésperas do Mundo Moderno: Brasil, Lisboa, CNCDP , 1992.

Oceanos: O Achamento do Brasil (nº 39 Jul./Set.1999); *A Formação Territorial do Brasil* (nº 40 Out./Dez.1999); *A Construção do Brasil Urbano* (nº 41, Jan./Mar.2000), *Viver no Brasil Colónia* (nº 42 Ab./Jun.2000).

PIMENTEL, M. do Rosário - " O Escravo na formação da Sociedade Colonial brasileira". *Mare Liberum*, nº 4, 1992.

Portugal e o Brasil no advento do Mundo Moderno. Sextas Jornadas de História Ibero-Americanas, coord. Maria do rosário Pimentel, Lisboa, Colibri, 2001.

SALDANHA, António Vasconcelos – *As capitanias do Brasil. Antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenómeno atlântico*, Lisboa, CNCDP, 2001

SALGADO, Graça, et Al-. coord.et - *Fiscais e meirinhos. A administração do Brasil colonial*, Arquivo Nacional Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

SALMORAL, Manuel Lucena, coord. – *História de Iberoamerica*. Tomoll: Historia Moderna, Madrid: Cátedra, 1992

SCHWARTZ, Stuart B. – *Da América Portuguesa ao Brasil. Estudos Históricos*, Lisboa, Difel, 2003

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640*, S.Paulo, Col.Brasiliana, nº 336, 1968.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *O Tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668). Estudos Históricos*, Lisboa, Edições Colibri, 1994.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.) - *Brasil. Colonização e Escravidão*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000;

SILVA, Maaria Beatriz Nizza da; JOHNSON, H. (coord.) - "O Império Luso-Brasileiro 1500 - 1620" in *Nova História da Expansão Portuguesa*, VI, Lisboa, Estampa, 1992.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da "O Império Luso-Brasileiro 1750-1822" in **Nova História da Expansão Portuguesa*, V.VIII, Lisboa, Estampa, 1986.

SIMONSEN, Roberto C. - *História Económica do Brasil, 1500-1820*, S. Paulo, 1962.

VENTURA, Maria da Graça M. - *Negreiros Portugueses na Rota das Índias de Castela (1541-1556)*, Lisboa, ICIA / Eds.Colibri, 1999

VENTURA, Maria da Graça M. - "Portugueses na rota das índias Ocidentais: para uma leitura sócio-

geográfica" in **As Rotas Oceânicas. Sécs.XV-XVII*, pp.149-159

VENTURA, Maria da Graça M. - "Portugueses nas Índias de Castela - percursos e percepções" in *Viagens e Viajantes no Atlântico Quinhentista*, coord. Maria da Graça M. Ventura, Lisboa, Colibri, 1996., pp.101-131

VENTURA, Maria da Graça M. - *Portugueses no Descobrimento e Conquista da Hispano-América. Viagens e Expedições (1492-1557)*, Lisboa, ICI-A / Eds.Colibri, 2000.

WELHING, Arno ; WEHLING, Maria José – *Formação do Brasil colonial*, Rio de Janeiro, Editorial Nova Fronteira, 1997

Escravidão e tráfico de escravos

CÉLIMÈNE, Fred ; LEGRIS, André – *L'économie de l'esclavage colonial. Enquête et bilan du XVIIe. Au XIXe. Siècle*, paris, CNRS Editions, 2002.

CHEBEL, Malek – *L'esclavage en terre d'Islam. Un tabou bien gardé*, Paris, Fayard, 2007.

COSTA, Maria Manuel Torão de Oliveira e – *Tráfico de escravos entre a Costa da Guiné e a América espanhola. Articulação dos impérios ultramarinos ibéricos num espaço Atlântico*, Lisboa, IICT/ CEHCA, 1999, 2 vols (Dissertação para efeitos de prestação de provas de acesso à categoria de Investigador Auxiliar)

GLISSANT, Édouard – *Mémoires des esclavages*. Avant-propos de Dominique de Villepin, Paris, Gallimard, 2007.

KLEIN, Herbert S. – *O comércio Atlântico de escravos. Quatro séculos de comércio escravagista*, Lisboa, Replicação, 2002.

MARQUES, João Pedro – *Portugal e a escravatura dos africanos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

PÉTRÉ-GRENOUILLEAU – *Traites négrières*, Paris, Gallimard, 2004.

PIMENTEL, M. do Rosário - "Cativar e descativar por serviço de Deus" in *A União Ibérica e o Mundo Atlântico. 2ªs Jornadas de História Ibero-Americana* (1996). Coord. M. Graça M. Ventura, Lisboa, Colibri, 1997, pp.274-284;

PIMENTEL, M. do Rosário - *"Viagem ao fundo das consciências". A escravatura na Época Moderna*, Lisboa, Colibri, 1995.

SAUNDERS, A. C. de C. M. – *História social dos escravos e libertos negros em Portugal (1441-1555)*, Lisboa, INCM, 1992.

Slaves with or without sugar. Registers of the International Seminar (Funchal, 17th. to 21st. June 1996), Funchal, Atlantic History Study Centre / Regional Tourist and Culture Office, 1996.

THOMAS, Hugh - *The Slave Trade. The History of the Atlantic Slave Trade: 1440-1870*, Basingstoke, Oxford, 1998.

TINHORÃO, José Ramos – *Os negros em Portugal. Uma presença silenciosa*, Lisboa, Caminho, 1988.

VENTURA, Maria da Graça A. Mateus – *Negreiros portugueses na rota das Índias de Castela (1541-*

1556), Lisboa, Colibri, 1999

VERGER, P. - *Flux et reflux de la traite des negres entre le golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santo*, Paris, 1968.

O complexo Índico

Oriente

A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do Colóquio Internacional..., org. João Paulo Oliveira e Costa, Vítor Luís Gaspar Gomes, Lisboa : Universidade Nova, CHAM / IICT, 2004.

AMES, G. - *The Estado da India: 1663-1677. Priorities and strategies in Europe and the East*, Lisboa, 1989.

AMES, G. - *Renascent Empire: the house of Braganza and the quest for stability in portuguese moonsoon Asia, c. 1640-1683* (Amsterdam 2000).

Aquém e além da Taprobana. Estudos luso-orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard, ed. Luís Filipe Reis Thomaz, Lisboa, CHAM, 2002

ARASARATNAM, S. - *Dutch power in Ceylon, 1658-1687*, Diambatan & The Hague, 1958.

AUBIN, Jean - *Le royaume d'Ormuz au début du XVIe siècle. "Mare Luso-Indicum"*, Genebra (1973), T.II, pp. 77-179.

AVELAR, Ana Paula Menino – *Fernão Lopes de Castanheda. Historiador dos Portugueses na Índia ou cronista do governo de Nuno da Cunha?*, prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, Cosmos, 1997.

BARRETO, Luís Filipe - *Lavar o Mar. Os Portugueses e a Ásia*, Lisboa, CNCDP, 2000.

BOXER, C.R. - *A Índia Portuguesa em meados do séc.XVII*, Lisboa, Edições 70, 1982;

BOXER, C.R. - *João de Barros. Portuguese humanist and Historion of Asia*, N. Deli, Concept Publishing Company, 1981.

BOXER, C. R. – *Portuguese Conquest and Commerce in Southern Ásia 1500-1700*, London, Variorum, 1985

BOYAJIAN, J. C. - *Portuguese trade in Asia under the Habsburg, 1580-1640*, Baltimore & London, 1993

BROEZE, F.- "Introduction: brides of the sea" In F. BROEZE (ed.) - *Brides of the sea: port cities of Asia from the 16th-20th centuries*, Kensington, 1989, p. 1-28.

CARREIRA, José Nunes – *Outra face do Oriente. Viagens dos portugueses no Próximo Oriente*, Lisboa, Europa-América, 1997

CASTELLO-BRANCO, Theresa M. Schedel – *Na rota da pimenta. As vias, os meios, os homens*, Lisboa, Ed. Presença, 2005.

CHAUDURI, Kirti – *O estabelecimento no Oriente* in "Expansão Portuguesa", dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, vol, 1, pp. 163-191

CORREIA, José Manuel – *Os portugueses no Malabar (1498-1580)*, Lisboa, CNCDP/ INCM, [1997]

- CORTESÃO, Jaime - *O Império Português do Oriente*, Lisboa, Portugália Editora, 1968.
- CRUZ, M. Augusta Lima - "Degredados e arrenegados portugueses no espaço Índico, nos primórdios do século XVI" .*Actas do I Simpósio Interdisciplinar de Estudos Portugueses*, Lisboa, 1987
- CRUZ, M. Augusta Lima - *Diogo do Couto e a Década 8ª da Ásia*, Lisboa, CNCDP IIN-CM, 1993-1994, 2 vols.
- CRUZ, M. Augusta Lima - "La vision de l'indien chez les premiers chroniqueurs portugais de l'Asie: la fixation d'une image" in *Actas .Colloque La Découverte, le Portugal et l'Europe* (Paris, 1988), Paris, Fundação Calouste Gulbenkian / Centre Culturel Portugais, 1990, pp. 235-241.
- CRUZ, M. Augusta Lima - "As vozes da Índia nas 'Décadas da Ásia' de Diogo do Couto". *Oceanos*, Lisboa, 19-20, Set./Dez. 1994, pp.182-188.
- CRUZ, M. do RosárioThemudo Barata A. - "Os Diplomatas Portugueses em Roma no Século XVI e as Informações acerca do Turco e da Índia" . *Portugaliae Historica*, 2ª série, V.I, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa / I.H.I.D.Henrique, 1991, pp.103-138.
- CRUZ, M. do RosárioThemudo Barata A. - "A 1ª viagem de Lopo Soares à Índia (1504-1505). Um termo e um começo" in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época*, Actas, Porto : Universidade do Porto, 1989, Vol. 3, pp. 252-279.
- CRUZ, M. do RosárioThemudo Barata A. - "A 'Questão de Baçorá' na menoridade de D.Sebastião (1557-1568)", *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 5ª série, nº 6, 1986, pp.49-64.
- CUNHA, A.Cannas - *A Inquisição no Estado da Índia. Origens (1539-60)*, Lisboa, ANTT, 1995.
- DOMINGUES, Francisco Contente e GUERREIRO, Inácio - *A evolução da carreira da índia até aos inícios do séc. XVII* in " Portugal no Mundo", dir. Luís de Albuquerque, Lisboa, Alfa, (1989), vai. 4 , pp. 105- 130.
- GODINHO, Vitorino Magalhães - *Les Finances de l' État Portugais des Indes Orientales (1517-1635). Matériaux pour une Étude Structurale et conjoncturelle*, Paris, CCP, 1982.
- KEY, John – *A Rota das Especiarias*, Lisboa, Casa das Letras, 2007.
- KELLENBENZ, Hermann - *Le front hispano-portugais contre l'Inde et le rôle d'une agence de renseignements au service de marchands allemands et flamands*, Separata de *Studia*, nº 11, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963.
- LOPES, António; FRUTUOSO, Eduardo; GUINOTE, Paulo -*O movimento da carreira da índia nos séculos XVI e XVII*, Usboa, 1992 (Separata da Revista *Mare Liberum*, nº 4, 1992, 78 págs.)
- LUME, José Miguel Ribeiro - *Portugueses em cargos, ofícios e funções no Estado português da Índia: 1580-1640: contribuição para o seu inventário*, Lisboa, 1994.
- MAC GREGO R. I. M. - "Some aspects of portuguese historical writing of the sixteenth and seventeenth centuries on south Est Asia" in *Historians of South East Asia* (D.G.Hall), Londres (Oxford U.P.), 1961.
- MARINHO, Maria de Fátima; SOUSA, Ivo Carneiro de; TAVARES, Pedro; SILVA, Lurdes Marques da – *M iscelânea. O fascínio da índia; Comércio e Ética económica em Malaca; Prelados de Goa e Macau; Descolonização e Nacionalismo no Sudeste Asiático*, Porto, FLUP, 1999.
- MATOS, Artur Teodoro de - *O Estado da Índia nos anos de 1581-1588: estrutura administrativa e económica: alguns elementos para o seu estudo*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982.

MONTEIRO, Nuno G., e Mafalda S.Cunha - *Vice-reis, governadores e conselheiros de governo do Estado da Índia (1505-1834). Recrutamento e caracterização social*. "Penélope", nº15, 1995, pp. 91-120.

Oceanos. Culturas do Indico, nº 34, Abr. / Jun. 1998.

OLIVEIRA, Artur Águedo de - "As finanças portuguesas dos séculos XVI e XVII relacionadas com a expansão civilizadora no Oriente" in *Orçamento do Estado da Índia (1574). Feito por mandado de Diogo Velho, Vedor da Fazenda da Índia*, Lisboa, Tip. Bertrand, 1960, pp.191-458.

PEARSON, M.N. – *Os portugueses na Índia*, Lisboa, Teorema/ O Jornal, 1990

Portugal no Mundo, dir. Luís de Albuquerque, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 7- 179

Povos e Culturas, nº5: "Portugal e o Oriente: passado e presente", Lisboa, CEPCEP, 1996

PRAKASH, Om - *European Commercial Enterprise in Pre-Colonial India*, Cambridge U.P., 1998.

RAU, Virgínia, e outros - *Les escales de la "Carreira da Índia" (XVIe-XVIIe siècles)*. Separata de "Les Grands Escales (Temps Modernes)", Bruxelles, Ed. de la Librairie Encyclopédique, 1972

SALDANHA, António Vasconcelos de - *Iustum Imperium. Dos Tratados como fundamento do Império dos Portugueses no Oriente. Estudo de História do Direito Internacional e do Direito Português*, Lisboa, Fundação Oriente / Instituto Português do Oriente, 1997.

SANTOS, Catarina Madeira - *"Goa é a chave de toda a Índia". Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*, Lisboa, CNCDP, 1999.

SANTOS, M.Emília Madeira - "Afonso de Albuquerque e os feitores" in *II Seminário Internacional de história indo-portuguesa*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga / Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, pp.201-227.

Seminário Internacional de história indo-portuguesa, II (Lisboa, 1980), Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga / Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985.

STEENSGAARD, N., *Carracks, caravan and companies: the structural crisis in the European-Asian trade in the early seventeenth century*, Copenhagen, 1973.

SUBRAHMANYAN, Sanjay – *O império asiático português. 1500-1700. Uma história política e económica*, Lisboa, Difel, 1995

SUBRAHMANYAM, Sanjay - *A Carreira e a Lenda de Vasco da Gama*, Lisboa, CNCDP, 1998

SUBRAHMANYAM, Sanjay - . *A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala 1500- 1700. Comércio e conflito*, Lisboa, Edições 70, 1994;

SUBRAHMANYAM, Sanjay - *O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma História Política e Económica*, Difel (1994).

THOMAZ, Luís Filipe Reis – "The economic policy of the sultanate of Malacca (XVth.-XVIth. Centuries)" . Separata de *Moyen Oriente & Océan Indien*, VII (1990)

THOMAZ, Luís Filipe Reis – "A escravatura em Malaca no século XVI". Separata de *Studia*, nº 53, 1994

THOMAZ, Luís Filipe Reis – "Portuguese control over the Arabian Sea and the Bay of Bengal: a comparative study. Separata de PRAKASH, Om; Lombard, Denys, eds. – *Commerce and Culture in the Bay of Bengal. 1500-1800*, s.l., 1999, pp. 115-165

THOMAZ, Luís Filipe Reis – “A crise de 1565-1575 na história do Estado da Índia”. Separata de *Mare Liberum*, nº 9, Julho 1995

THOMAZ, Luís Filipe Reis – *A questão da pimenta em meados do século XVI. Um debate político do governo de D. João de Castro*, Lisboa, UCP, 1998

WINIUS, George Davison - *A Lenda Negra da Índia Portuguesa. Diogo do Couto, os seus contemporâneos e o "Soldado Prático", Contributo para o estudo da corrupção política nos impérios do início da Europa moderna*, Lisboa, Antígona, 1994; (com Bailey W.Diffie) **A Fundação do Império Português 1415-1580*, Lisboa, Vega, 1994.

XAVIER, Ângela Barreto – *A invenção de Goa. Poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

Extremo-Oriente e Sudeste Asiático

A Viagem de Fernão de Magalhães e a questão das Molucas, Ed. Teixeira da Mota, Lisboa, Junta de Investigação Científica do Ultramar, 1975.

ALVES, Jorge M. Santos - *O Domínio do Norte de Samatra. A história dos sultanatos de Samudera - Pacém e Achém, e das suas relações com os Portugueses (1500-1580)*, Lisboa, Soc. Histórica da Independência de Portugal, 1999;

ALVES, Jorge M. Santos , coord. - *Portugal e a China - Conferências no II / III curso livre de História das Relações entre Portugal e a China (séculos XVI-XIX)*, Lisboa, Fundação Oriente, 1999/2000.

BARRETO, Luís Filipe – *Macau. Poder e saber. Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Presença, 2006.

BARRETO, Luís Filipe - "Fraldas do mar. A Ásia na cultura portuguesa (c.1485-c.1525)". *Revista da Faculdade de Letras. O Mar*, Lisboa, 5ª sér., nº 23, 1998, pp.69-78.

BOXER, C.R. - *Estudos para a História de Macau. Séculos XVI a XVIII*, Lisboa, Fundação Oriente, 1991

BOXER, C.R. - *Fidalgos no Extremo Oriente 1550-1770*, Macau, Fundação Oriente / MCEM, 1990

BOXER, C.R. - "Nota sobre o comércio entre Macau, Manila e Nagasaki, 1580-1640 . *Boletim do Centro de Estudos Marítimos de Macau*, Macau, nº esp., 1989, pp.37-4

BOXER, C.R. - "Alguns Aspectos da Influência Portuguesa no Japão, 1542-1640", *Boletim do Centro de Estudos Marítimos de Macau*, Macau, nº esp., 1989, pp. 47-78.

BOURDON, Léon – *La Compagnie de Jésus et le Japon. 1547-1570*, Paris, FCG-CCP, 1993

CATZ, Rebecca - *Fernão Mendes Pinto - Sátira e anti-cruzada na "Peregrinação"*, Lisboa, ICLP, 1981;

CATZ, Rebecca - *A sátira social de Fernão Mendes Pinto*, Lisboa Prelo, 1978

CORTESÃO, Armando - "O descobrimento da Australásia e a questão das Molucas" in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, V.II, 1939, pp.129-150.

COSTA, João Paulo Oliveira e - *A Descoberta da civilização japonesa pelos Portugueses*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1995.

COSTA, João Paulo Oliveira e - *O Japão e o Cristianismo no século XVI. Ensaio de História Luso-*

- Nipónica, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999.
- COSTA, João Paulo Oliveira e - *Portugal e o Japão: o século Namban*, Lisboa, INCM, 1993
- COUTINHO, Valdemar – *O fim da presença portuguesa no Japão*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999
- CRUZ, M. Augusta Lima - "A Viagem de Gonçalo Pereira Marramaque do Minho às Molucas ou os itinerários da fidalguia portuguesa no Oriente", *Studia*, n° 49, 1989, pp.315-340.
- FAVIER, Jean – *Gold spices. The rise of commerce in the Middle Ages*, New York/ London, Holmes & Meyer, 1998.
- FERREIRA, Patrícia Drumond Borges – *As relações luso-britânicas nas China meridional (século XVII)*, Funchal, CEHA, 2002
- FLORES, Maria da Conceição – *Os portugueses e o Sião no século XVI*, Lisboa, CNCDP/INCM, [1994]
- GERNET, Jacques - "Le Pouvoir d'État en Chine". *Genèse de l'État Moderne. Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Seuil, 118, juin 1997, pp.19-27.
- GIRARD, Pascale - *Os Religiosos Ocidentais na China na Época Moderna. Ensaio de Análise Textual Comparada*, Macau, CTMCDP / FM / IPM, 1999.
- JANEIRA, Armando Martins – *O impacto português sobre a civilização japonesa*, Lisboa, D. Quixote, 1988
- LOUREIRO, Rui Manuel - *Fidalgos, Missionários e Mandarins. Portugal e a China no Século XVI*, Lisboa, Fundação Oriente, 2000
- LOUREIRO, Rui Manuel - "Visões da Ásia (Séculos XVI e XVII)". in *Condicionantes culturais da literatura de viagens: estudos e bibliografias*, coord. Fernando Cristóvão, Coimbra, Almedina, 2002., pp. 337 -353.
- MARTINS, Maria Odete Soares – *A missionação nas Molucas. Contribuição para o estudo da acção dos Jesuítas no Oriente*, Lisboa, CHAM, 2002
- MATOS, Artur Teodoro de - *Timor-Português (1515-1769) - Contribuição para a sua história*, Lisboa, IHI.D.Henrique, 1974.
- PIH, Irene – *Le Pere Gabriel de Magalhães. Un jesuite portugais en Chine au XVIIe. Siècle*, Paris, FCG-CCP, 1979
- PINTO, Paulo Jorge de Sousa – *Portugueses e Malaíes. Malaca e os sultanatos de Johor e Achém (1575-1619)*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1997
- O século cristão do Japão: actas do Colóquio Internacional Comemorativo dos 450 Anos de Amizade Portugal-Japão, 1543-1993*, Lisboa, 2 a 5 de Novembro de 1993, ed. dir. por Roberto Carneiro e A. Teodoro de Matos, Lisboa , CEPCEP da UCP / UNL, Instituto de História de Além-Mar, 1994.
- SOUZA, George Bryan – *A sobrevivência do império. Os portugueses na China (1630-1754)*, Lisboa, D. Quixote, 1991
- THOMAZ, Luis Filipe Reis- *De Ceuta a Timor*, Difel, 1994.
- THOMAZ, Luís Filipe Reis – “As relações entre a Índia portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente”. Separata das *Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa* (Macau, 22-26

Outubro 1991, dir. Artur Todor de Matos e Luís Filipe R. Thomaz, Macau/ Lisboa, 1993.

VALE, A. M. Martins do - *Os portugueses em Macau, 1750-1800: degredados, ignorantes e ambiciosos ou fiéis vassalos d'El-Rei?*, pref. Artur Teodoro de Matos. Macau, Instituto Português do Oriente, 1997.

Estudos sobre portos portugueses e seu envolvimento no processo expansionista

BARROS, Amândio Jorge Morais – *Porto. A construção de um espaço marítimo nos alvares dos tempos modernos*, Porto, 2004 , 2 vols. [Dissertação de doutoramento políciada]

Entre terre et mer. Sociétés littorales et pluricivités (XVe.- XVe. Siècle). Actes du Colloque tenu à l'Université de Bretagne Sud les 17, 18, 19 octobre 2002, dir. Gérard Le Bouedec, et al., s.l., Presses Universitaires de Bretagne, 2004.

HILAIRE-PÉREZ – *Les Européens et les espaces maritimes au XVIIIe. siècle*, Préface de Daniel Roche, 2^a ed., Paris, Editions Seli Arslan, 1997.

IRIA, Alberto - *Da importância geo-política do Algarve na defesa marítima de Portugal, nos séculos XVI a XVIII*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1976.

LE BOUEDEC, Gérard - *Activités maritimes et sociétés littorales de l'Europe atlantique. 1690-1790*, Paris, Armand Colin, 1997.

MAGALHÃES, Joaquim Romero - *O Algarve Económico durante o Século XVI*, Lisboa, Cosmos, 1970

MOREIRA, Manuel A. F. - *O Porto de Viana do Castelo na época dos descobrimentos*, Viana do Castelo, CM, 1984.

MOREIRA, Manuel A. F.- *Os mareantes de Viana e a construção da Atlantidade*, Viana do Castelo, Câmara Municipal, 1995

MOREIRA, Manuel A. F.- *Os mercadores de Viana e o comércio do açúcar brasileiro no século XVII*, Viana do castelo, Câmara Municipal, 1990

POLÓNIA, Amélia – *Vila do Conde. Um porto nortenho na expansão ultramarina quinhentista*, Porto, 1999, 2 vols. [Dissertação de doutoramento políciada]

POLÓNIA, Amélia – *Expansão e Descobrimientos numa perspectiva local. O porto de Vila do Conde no século XVI*, Lisboa, INCM, 2007, 2 vols.

POLÓNIA, Amélia - *O Porto nas navegações ultramarinas quinhentistas. Embarcações e náuticos*. "Revista da Faculdade de Letras. História", 3^a Série, Vol. 1 (2000), pp. 29-52.

Rau, Virgínia - *Subsídios para o estudo do movimento dos portos de Faro e Lisboa no século XVII*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1954.

Decorências da expansão portuguesa

AVELAR, Ana Paula Menino – *Figurações da alteridade na cronística da Expansão*, Lisboa, Universidade Aberta, 2003.

AVELAR, Ana Paula Menino – *Visões do Oriente. Formas de sentir no Portugal de Quinhentos*, Lisboa,

Edições Colibri, 2003.

BARRETO, Luís Filipe - *Caminhos do saber no Renascimento Português. Estudos de história e teoria da cultura*, Lisboa, IN-CM, [1985].

BARRETO, Luís Filipe – *Descobrimentos e Renascimento. Formas de ser e de pensar nos séculos XV e XVI*, Lisboa, IN-CM, [1983].

BARRETO, Luís Filipe – *Os Descobrimentos e a ordem do saber: uma análise sociocultural*, 2ª ed., Lisboa, Gradiva, 1989.

CALDEIRA, Arlindo Manuel – *Mulheres, sexualidade e casamento em São Tomé e Príncipe (séculos XV-XVIII)*, Lisboa, Ed. Cosmos – Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

CALLIER-BOISVERT, Colette – *Les femmes du Brésil au début de la colonisation, a travers la correspondance des missionnaires jésuites* In “O rosto feminino da expansão portuguesa. Congresso Internacional. Lisboa, 21-24 de Novembro de 1994”, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995, vol. I, p. 531-540.

DIAS, J.S.Silva - *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do Século XVI*, 3ª ed., Lisboa, Presença, 1988.

GODINHO, Vitorino Magalhães - *Les Découvertes: XVe-XVIe: une révolution des mentalités* / par Vitorino Magalhães Godinho, Paris, Autrement, [1990].

GODINHO, Vitorino Magalhães - *Innovation et changement au XVème et au XVIème siècles* / Vitorino Magalhães Godinho, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian - Centre Culturel Portugais, 1984.

GODINHO, Vitorino Magalhães – *Le devisement du monde. De la pluralité des espaces à l'espace global de l'humanité XVème-XVIème siècles*, Lisbonne, 2000.

POLÓNIA, Amélia - *Traços identitários de um grupo sócio-profissional. Os náuticos de Vila do Conde no século XVI* (Sessão apresentada nos “Seminários de História”. ICS. Lisboa, 16 de Junho de 2004). Disponível in <http://www.ics.ul.pt/agenda/seminarioshistoria/index.htm>.

POLÓNIA, Amélia - “Elites sociais e elites de poder em sociedades marítimas. Estudo de um caso: Vila do Conde no século XVI”. In *O Poder Local em Tempo de Globalização. Uma História e um Futuro. Actas*, coord. Fernando Taveira da Fonseca, Viseu, Palimage, 2005, pp. 29-54).

POLÓNIA, Amélia - *Ocupações femininas em sociedades marítimas (Portugal. Século XVI)*. “Mare Liberum”, 18-19 (Dezembro 1999-Junho 2000), pp. 153-178.

POLÓNIA, Amélia - *Reflections on Social Experiences In Maritime Communities the Portuguese Case in the Early Modern Age. Specificity or Globalisation of a Group Profile?*. Painel “Maritime Dynamics as Globalization Agent in the Early Modern Period”, coord. Amélia Polónia in XXV Encontro da APHES” (Évora, 18-19 Novembro 2005) in www.aphes.pt

POLÓNIA, Amélia - *L'insertion dans l'axe maritime comme facteur structurant d'une communauté urbaine. L'étude d'un cas. Portugal. XVIe. siècle* in SAUPIN, Guy, dir. - “Villes Atlantique dans l'Europe Occidentale du Moyen Âge au XXe. Siècle”, Rennes, PUR (Presses Universitaires de Rennes), 2006, pp. 57-72.

POLÓNIA, Amélia - *De Portugal a espaços ultramarinos. Inclusão e exclusão de agentes femininas no processo de expansão ultramarina (Século XVI)* in “Historia, Género y Familia en Iberoamérica,. Siglos

XVI-XX", coord. Dora Davila Mendonza, Caracas, Universidad Católica "Andrés Bello"/ Konrad Adenauer Stiftung, 2004 .

POLÓNIA, Amélia - *Mulheres que partem e mulheres que ficam – O protagonismo feminino na expansão ultramarina*. "O Estudo da História", nº4, Lisboa, A. P. H., 2001, pp. 79-98.

POLÓNIA, Amélia - *The sea and its impact on a maritime Community: Vila do Conde, Portugal, 1500-1640* . "International Journal of Maritime History", XVIII, nº 1 (June 2006), pp. 199-222.

POLÓNIA, Amélia - *Women's contribution to family, economy and social range in maritime societies. Portugal. 16th. Century* . "Portuguese Studies Review", Vol. 13, No. 1, 2006 , "Women in the Lusophone World in the Middle Ages and the Early Modern Period", Editors: Darlene Abreu-Ferreira (Guest Editor)(University of Winnipeg) and Ivana Elbl (Trent University), pp. 269-285.

Prodotti e tecniche d' Oltremare nelle economie Europee. Sec. XIII-XVIII. Atti delle "Settimane di Studi" (14-19 Aprile 1997), a cura di Simonetta Cavaciocchi, Prato, Istituto Internazionale di Storia Economica "F. Datini", [1998].

RANGLES, W. G. L. - *Da terra plana ao globo terrestre: uma rápida mutação epistemológica 1480-1520*, rev. científica João Paulo Oliveira e Costa, trad. Teresa Braga, rev. do texto Joaquim Peixoto, Lisboa, Gradiva, 1990.

REID, A - "Some effects on Asian economies of the European maritime discoveries". In J. Casas Pardo (ed.), *Economic effects of the European Expansion, 1492-1824*, Stuttgart ,1992, pp. 435-462.